



Universidades Lusíada

Lavado, Mónica Alexandra Dias, 1987-

Espaço público e edifícios icónicos : polivalência e regeneração funcional (o Campo das Cebolas e a Casa dos Bicos em Lisboa)

<http://hdl.handle.net/11067/2793>

Metadata

Issue Date 2017-02-09

Abstract O espaço público tem um papel fundamental na definição da forma, da silhueta urbana e na sua estrutura e continuidade espacial, tornando-se assim um instrumento operativo de coesão territorial no que diz respeito á continuidade formal e ambiental, à mobilidade e acessibilidade no espaço urbano e à visibilidade da cidade. A sua abrangente natureza (dimensão, vocação, localização, tipologia, entre outras) permite-nos conferir coerência á forma do tecido urbano, fomentando a interligação das malhas...

Keywords Espaços públicos - Portugal - Lisboa, Casa dos Bicos (Lisboa, Portugal), Espaços públicos

Type masterThesis

Peer Reviewed No

Collections [ULL-FAA] Dissertações

This page was automatically generated in 2022-10-19T06:17:24Z with information provided by the Repository



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado integrado em Arquitectura

Espaço público e edifícios icónicos: polivalência e regeneração funcional (o Campo das Cebolas e a Casa dos Bicos em Lisboa)

Realizado por:

Mónica Alexandra Dias Lavado

Orientado por:

Prof. Doutor Arqt. Victor Manuel Canedo Neves

Constituição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor Arqt. Joaquim José Ferrão de Oliveira Braizinha
Orientador: Prof. Doutor Arqt. Victor Manuel Canedo Neves
Arguente: Prof. Doutor Arqt. Bernardo d'Orey Manoel

Dissertação aprovada em: 26 de Fevereiro de 2014

Lisboa

2013



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A D E L I S B O A

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

Espaço público e edifícios icónicos:
polivalência e regeneração funcional (o Campo das
Cebolas e a Casa dos Bicos em Lisboa)

Mónica Alexandra Dias Lavado

Lisboa

Novembro 2013



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura e Artes

Mestrado Integrado em Arquitectura

Espaço público e edifícios icónicos:
polivalência e regeneração funcional (o Campo das
Cebolas e a Casa dos Bicos em Lisboa)

Mónica Alexandra Dias Lavado

Lisboa

Novembro 2013

Mónica Alexandra Dias Lavado

**Espaço público e edifícios icónicos:
polivalência e regeneração funcional (o Campo das
Cebolas e a Casa dos Bicos em Lisboa)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e
Artes da Universidade Lusíada de Lisboa para a
obtenção do grau de Mestre em Arquitectura.

Orientador: Prof. Doutor Arqt. Victor Manuel Canedo
Neves

Lisboa

Novembro 2013

Ficha Técnica

Autora Mónica Alexandra Dias Lavado
Orientador Prof. Doutor Arqt. Víctor Manuel Canedo Neves
Título Espaço público e edifícios icónicos: polivalência e regeneração funcional (o Campo das Cebolas e a Casa dos Bicos em Lisboa)
Local Lisboa
Ano 2013

Mediateca da Universidade Lusíada de Lisboa - Catalogação na Publicação

LAVADO, Mónica Alexandra Dias, 1987-

Espaço público e edifícios icónicos : polivalência e regeneração funcional (o Campo das Cebolas e a Casa dos Bicos em Lisboa) / Mónica Alexandra Dias Lavado ; orientado por Víctor Manuel Canedo Neves. - Lisboa : [s.n.], 2013. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

I - NEVES, Víctor Manuel Canedo, 1956-

LCSH

1. Espaços públicos
2. Espaços públicos - Portugal - Lisboa
3. Casa dos Bicos (Lisboa, Portugal)
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Teses
5. Teses – Portugal - Lisboa

1. Public spaces

2. Public spaces - Portugal - Lisbon
3. Casa dos Bicos (Lisbon, Portugal)
4. Universidade Lusíada de Lisboa. Faculdade de Arquitectura e Artes - Dissertations
5. Dissertations, Academic – Portugal - Lisbon

LCC

1. NA9053.S6 L38 2013

Ao meu pai....

Por sempre ter estado presente... Por nunca deixar de acreditar em mim e por sempre me mostrar que com humildade, honestidade e trabalho tudo se consegue...

Obrigado pelas tuas palavras e conselhos, pelos teus esforços e sacrifícios, mas acima de tudo...

Obrigado pelo teu amor...

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Professor Victor Neves por toda a disponibilidade e orientação na realização desta dissertação e pelos ensinamentos transmitidos ao longo do meu percurso académico.

Agradeço também a todos os professores do curso, que contribuíram para o meu processo de aprendizagem, bem como a todos os colegas que me acompanharam ao longo deste percurso académico, amizades com quem constantemente troquei impressões.

À Sra. D^a Catarina Graça, funcionária da Mediateca da Universidade Lusíada, pela disponibilidade e ajuda na organização estrutural da dissertação.

É com admiração que olho para os meus pais. Um obrigado especial a vocês, pela compreensão, pela oportunidade e pela confiança depositada em mim.

Obrigado a todos!

“O espaço, mais do que uma realidade física e tridimensional, é o aspecto mais difícil da Arquitectura... é, afinal, a sua própria essência.”

ALVES, Fernando M. Brandão (2003) – “Avaliação da qualidade do espaço público urbano- proposta metodológica”. Fundação Calouste Gulbenkian.

APRESENTAÇÃO

Espaço Público e Edifícios Icónicos: Polivalência e Regeneração funcional (Campo das Cebolas e Casa dos Bicos em Lisboa)

Mónica Alexandra Dias Lavado

O espaço público tem um papel fundamental na definição da forma, da silhueta urbana e na sua estrutura e continuidade espacial, tornando-se assim um instrumento operativo de coesão territorial no que diz respeito á continuidade formal e ambiental, à mobilidade e acessibilidade no espaço urbano e à visibilidade da cidade. A sua abrangente natureza (dimensão, vocação, localização, tipologia, entre outras) permite-nos conferir coerência à forma do tecido urbano, fomentando a interligação das malhas, bem como das redes urbanas (eixos viários estruturantes, infraestruturas básicas, espaços verdes, etc.)

O espaço público é, no contexto dos tecidos urbanos, um elemento aglutinador, tanto territorial e funcional, como também social.

O presente trabalho procura avaliar a situação particular de como um edifício pode influenciar o espaço público ou como o espaço público se pode construir como uma extensão física e significativa de um edifício, tendo em conta diversos factores históricos, económicos e sociais.

A cidade altera-se, transforma-se, a fim de acompanhar as tendências globais. Como reagem as pessoas face às alterações impostas e como se articulam, ou não, com os seus hábitos quotidianos? Como é que determinados edifícios icónicos influenciam o espaço público e a própria morfologia urbana?

Tendo como base factores históricos que podem influenciar a morfologia urbana, e tendo como referência o Campo das Cebolas e a Casa dos Bicos, faz-se uma avaliação da qualidade de vida do espaço público presente. Um edifício icónico mesmo estando afastado da sua função original, ou que tenha vindo a sofrer alterações funcionais no decorrer dos tempos, pode, no entanto, “ [...] manter a sua

qualidade de facto urbano gerador de uma forma da cidade [...]“ (Rossi, Aldo, 1966, p.128) visto que “[...] participa da evolução da cidade no tempo de modo permanente, identificando-se frequentemente com os factos constituintes da cidade”. (Rossi, Aldo, 1966, p.124)

Palavras-chave: Espaço público, Edifício Icónico, Cidade.

PRESENTATION

Public space and Iconic Buildings: Versatility and functional Regeneration (Campo das Cebolas and Casa dos Bicos in Lisbon)

Mónica Alexandra Dias Lavado

Public space plays a key role in defining the way of urban silhouette and in its structure and spatial continuity. So, it becomes an operative instrument of territorial cohesion with regard to formal and environmental continuity, mobility and accessibility. Its comprehensive nature (size, location, typology, among others) allows us to give coherence to the urban tissue, promoting the interconnection of meshes, as well as urban networks (structuring roads, basic infrastructure, and green spaces, among others). The public space is one set of the urban tissue, a grouping element, simultaneously territorial, functional, and social.

The present paper seeks to assess the particular situation of how a building can influence the public space or how the public space can be built as a physical extension of the building, taking into account various historical, economic and social factors.

The city changes in order to keep up with global trends. How people react to the changes? How certain iconic buildings influenced the public space and urban morphology itself? Those are the questions posed by this paper.

Based on historical factors that have influenced, and with reference to the Campo das Cebolas and the Casa dos Bicos, an evaluation of the quality of life of public space is made. An iconic building even when away from their original function, or that has been suffering functional alterations in the course of time, can, however, "[...] maintain its quality in fact a generator of urban city [...]" (Rossi, Aldo, 1966, p. 128) since "[...] participates in the evolution of the city through time permanently, often identifying himself with the facts of the city constituents". (Rossi, Aldo, 1966, p. 124)

Palavras-chave: Public space, Iconic Building, City.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Arquitetura Renascentista - Praça Maior de Salamanca, Espanha, Castro, 2011. (Castro, 2005).....	24
Ilustração 2 – A view over Venezia, Veneza, Itália. Cuellar, 2007. (Cuellar, 2004).....	24
Ilustração 3 – Terreiro do Paço, Lisboa, 1970 (Verde, 2008)	29
Ilustração 4 - Praça D. Pedro IV, Rossio, Lisboa (postais de Portugal, 2005)	29
Ilustração 5 - Siena's Pride, Italy, Siena, Piazza del Campo (Schoenbohm, 2009)	32
Ilustração 6 - Mercado de Rialto (Mililitros, 2009)	32
Ilustração 7 - Vista de Veneza do Campanário de São Marcos (Hong, 2013)	33
Ilustração 8 - Place Vendôme, Louis Bretez, Paris, 1739 (Bedrock images. Makers of Forgotten Maps, 2013)	38
Ilustração 9 - Place Vendôme, 2013 (A.M.C, 2013)	38
Ilustração 10 - Praça Vendôme, Paris, 2012 (Watchuseek, 2012)	38
Ilustração 11 - Place des Vosges, Paris, Louis Bretez, 1739 (Bedrock images. Makers of Forgotten Maps, 2013)	38
Ilustração 12 - Place des Vosges, Paris, 2012 (Lanchazo, 2010)	38
Ilustração 13 - Arquitectura da Place des Vosges, Paris, 2012 (Mello, 2013).....	38
Ilustração 14 - Praça do Capitólio - by Michelangel (Strada, 2006).....	38
Ilustração 15 - Siena Piazza del Campo (Schoenle, 2006).....	38
Ilustração 16 - Rotunda do Marquês em Lisboa, Martins, 2012 (Pensar Lisboa. Viver Lisboa intensamente, 2012)	40
Ilustração 17 - Praça do Rossio em Lisboa, Borges, 2012 (Hello Lisboa, 2012)	40
Ilustração 18 - Plaza Navona, José Luís Fuentes, 2011 (Fuentes, 2008)	45
Ilustração 19 - Fuente de Neptuno, Angél Mateo, 2008 (Mateo, 2008)	45
Ilustração 20 - Relação entre os espaços do passeio (Ilustração nossa, 2013)	54
Ilustração 21 - Tipologias das praças urbanas segundo Robert Krier. 1975 (L' espace de la ville, 1975, p.52)	57
Ilustração 22 - Formas fundamentais das praças urbanas” segundo Gordon Logie. 1990 (Arquitectura Urbana: elementos de teoria e diseño. 1990, p.53)	58

Ilustração 23 - Plaza Mayor, Madrid, Bretez, 1739 (Bedrock images. Makers of Forgotten Maps, 2013).....	59
Ilustração 24 - Cruce de caminos. (Plaza Mayor, Madrid), Carrasco, 2010 (Luis Carrasco, 2008).....	59
Ilustração 25 - Organização em turbina, segundo Camilo Sitte. Piazza del Diuomo. Ravena. 2001 (Time saver standarts for urban design, 2001, p.141).....	60
Ilustração 26 - Relação entre praças e ruas, segundo Carlos Caro e Juan Rivas. 1990 (Arquitectura Urbana: elementos de teoria e diseño, 1990, p.49)	61
Ilustração 27 - Torre de Belém, lado ocidental, Joshua Benoliel,1912 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)	70
Ilustração 28 - Torre de Belém e a fábrica de gás de Belém vistas do rio Tejo, Eduardo Portugal, 1949 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013).....	70
Ilustração 29 - Terrenos em volta da zona da Torre de Belém, antes do arranjo paisagístico, Salvador Fernandes, 1956 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013).....	71
Ilustração 30 - Fotomontagem de uma fotografia aérea mostrando o projeto do arranjo paisagístico dos terrenos em volta da Torre de Belém, Salvador Fernandes, 1956 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)	71
Ilustração 31 - Planta da torre de Belém e envolvente com monumentos e fábrica de gás assinalados, em 1950, José Silva. (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p. 152).....	72
Ilustração 32 - Planta atual da Torre de Belém e envolvente, José Silva. 2009 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.152)	72
Ilustração 33 - Praça 25 de Abril, 1938 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.200)	77
Ilustração 34 - Praça 25 de Abril, 1995 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.208)	78
Ilustração 35 - Praça 25 de Abril, Pinheiro, 2009 (Pedro Moura Pinheiro, 2005).....	78
Ilustração 36 - Planta da Praça 25 de Abril antes da intervenção”. José Silva. 1957 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p. 209)	79
Ilustração 37 - Planta da Praça 25 de Abril depois da intervenção”. José Silva. 2009 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p. 209)	79
Ilustração 38 - Largo da Oliveira, Alves, 2008 (Ricardo Alves, 2006).....	80
Ilustração 39 – The Oliveira Square, Maurice, 2009 (Yvon Maurice, 2007)	80

Ilustração 40 - Praça S. Tiago, 1985 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.220)	83
Ilustração 41 - Praça S. Tiago, 1995 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.220)	83
Ilustração 42 - Planta antes da intervenção, 1970, José Silva (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.221)	84
Ilustração 43 - Planta depois da intervenção, 2009, José Silva (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.221)	84
Ilustração 44 - Imagem do mercado de Alcântara, tirada em direção à rua do Prior do Crato em 1940, Armando Serôdio (Arquiteturavc, 2012)	87
Ilustração 45 - Imagem do mercado de Alcântara, Armando Serôdio, 1939 (Arquiteturavc, 2012)	87
Ilustração 46 - Excerto da Carta topográfica de Lisboa, levantada no ano de 1807 sob a direção do Engenheiro Duarte José Fava, litografada no ano de 1831. Augusto Vieira da Silva. (O vale de Alcântara como caso de estudo: Evolução da morfologia urbana, 2009, p.121).....	88
Ilustração 47 - Excerto da Carta topográfica da cidade de Lisboa e seus arredores de Filipe Folque, levantada entre 1856 e 1858. (O vale de Alcântara como caso de estudo: Evolução da morfologia urbana, 2009, p.122).....	88
Ilustração 48 - Excerto da Planta da cidade de Lisboa de Silva Pinto, levantada em 1911. (O vale de Alcântara como caso de estudo: Evolução da morfologia urbana, 2009, p.122).....	89
Ilustração 49 - Excerto da Planta da cidade de Lisboa do Instituto Geográfico e Cadastral, levantada nos anos 50. (O vale de Alcântara como caso de estudo: Evolução da morfologia urbana, 2009, p.122)	89
Ilustração 50 - Vista aérea sobre a área de intervenção em Alcântara, Lisboa (Google, 2010).....	90
Ilustração 51 - Esquicho com proposta de projeto e eixos de relação entre os diversos elementos do espaço. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013).....	91
Ilustração 52 - Planta esquemática do projeto, com identificação do equipamento público principal e o espaço público adjacente. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013).....	92
Ilustração 53 - Planta esquemática do projeto, com identificação do equipamento público principal, o espaço público adjacente e o espaço público complementar. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013).....	92

Ilustração 54 - Planta esquemática do projeto, com identificação do equipamento público principal e da torre que caracteriza e unifica o espaço como um todo. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013).....	93
Ilustração 55 - Esquiço com zona de intervenção e proposta de projeto. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013)	93
Ilustração 56 - Perspectiva 3d da proposta de projeto. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013).....	94
Ilustração 57 - Perspectiva 3d da proposta de projeto. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013).....	94
Ilustração 58 - Perspectiva 3d da proposta de projeto. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013).....	95
Ilustração 59 - Perspectiva 3d da proposta de projeto. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013).....	95
Ilustração 60 - Carta topográfica da parte mais arruinada de Lisboa...feita em 1756 a partir do original das primeiras décadas do mesmo século. Foram assinaladas as ruas Nova dos Mercadores e Nova d’El Rei, definindo a primeira, a área conquistada ao rio, e a segunda uma paralela a linha de água, que hoje corre subterrânea. (Lisboa e Rio: paradigmas de cidades atlânticas, 2008, p.52)	97
Ilustração 61 - Rua Nova dos Mercadores. Reconstituição segundo o livro das horas de D. Manuel (História da colonização portuguesa do Brasil, 1921, p.4)	98
Ilustração 62 - Hospital Real de Todos os Santos no Rossio da cidade. Pannel de azulejos no início do século XVIII. Museu da Cidade. (Ilustração nossa, 2013)	98
Ilustração 63 - Terreiro do Paço. Pannel de Azulejos, século XVIII. Museu da Cidade. (Ilustração nossa, 2013).....	99
Ilustração 64 - Mercado da Ribeira Velha. Pannel de Azulejos, século XVIII. Museu da Cidade. (Ilustração nossa, 2013)	100
Ilustração 65 - Mercado da Ribeira Velha. Pannel de Azulejos, século XVIII. Museu da Cidade. (Ilustração nossa, 2013)	100
Ilustração 66 - Casa dos Bicos em Nápoles, Itália, 2010 (Andorinha des-norteada, 2010).....	101
Ilustração 67 - Casa dos Picos em Segóvia, Espanha, Victor Ribeiro, 2008 (Ribeiro, 2006).....	101
Ilustração 68 - Parte da Maquete de Lisboa, antes do Terramoto de 1755. Museu da Cidade (Ilustração nossa, 2013)	103
Ilustração 69 - Vista de Lisboa, desenho de Simão de Miranda de Távora, 1575, Museu da Cidade (Ilustração nossa, 2013)	104

Ilustração 70 - Lisboa, final do século XVI, Georg Braun, Museu da Cidade (Ilustração nossa, 2013).....	105
Ilustração 71 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa em 1650. (Ilustração nossa, 2013).....	105
Ilustração 72- Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos e relação com o espaço público adjacente em 1650. (Ilustração nossa, 2013)	106
Ilustração 73 - Excerto da planta da cidade de Lisboa na primeira metade do século XVIII. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 2013)	106
Ilustração 74 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa na segunda metade do século XVIII. (Ilustração nossa, 2013).....	106
Ilustração 75 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos, das bancadas para o comércio ambulante e toda a sua relação com o espaço público adjacente na segunda metade do século XVIII. (Ilustração nossa, 2013).....	107
Ilustração 76 - Gravura da imagem de Lisboa. Anexo ao Terreiro do Paço, vê-se a antiga Ribeira, um espaço privilegiado de venda de frutas e hortaliças, e conhecido pela venda de pescado, loam Schorquens, 1619 (Wikimedia commons, 2012).....	107
Ilustração 77 - Excerto da Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada, também segundo o novo alinhamento dos Arquitetos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel, 1758 (Arquivo Municipal de Lisboa,2013)	107
Ilustração 78 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa entre 1756 e 1758. (Ilustração nossa, 2013).....	108
Ilustração 79 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos, das bancadas para o comércio ambulante e toda a sua relação com o espaço público adjacente entre 1756 e 1758. (Ilustração nossa, 2013)	108
Ilustração 80 - Excerto da Planta topográfica da cidade de Lisboa, segundo Filipe Folque. 1856-1858. (Arquivo Municipal de Lisboa, 2013).....	108
Ilustração 81 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa em 1856. (Ilustração nossa, 2013).....	109
Ilustração 82 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos e da sua relação com o novo edificado, e conseqüentemente com a nova composição do espaço público em 1856. (Ilustração nossa, 2013).....	109
Ilustração 83 - Excerto da Planta topográfica da cidade de Lisboa segundo Francisco e Cesar Goullard, 1879. (Arquivo Municipal de Lisboa, 2013).....	109
Ilustração 84 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa em 1879. (Ilustração nossa, 2013).....	110
Ilustração 85 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos e da sua relação com o edificado, e com o espaço público em 1879. (Ilustração nossa, 2013)	110

Ilustração 86 - Excerto da Planta topográfica da cidade de Lisboa segundo António Vieira da Silva Pinto, 1909. (Arquivo Municipal de Lisboa, 2013).....	110
Ilustração 87 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa em 1909. (Ilustração nossa, 2013).....	111
Ilustração 88 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos e da sua relação com o edificado, e com o espaço público em 1909. (Ilustração nossa, 2013)	111
Ilustração 89 - Excerto da Planta topográfica da cidade de Lisboa segundo José António Passos, 1925 (Arquivo Municipal de Lisboa, 2013)	111
Ilustração 90 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa em 1925. (Ilustração nossa, 2013)	112
Ilustração 91 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos e da sua relação com o edificado, e com o espaço público em 1925. (Ilustração nossa, 2013)	112
Ilustração 92 - Fotografia antiga direcionada para o Campo das Cebolas (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa,2013)	112
Ilustração 93 - Planta esquemática com evolução do espaço e da linha de costa. (Ilustração nossa, 2013).....	113
Ilustração 94 - Corte esquemático com evolução do edificado entre 1650 e 1925. (Ilustração nossa, 2013).....	113
Ilustração 95 - Fotografia antiga com vista para a Casa dos Bicos e restantes edificações envolventes.” (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013).....	113
Ilustração 96 - Fotografia antiga com vista para a Casa dos Bicos e restantes edificações envolventes. (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013).....	114
Ilustração 97 - Fotografia com vista para a Casa dos Bicos, depois de ter perdido os pisos superiores no terramoto de 1755. (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa,2013).....	114
Ilustração 98 - Obras de pavimentação, Benoliel, Judah, 1953 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa,2013)	115
Ilustração 99 - Rua da Alfândega e a antiga rua dos Bacalhoeiros em remodelação, Benoliel Judah, 195? (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa,2013)	115
Ilustração 100 - Obras de pavimentação, Benoliel, Judah, 1953 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa,2013)	116
Ilustração 101 - Local de prédios demolidos, Benoliel, Judah, 1953 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa,2013)	116
Ilustração 102 - Panorâmica sobre o Campo das Cebolas e Sé de Lisboa, Armando Serôdio, 1969 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa,2013).....	117

Ilustração 103 - Panorâmica tirada do Tejo para a casa dos bicos, Lisboa, Artur Pastor, 194? (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa,2013)	118
Ilustração 104 - Planta esquemática sobre a situação atual do Campo das Cebolas (Ilustração nossa, 2013).....	119
Ilustração 105 - Corte esquemático sobre a situação atual do Campo das Cebolas (Ilustração nossa, 2013).....	119
Ilustração 106 - Planta com proposta de projeto (Carrilho da Graça, 2012)	121
Ilustração 107 - Planta esquemática com indicação de programas, percursos, espaço público e relações propostas (Ilustração nossa, 2013)	121
Ilustração 108 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos, das vias de circulação e da relação estabelecida entre a Casa e o Rio (Ilustração nossa, 2013) ..	122
Ilustração 109 - Fotomontagem da zona de intervenção (Carrilho da Graça, 2012)..	122
Ilustração 110 - Planta com proposta de projeto. (PROAP, 2012)	124
Ilustração 111 - Planta esquemática com indicação de programas, percursos, espaço público e relações propostas (Ilustração nossa, 2013)	124
Ilustração 112 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos, das vias de circulação e da relação estabelecida entre a Casa e o Rio. (Ilustração nossa, 2013)	125
Ilustração 113 - Fotomontagem da zona de intervenção (PROAP, 2012).....	125
Ilustração 114 - Fotomontagem da zona de intervenção. (PROAP, 2012).....	126
Ilustração 115 - Planta com proposta de projeto (GLOBAL, 2012).....	127
Ilustração 116 - Planta esquemática com indicação de programas, percursos, espaço público e relações propostas (Ilustração nossa, 2013)	127
Ilustração 117 - Corte esquemático da composição do espaço (Ilustração nossa, 2013).....	128
Ilustração 118 - Fotografia da Maquete. (GLOBAL, 2012).....	128
Ilustração 119 - Fotografia da Maquete. (GLOBAL, 2012).....	128
Ilustração 120 - Planta com proposta de projeto. (Amanda Oliveira, 2012)	130
Ilustração 121 - Fotografia da maquete. (Amanda Oliveira, 2012)	130
Ilustração 122 - Planta esquemática com indicação de programas, percursos, espaço público e relações propostas. (Ilustração nossa, 2013)	131
Ilustração 123 - Corte esquemático da composição do espaço. (Ilustração nossa, 2013).....	131
Ilustração 124 - Fotomontagem com proposta de projeto. (Amanda Oliveira, 2012) .	131

Ilustração 125 - Fotografia com vista para o Campo das Cebolas (Ilustração nossa, 2013).....	139
Ilustração 126 - Fotografia com vista para o Campo das Cebolas. (Ilustração nossa, 2013).....	139
Ilustração 127 - Ortofotomapa do Campo das Cebolas subdividido em quatro partes com indicação de vistas (Google, 2011).....	144
Ilustração 128 - Vista A (ilustração nossa, 2013)	145
Ilustração 129 - Vista B (ilustração nossa, 2013)	145
Ilustração 130 - Vista C (ilustração nossa, 2013).....	145
Ilustração 131 - Vista D (ilustração nossa, 2013).....	145
Ilustração 132 - Vista E (ilustração nossa, 2013)	146
Ilustração 133 - Vista F (ilustração nossa, 2013)	146
Ilustração 134 - Vista G (ilustração nossa, 2013).....	146
Ilustração 135 - Vista H (ilustração nossa, 2013).....	146
Ilustração 136 - Vista I (ilustração nossa, 2013).....	147
Ilustração 137 - Vista J (ilustração nossa, 2013).....	147
Ilustração 138 - Vista K (ilustração nossa, 2013)	147
Ilustração 139 - Vista L (ilustração nossa, 2013).....	147
Ilustração 140 - Vista M (ilustração nossa, 2013).....	148
Ilustração 141 - Vista N (ilustração nossa, 2013).....	148
Ilustração 142 - Vista O (ilustração nossa, 2013).....	148
Ilustração 143 - Vista P (ilustração nossa, 2013)	148

SUMÁRIO:

1. Introdução.....	19
1.1 Intenções da dissertação.....	19
1.2 Metodologia	19
2. A cidade e o espaço urbano.....	21
2.1. O espaço de uso público	21
2.2. Forma e contexto urbanos.....	23
2.3. Do espaço público ao espaço privado	25
2.4. Espaços públicos de lazer	26
2.5. A crise no espaço público.....	28
3. Identidade do espaço público na cidade contemporânea	31
3.1. Conceitos e contexto	31
3.2. Caracterização e significação.....	33
3.3. Vazios com identidade.....	41
3.4. Espaço e lugar	42
3.5. Espaço e genius loci.....	44
3.6. Espaço público e edifícios de proximidade	45
3.7. Tipologias básicas de espaço público.....	50
4. O edifício icónico como elemento primário de qualificação do espaço público. Equipamentos públicos e espaço público.....	65
4.1. Torre s. Vicente/Belém e jardim da Torre de Belém, Lisboa.....	67
4.2. Abadia de Santa Maria de Alcobaça e praças 25 de abril e D. Afonso Henriques, alcobaça.....	73
4.3. Igreja de nossa Senhora da Oliveira e Antigo Paço do Concelho - largo da Oliveira e praça s. Tiago, Guimarães	80
4.4. Centro de artes e espaço público em Alcântara, Lisboa. Trabalho académico	85
4.4.1. Alcântara- História e contexto	85
4.4.2. Proposta para centro de artes e espaço público	90
5. O protagonismo do edifício icónico na evolução da cidade. Relação com a génese e evolução do espaço público: caso de estudo - o Campo das Cebolas e a Casa dos Bicos em Lisboa	97
5.1. O Campo das Cebolas e a Casa dos Bicos na história e malha da cidade de Lisboa	97
5.1.1. A Ribeira	99
5.1.2. A Casa dos Bicos	101
5.2. Qualificação do espaço público do “Campo das Cebolas”.....	133
5.2.1. Características morfológicas	140

5.2.2. Análise ambiental	141
5.2.3. Análise urbana.....	141
6. Considerações finais	149
Referências.....	151
Bibliografia	159

1. INTRODUÇÃO¹

1.1 INTENÇÕES DA DISSERTAÇÃO

Tal como foi anteriormente referido na apresentação, o desenvolvimento deste estudo procura avaliar a situação particular de como um edifício icónico pode influenciar o espaço público, ou como o espaço público se pode construir como uma extensão física e significativa do edifício, tendo em conta os factores históricos, económicos e sociais e ainda avaliar o impacto causado na população e como esta reage relativamente às metamorfoses do mesmo espaço à medida que são introduzidas alterações no local.

Como é que determinados edifícios icónicos influenciam o espaço público e a própria morfologia urbana?

A escolha do espaço em estudo – “Campo das Cebolas” e “Casa dos Bicos” (edifício gerador do espaço público adjacente), em Lisboa – está ligada à intenção já antes declarada de entender o tipo de interação que se desenvolve na relação entre um edifício icónico e o espaço público que o mesmo é capaz de gerar.

Avaliar a qualidade daquele espaço, a relação que ele tem na sociedade e como se articula ao longo dos tempos com a Casa dos Bicos e com outros núcleos da cidade, permitirá uma melhor compreensão da sua identidade e de todas as características intrínsecas presentes na sua arquitetura.

Ao conhecermos os elementos de configuração do espaço urbano e todas as suas forças e potencialidades, tais como as ruas e praças e mesmo o próprio rio (no caso de Lisboa), conseguiremos uma melhor avaliação sobre o caso de estudo, conferindo ao Campo das Cebolas um carácter particular, reconhecido por todos desde á muito tempo.

1.2 METODOLOGIA

O presente trabalho procura estudar, no geral, a evolução das estruturas urbanas, como se comportam ao longo dos tempos e como acompanham as tendências face ao

¹ A presente investigação foi escrita ao abrigo do novo acordo ortográfico.

poder económico e social, aliado a movimentos arquitectónicos e planeamentos urbanísticos presente na história.

O espaço público “vivido” pelo Homem, é, na realidade, a prova física de que o homem consegue ter controlo absoluto sobre a ele moldando-o conforme a sua vontade estética.

Numa primeira parte, o presente trabalho desenvolve uma pesquisa sobre a cidade, em especial sobre o espaço urbano, bem como sobre conceitos de forma urbana, evolução das cidades na história e o relacionamento entre espaços públicos e privados.

Num segundo momento, classifica-se o espaço público com alguns dos seus elementos configuradores, observa-se o modo como estes, atuando nas mais diversas escalas, interferem no nosso quotidiano.

A terceira parte da dissertação consiste na avaliação de alguns Edifícios Icónicos, como elementos primários de qualificação do espaço público, e na maneira como estes se articulam e relacionam com o espaço público que geram.

Por último, o 5º capítulo consiste no estudo particular do Edifício Icónico, a Casa dos Bicos, e no seu protagonismo na evolução da cidade de Lisboa estudando a sua relação com a génese e evolução do espaço público, sugere-se modos de a qualificar ao nível morfológico, ambiental e urbano.

As formas físicas que áreas sujeitas a processos de urbanização adquirem, no contexto urbano surpreende-nos quer pela permeabilidade dos lugares já existentes, quer pelas possibilidades de inovação e transformação que alguns vazios urbanos oferecem.

2. A CIDADE E O ESPAÇO URBANO

2.1. O ESPAÇO DE USO PÚBLICO

À evocação de espaço público associamos, vulgarmente, uma imagem de urbanidade. Porém, a sua relação com a cidade é, de certo modo, incerta, visto serem – o espaço público e o urbano-entidades físicas distintas e elementos espacialmente particulares.

A cidade apresenta-se, na visão dos seus habitantes, como uma realidade concreta, com conjuntos de edifícios, equipamentos e infraestruturas. Por sua vez, o espaço público, representa, num entendimento comum, a materialização do seu inverso, ou seja, a ausência de materialidade construída. Contudo, o conceito de espaço público, não é uma rejeição da cidade, pelo contrário, é a afirmação da sua existência.

A cidade tornou-se numa identidade, cuja escala e complexidade, torna difícil definir o seu real papel e natureza. Impulsionada por várias formas de expansão e urbanização crescentes, assistimos a uma mudança na escala da cidade, que sai do seu quadro espacial tradicional, dissolvendo-se pelo território e transformando-se tendencialmente numa massa fragmentada.

O prolongamento das deslocações urbanas e as migrações pendulares quotidianas que a caracterizam confirmam que o seu crescimento se efetua cada vez mais por uma mudança de escala e pela formação de bolsas habitacionais ou de emprego periféricas aos centros urbanos.

Deste modo, verificamos que o crescimento das metrópoles já não se realiza apenas por dilatações concêntricas, mas também pela integração no seu funcionamento quotidiano, não só de aglomerados urbanos periféricos, como de territórios ou elementos de natureza urbana cada vez mais afastados, que inclusivamente surgem em territórios não contíguos ou não metropolitanos. (Graça, 2006, p.2)

Em fases anteriores, a extensão contínua das grandes cidades era beneficiada pela marcha do Homem e dos animais, os únicos (o seu pé e o animal) meios disponíveis que dispunha para se movimentar. Mais tarde, foram utilizados os transportes públicos como o comboio, e atualmente, a extensão longínqua e descontínua da urbanização das cidades, favorece o uso do automóvel e dos transportes coletivos rápidos.

Assim sendo, pode concluir-se que:

Os espaços produzidos pelas dinâmicas contemporâneas, sejam denominados de áreas metropolitanas ou conurbações, de cidades- regiões ou metrópoles, são, acima de tudo, a construção de um novo tecido urbano, simultaneamente, extenso e descontínuo, espacial e funcionalmente, resultado da adição de uma multiplicidade de “não lugares” e elementos dispersos. (Graça, 2006, p.3)

Encontramos neste ponto de vista uma verificação de uma estratégia urbana de construção de um novo território urbanizado, separado da entidade a que chamamos Cidade.

Uma cidade necessita de territórios articulados, lugares capazes de gerar centralidades integradoras e polivalentes compostos por malhas urbanas distintas a nível funcional e social.

Perante os processos de dissolução da urbanização periférica, a fragmentação da malha urbana e o desenvolvimento de pseudo-centralidades monofuncionais, assistimos ao desaparecimento da cidade tradicional e á emergência de uma nova trama urbana, a urbanização sem cidade. (Graça, 2006, p.4).

Estamos assim, perante um novo modelo de desenvolvimento urbano, que nega os valores universalistas que se vinculam com a entidade- cidade, caracterizada pela densidade de relações sociais e mistura de pessoas e atividades- e fomenta, alternativamente, a ideia de uma cidade de produtos, composta por elementos e tecidos soltos e desestruturados. Esta nova moldura espacial e funcional coloca em causa a estruturação da rede de espaços a eles associada e, pode implicar a destruição da própria imagem da cidade enquanto espaço público. Cada vez menos o carácter público dos espaços urbanos é visualizado como espaço de pertença efetivos. A praça já não é um local de interação social por excelência, mas um local de encontro social pontual. A rua já não é um local, mas apenas uma ligação, reconhecida pelas suas funções de trânsito de pessoas e automóveis. A rua deixa de ser reconhecida como geradora de um ambiente urbano favorável á interação social.

Vislumbramos uma nova fase do crescimento urbano, onde a cidade ultrapassa o seu quadro espacial e se encontra enfraquecida enquanto entidade contínua e espacialmente coerente.

2.2. FORMA E CONTEXTO URBANOS

A forma da cidade corresponde à maneira como se organiza e se articula com a sua arquitetura entendendo por arquitetura da cidade, “ [...] uma produção ou obra de Arquitetura e/ou Engenharia, maior ou menor, mais ou menos complexa, que cresce no tempo [...]” (Rossi, 1966, p.43) e onde, os factos urbanos são caracterizados por uma Arquitetura de forma próprias.

É através da Arquitetura que a cidade se pode definir e caracterizar como espaço urbano. Assim sendo, a Arquitetura deverá ser entendida como parte integrante da Cidade, como um acontecimento submergido num sistema complexo de relações com o espaço urbanizado.

“A noção de «forma» aplica-se a todo o espaço construído em que o homem introduziu a sua ordem.” (Alexander, 1964, p.15) O autor refere-se ao meio urbano, quer como objeto de análise quer como objetivo final da conceção arquitetónica. A conceção arquitetónica é essencialmente formal visando a conceção dos diferentes factos construídos e também a definição das ligações que podem existir entre edificações e os lugares por elas definidos.

A forma urbana pode definir-se como aspeto da realidade ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano.

A forma sendo o objetivo final de toda a concepção, está em harmonia com o desenho, quer dizer, com as linhas, espaços, volumes, geometrias, planos e cores, a fim de definir um modo de utilização e de comunicação figurativa que constitui a «Arquitetura da Cidade». (Lamas, 2010, p.44).

A forma só pode ser totalmente entendida utilizando a Arquitetura como método de análise e conceção de espaço, e não menos importante é o contexto em que a forma se insere. O contexto das formas arquitetónicas ou urbanas, abarca fatores económicos, funcionais, tecnológicos e sociais, além de fatores de natureza estética.

A forma urbana deve ser a solução a um conjunto de problemas organizados e controlados pelo planeamento urbanístico. “É a materialização no espaço que dá resposta a um contexto.” (Lamas, 2010, p. 48).

Desde sempre, o desenho da Cidade responde ao seu contexto, através da Arquitetura. Diferentes contextos originam diferentes desenhos urbanos, mesmo utilizando elementos morfológicos idênticos.



Ilustração 1 - Arquitetura Renascentista - Praça Maior de Salamanca, Espanha, Castro, 2011. (Castro, 2005).



Ilustração 2 – A view over Venezia, Veneza, Itália. Cuellar, 2007. (Cuellar, 2004)

Se remontarmos às formas urbanas Renascentistas e Barrocas, existem diferenças fundamentais, resultantes dos diferentes contextos históricos e culturais. Entre a visão centralizada, estática do Renascimento e a visão dinâmica do efeito teatral e cênico do Barroco, existem dois mundos totalmente diferentes. Contudo, os elementos morfológicos são semelhantes: rua e praça, edifícios, fachadas, planos marginais e monumentos isolados. As diferenças resultam do modo como esses elementos se posicionam, organizam e articulam entre si para construir o espaço urbano, e são ditadas pelas diferentes atitudes culturais. A mudança do contexto vai mudando as formas, pela necessidade de resposta a situações diferentes.

2.3. DO ESPAÇO PÚBLICO AO ESPAÇO PRIVADO

As novas dinâmicas sociais e económicas reorganizam os usos e as vivências no interior das cidades. A mudança de escala e reconfiguração física do território da cidade foram acompanhados por uma recomposição funcional e social dos espaços metropolitanos. Este processo motivou uma mudança na urbanidade dos seus habitantes.

Ao mesmo tempo que a fisionomia da cidade se transforma,

“ [...] Presenciamos um progressivo afastamento entre o cidadão e o domínio público, influenciado pelo consumismo passivo e alienante e um crescente individualismo nos modos de vida urbanos.” (Graça, 2006, p. 5).

Deste modo, a configuração espacial e social contemporânea da própria cidade alterou radicalmente o papel da esfera pública no conjunto das dinâmicas urbanas. Os espaços públicos deixaram de ser o elemento formalmente ordenador dos tecidos urbanos e perderam o seu papel estruturante das atividades e interações sociais urbanas. O consumo tornou-se, assim, na categoria privilegiada de significação social, secundarizando o papel das redes sociais e do domínio público². O cidadão converteu-se em consumidor e a vida urbana num simples produto imobiliário. Os espaços públicos urbanos fecharam-se sobre si e esvaziaram-se de sentido e significação.

Entre a banalização do automóvel individual, o êxito dos condomínios privados e dos complexos habitacionais desligados do tecido urbano, encontramos uma cidade contemporânea com uma tendência para a progressiva privatização dos seus domínios públicos.

Com a introdução cada vez mais banal da esfera privada na vida social e urbana, torna-se difícil encontrar uma barreira entre os territórios públicos e privados da cidade. O crescente número de condomínios fechados, as concessões privadas de largos e praças a parques de diversões, esplanadas ou demonstrações comerciais; as parcerias entre entidades públicas e privadas para a construção de jardins ou arranjos urbanísticos, associados frequentemente à exploração privada de parques de estacionamento a eles agregados, ou mesmo a construção de cidades simuladas dentro da própria cidade, como os parques temáticos, os festivais de rock ou as

² Fortuna, Carlos; Claudino, Ferreira; Paula, Abreu. “Espaço Público Urbano e Cultura em Portugal.” Revista Crítica de ciências sociais, 1999

idades empresariais, são fenómenos diversos, demonstrativos de como esta mutação, foi aceite, gradual e coletivamente.

Este modelo de construção da cidade retirou o domínio público das suas prioridades e potenciou a afirmação crescente do privado. A esfera pública perdeu o seu papel de elemento estruturador das rotinas urbanas e o espaço público urbano, representa agora, em muitos casos, apenas um espaço residual entre edifícios e vias. Verificamos em muitos comportamentos coletivos correntes, medo ou desconforto na utilização do espaço público, visto este, não ser reconhecido como um espaço protegido ou protetor. Ou seja, não proporciona segurança, ou apresenta qualquer utilidade.

Em alternativa, nos grandes centros urbanos, as praças e ruas foram cobertas por centros comerciais e as ruas de acesso aos bairros ou condomínios privados fecharam-se. Encontrámos assim uma nova urbanidade com novos usos e novos hábitos.

Num espaço que oscila entre a propriedade privada e o uso coletivo, temos uma envolvente onde tudo está organizado; o ambiente e a temperatura estão controlados, os nossos passos estão vigiados e as pessoas sentem-se seguras, apesar deste, ser um local onde a interação autêntica entre os cidadãos desapareceu consideravelmente.

Presentes, quer nos centros das cidades, quer nas periferias urbanas, os centros comerciais, representam atualmente um papel central no quotidiano urbano do cidadão enquanto estruturas de divertimento e lazer.

2.4. ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER

Elementos fundamentais para a qualidade de vida urbana, os espaços públicos, têm sido relegados para um papel secundário, quer a nível de planeamento, quer de concretização. Frequentemente são utilizados como remates de propostas de ocupação de solo, para algo que aparece depois ou que “sobra” da construção arquitetónica.

No decorrer das últimas décadas, nas novas cidades, os espaços verdes tal como o mobiliário urbano, ruas mistas para peões, áreas de jogo, lugares de reencontro, ciclo vias, frentes de água, entre outros, têm surgido em força. São, antes de mais, espaços

públicos, lugares de vida e sociabilização, e que, uma vez, aberto a todos, representam áreas de convívio e que traduzem a devolução da cidade aos seus habitantes. A necessidade dos espaços públicos urbanos está relacionada com a evolução que as cidades têm sofrido no decorrer dos tempos. Devem ser espaços de dinâmica cultural, lugares que ofereçam uma variada escolha de atividades, e que, ao prolongarem a vida interior, sirvam de recetor para muitas inspirações, onde os cidadãos procurem sempre estar em harmonia com a sua unidade de vizinhança, o seu bairro, a sua cidade.

Em Portugal, os espaços públicos de lazer são objeto duma atenção vagamente condescendente: realizações puramente funcionais, simples objetos decorativos, conceção de projetos ao sabor da moda ou em função de critérios muito limitados que passam quase sempre pela garantia da segurança, circulação, aparência física e menor custo.

Os cidadãos têm assim disponíveis espaços de uma grande racionalidade, mas de uma grande pobreza, quando do que se trata na realidade é de um outro empenhamento: ser capaz de aceitar o desafio de produzir, em conjunto com os cidadãos, os novos espaços públicos abertos que assegurem, por um lado, a satisfação e as necessidades dos seus mais ativos utilizadores, e por outro, a variedade das opções, mais ou menos passivas que representam outros tantos quadros da vida quotidiana da cidade. (Lopes, 1999).

O cidadão, enquanto utilizador principal do espaço público, tem responsabilidade no seu estado, daí que deva, também ele, ter um papel interventivo e ser envolvido na «ideia de cidade», para que a mesma se identifique com ele.

2.5. A CRISE NO ESPAÇO PÚBLICO

A história da cidade está repleta de crises e mudanças radicais, que abalaram os seus alicerces.

Acontecimentos, como a destruição das cinturas e muralhas das cidades medievais, a introdução das primeiras malhas urbanas ortogonais, ou mesmo o aparecimento da expansão do trânsito automóvel, foram momentos críticos da sua história.

Perante esta nova fase de crescimento urbano, não só o futuro da cidade se apresenta difícil de prever, como já a própria cidade contemporânea se torna difícil de compreender, pela sua particularidade e complexidade de escala. “O caos urbano não é uma antevisão do futuro, é pelo contrário, o presente progressivo da «cidade desurbanizada».” (Graça, 2006, p. 9).

Contudo, a cidade prevalece, apesar das dinâmicas desestruturadoras e fragmentação urbanística e social. Se por um lado, encontrarmos a cidade bem segura tanto nos seus alicerces económicos seculares, como nos seus valores culturais e políticos, por outro lado verificamos o enfraquecimento da esfera pública na vida e espaço urbanos.

Em Portugal, encontramos hoje, uma nova relação entre os habitantes e os espaços da cidade. Os equipamentos lúdico-comerciais substituíram progressivamente a rede de espaços públicos urbanos; introduziram-se mecanismos privados na produção de espaços públicos e uso coletivo em espaços privados, como é o caso anteriormente referido, dos centros comerciais. Deixou de ser clara a fronteira entre o domínio público e privado da cidade.

Nota-se a existência de um sentimento de crise que atravessa a vida pública, refletindo-se no crescente uso e importância dada aos equipamentos e estruturas privadas. A fusão dos domínios urbanos do público e privado reflete profundos processos de mudança e antecipa o combate do próximo século entre a cidade pública e social e a cidade civilizada do lucro e da diversão. Se voltarmos á questão do automóvel, atrás referida, e da sua intensa expansão ao longo das décadas, podemos considerar que, o carro, em muitas ocasiões, é o elo de ligação entre o cidadão e o espaço público, uma vez que os espaços públicos são, numa grande parte, corrompidos pela sua intrusão. Tornou-se, em muitos casos, um elemento imprescindível. Como consequência, as áreas públicas ficaram mais perigosas e poluídas, e as pessoas abandonaram o espaço, forçando a sua exclusão social. Os

cidadãos fugiram dos centros urbanos para as periferias em busca de uma melhor qualidade de vida. A cidade ficou dispersa e fragmentada, perdendo a sua essência.

Contudo, temos assistido em Lisboa, a uma alteração desse sistema. A praça do Rossio e o Terreiro do Paço são exemplos disso. Ambos foram grandes parques de estacionamento automóvel, ainda nos anos 70, e, entretanto, foram devolvidos à sua função inicial nos últimos anos do século XX, como espaços livres e sem a intrusão do carro. O espaço público ganhou maior ênfase e é, cada vez mais, tema de discussões no meio da arquitetura contemporânea.

Para uma cidade que satisfaça as necessidades atuais (melhoria da qualidade de vida) sem ultrapassar a carga dos ecossistemas de suporte e, conseqüentemente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras na satisfação das suas necessidades, é indispensável a redução da mobilidade forçada e do uso desnecessário de veículos motorizados. (Alves, 2003, p.63)



Ilustração 3 – Terreiro do Paço, Lisboa, 1970 (Verde, 2008)



Ilustração 4 - Praça D. Pedro IV, Rossio, Lisboa (postais de Portugal, 2005)

3. IDENTIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

3.1. CONCEITOS E CONTEXTO

O termo Espaço Público surge cada vez mais como o *locus* de uma base de discussão transversal às diversas ciências, suscitando permanentemente novas abordagens. Atualmente têm surgido diversos estudos que focalizam o espaço público urbano, quer ao nível da sua estrutura, função e projeto. Pelo seu carácter simbólico e social, têm-se intercalado varias destas perspetivas de leitura critica e estudo, por se entender que o espaço público acarta diversos significados e proporções que não existem isoladas.

Segundo François Ascher (1996, p.174), o termo de espaço público surgiu pela primeira vez, num documento administrativo em 1977, no quadro de um processo de intervenção pública, agrupando na mesma categoria os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana e o mobiliário urbano. O espaço público é considerado como aquele espaço, dentro do território urbano tradicional (especialmente nas cidades capitalistas, onde a presença do privado é predominante), e sendo de uso comum e de posse coletiva, pertence ao poder público.

O espaço público é o espaço por excelência da/na cidade. É o espaço da cidade. Conhecemos a cidade através do espaço público. Nele aprendemos a caminhar e a ver a cidade. (Indovina, 2002, p.119)

Francesco Indovina (2002, p.119) assume esta posição, e define alguns pontos de vista para justificar o espaço público como da cidade. De um modo geral, considera que o espaço público constitui um elemento importante de identificação e identidade, que dota de significado os lugares, dá-lhes forma representativa, assumindo muitas vezes a conotação de um “símbolo” (as praças famosas de muitas cidades). Esta afirmação não exclui que também elementos privados (por exemplo: edifícios) possam ter um papel de identificação e ascender a símbolos. Refere também, o espaço público como «o lugar da palavra», impondo a organização de espaços nos quais a palavra possa ser expressa. O espaço público é lugar de socialização, de encontro e, onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos. Este é o papel mais evidente do espaço público e que hoje se encontra em crise.

O conceito de espaço público é de alguma complexidade, pelo que uma definição específica seria sempre redutora.

Alexandra Castro³ (2002, p.53) refere, do ponto de vista sociológico, que o termo de espaço público por si só se revela com alguma complexidade. No ponto de vista desta autora, o espaço público deve ser visto segundo duas perspetivas antagónicas. A primeira reforça o retorno em força dos espaços públicos, como elementos centrais dos projetos urbanos, e a segunda salienta que o esquecimento da sua dimensão pública pode estar na origem da crise do laço social de cidadania que hoje se conhece.

Na primeira perspetiva, o retorno dos espaços públicos, prende-se com grandes projetos de renovação urbana. Relativamente á segunda visão, François Ascher (1996, p.174), refere que a problemática dos espaços públicos resulta num primeiro momento de uma transformação das práticas urbanas e dos usos e estados dos diversos espaços metropolitanos. As noções de público e privado transformam-se, as partilhas espaciais e jurídicas redefinem-se.

O espaço constitui ou deveria constituir uma fonte de forte representação pessoal, cultural e social, pois trata-se de um espaço simbólico onde são confrontados os discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais que constituem uma sociedade.

O espaço público está repleto de significados, que representam, em muitos casos, o passado que se reflete no tempo e se transforma, e que conta no presente a sua história.



Ilustração 5 - Siena's Pride, Italy, Siena, Piazza del Campo (Schoenbohm, 2009)



Ilustração 6 - Mercado de Rialto (Millitros, 2009)

³ Socióloga. Investigadora do centro de estudos territoriais

Na idade média, as cidades nasceram essencialmente para usufruto do indivíduo enquanto peão e utilizador do espaço público exterior, e eram caracterizadas pela sua continuidade, densidade urbana elevada, multifuncionalidade e diversidade de espaços e vivências. As ruas eram moldadas para a circulação pedestre e as praças eram desenhadas a pensar nos vários usos que poderiam ter, tais como, mercados, desfiles, procissões. Inúmeros tipos de atividades ao ar livre existiam então.

Estas tipologias eram consideradas os elementos estruturantes de espaço público e da identidade morfológica do tecido urbano. As cidades desta época foram evoluindo progressiva e lentamente, daí que se adaptassem às exigências variadas e por consequência surgiram espaços públicos, que ainda hoje, oferecem condições ideais de utilização ótimas, valorizando as atividades pedonais.

A cidade de Veneza é um bom exemplo daquela evolução adaptativa. Considerada uma cidade medieval, continua a funcionar de maneira tradicional, devido às suas condições naturais que inviabilizam o automóvel como modo de deslocação



Ilustração 7 - Vista de Veneza do Campanário de São Marcos (Hong, 2013)

A escala destas cidades, como Veneza, está em harmonia com os usos e vários tipos de movimentos, favorecendo a circulação pedestre sem interrupções. Esta harmonia encontra-se tanto na dimensão das ruas como na distribuição dos usos ao longo das ruas e praças, e nos edifícios, em relação á escala e ao detalhe.

3.2. CARACTERIZAÇÃO E SIGNIFICAÇÃO

A caracterização do espaço público é dada, em primeiro lugar, pela capacidade de gerar “permanência”, ou seja, a sua capacidade de atrair pessoas e vida urbana. Estando esta ultima indubitavelmente relacionada com a dinâmica e significados que gera no meio urbano. (Neves, 2013, p.3)

Reconhecemos a validade do espaço público, quando este existe enquanto lugar capaz de agregar, por um vasto período de tempo, as pessoas. O espaço público é, pelo seu valor e capacidade de criar relações, um espaço apto a adquirir os mais variados usos e funções, em conjunto ou mesmo em tempos distintos. Na sua diversidade de usos e variações comportamentais, abarca um conjunto de condicionantes que interferem na sua caracterização.

Maurice Cerasi (1976, p.87) explicita os valores intrínsecos ao espaço e a sua importância no que diz respeito às relações urbanas, segundo quatro fatores: **Temporais, de localização na Cidade, quantitativos e qualitativos.**

No que diz respeito aos fatores **temporais**, estes contêm as capacidades para o espaço ser um elemento acumulador de memória, de sedimentação de tempos distintos e de ritualização. Os fatores temporais permitem a marcação de tempos ao nível da forma, dos usos e do reconhecimento. Há aqui a aptidão para uma construção do espaço público baseado na relação simultânea entre factos permanentes, acrescidos ou efémeros. O reconhecimento e o aumento da capacidade abrangedora do espaço são também, resultado da ação do tempo sobre espaço e a arquitetura.

O tempo interfere nos valores dos elementos compositivos da cidade, no que diz respeito à sua dimensão patrimonial.

Existe aqui, uma necessária reflexão entre passado e presente, confrontando a importância dos factos, entre as dimensões documentativas, culturais e históricas. A permanência dos diferentes tempos sujeita-se a mutações e regenerações por parte da comunidade que o identifica e caracteriza.

Os fatores de **localização** na cidade referem-se à posição dos espaços no interior da estrutura urbana. A sua posição em relação ao centro e aos eixos estruturantes, permitem-lhe um posicionamento no interior das hierarquias urbanas, enquanto lugar de referência e encontro. Qualidades, como a continuidade espacial face à envolvente, determinam a sua importância, valor e capacidade de concentração.

A caracterização do espaço, passa assim, pelo modo de como este se insere na cidade, que resulta em parte da evolução e opções a nível urbanísticos do

desenvolvimento da cidade, e da importância e valor dados aos acontecimentos ao longo do tempo. A localização dos espaços vem refletir-se nas suas capacidades de encontro e integração. A relação com a centralidade e a globalidade da estrutura urbana permite compreender melhor a sua capacidade agregadora.

A quebra das relações espaciais é o fator de desagregação da cidade, determinando assim o fim da continuidade sequencial, dando lugar a uma percepção de somatórios e referências isoladas.

Na sua complementaridade funcional com a envolvente, os espaços públicos abarcam possibilidades de variação, intercâmbio e independência. Na cidade contemporânea, o cisma entre habitação e as atividades profissionais, fragmenta complementaridades no interior da estrutura urbana.

Esse cisma vem refletir-se no espaço público, repercutindo-se igualmente ao nível de outros sistemas relacionais aí presentes, como a vida cívica e intercâmbio cultural e social entre os membros da comunidade. (Coelho, 2005, p.69)

Quanto aos fatores **quantitativos**, estes referem-se a questões de abrangência física e significativa do espaço sobre os diferentes sistemas da cidade. Atribuem símbolo de referência e capacidades de influência do espaço através da sua forma, dinâmica e significado.

A quantidade de indivíduos que se relacionam com o espaço mostra a sua capacidade e o nível de abrangência dos seus símbolos, informação e reconhecimento. Essa quantidade importa, não só pela capacidade absoluta por si abrangida, como também pela quantidade diferenciada de usos e significados que os indivíduos atribuem ao espaço. Quanto maior e mais diversificada for a quantidade de indivíduos que reconhecem e atribuem valor ao espaço, mais amplo, nos seus usos, valores e dimensão referencial, ele ficará.

Importa também quantificar a importância e influência destes fatores ao nível dos aspetos físicos, o que depende igualmente da sua localização (como já foi referido anteriormente), da sua dinâmica e capacidade de reconhecimento.

A sua amplitude é verificada sobre o seu raio de influência sobre a envolvente cuja quantificação depende, maioritariamente da implementação de uma reação recíproca em que o espaço se estabelece com factor determinante e determinado pela configuração da envolvente. (Coelho, 2005, p.66)

No contexto dos fatores **qualitativos**, encontramos uma série de elementos que se baseiam não só nas qualidades físicas do espaço, mas também na sua gestão e manutenção, assim como qualificação dos seus usos. Importam aqui fatores de dimensão, geometria, tipo-morfologia do construído, relação com a estrutura envolvente, conteúdo das formas, símbolos e capacidade semântica do espaço e respetivas arquiteturas. É tido em conta o seu alcance sobre a construção física do espaço e estabelecimento de princípios relacionais.

Brandão Alves (2003, p.32) entende o espaço da cidade sobre duas perspetivas. Numa primeira, a cidade é abordada como uma paisagem em aberto, onde os edifícios são objetos tridimensionais, peças escultóricas que constroem um território organizado. Na segunda visão, o espaço em si, é um elemento tridimensional, onde as fachadas dos edifícios servem apenas como moldura do espaço.

Enquanto na primeira abordagem, os edifícios são entendidos como algo positivo da construção urbana, ou seja, o edificado vale como figura, na segunda, essa ideia é transportada para o espaço urbano em que os edifícios se implantam e ganham forma através do espaço aberto.

Aproxima-nos a primeira perspetiva, aos modos de construção urbanos da cidade moderna, e a segunda, atendendo à sua relação determinante com o espaço aberto e com o traçado urbano, à cidade antiga e aos seus princípios canónicos.

A configuração do espaço envolve uma necessária relação e articulação com as arquiteturas que lhe dão forma e caracterizam, pois é essa articulação e relação que determinam a qualidade da cidade, distinguindo assim a cidade histórica, com significado, dos padrões modernistas da cidade.

A qualificação do espaço resulta da riqueza de articulações, da qualificação do seu traçado e infraestruturas, e das funções e significados possíveis de serem adquiridos sobre ele.

A geometria e dimensão do espaço determinam à partida a sua proporção, que por sua vez interfere na sua forma dinâmica, exprimindo capacidades físicas para abranger nos seus limites, grupos de pessoas e atividades significativas para a comunidade.

A geometria resulta das constantes operações de consolidação e das relações com a envolvente. A configuração bidimensional do espaço sustenta em si mesma, uma série de significados nomeadamente ao nível do posicionamento e relacionamento com as restantes formas da envolvente.

Um amplo espaço, como as praças, os rossios e alamedas, distingue-se dentro da cidade na sua bidimensionalidade e pela influência desta sobre as figuras envolventes.

Pelas suas dimensões e geometrias, os espaços aqui referidos são indispensáveis ao desenvolvimento de articulações dinâmicas e pausas face aos restantes elementos estruturantes da cidade.

Na sua forma, dimensão e articulação, o espaço expressa valores e coloca ao dispor dos utentes pré- disposições que inferem no seu uso e reconhecimento. O modo de chegada e os pontos de charneira entre o espaço e as ruas, avenidas, e envolvente natural, determinam muito da sua valorização. De acordo com os tipos de articulação, com os tipos de chegada, com as pausas existentes e mudanças de enfoque, destacam-se os elementos arquitetónicos, procedendo-se à valorização do vazio, ou do elemento central destacado.

O espaço é mais ou menos inclusivo consoante a solidez dos limites e a maior ou menor abertura proporcionada pelas suas articulações. A localização de entradas nos lados ou nos vértices privilegia a continuidade construtiva e espacial da sua envolvente ou edifícios nos seus topos. Do mesmo modo a disponibilidade do espaço central, com percursos na envolvente ou atravessado por esses, valoriza a sua função de estar e de uso ou privilegia a mobilidade, dinamismo, e relação com o restante espaço urbano.

Por outro lado, a existência de elementos centrais, como estátuas, fontes ou monumentos possibilita o desenvolvimento de forças aferentes sobre a forma e o espaço envolvente.

Um exemplo do que foi referido anteriormente, é a Place Vendôme em Paris. A praça é atravessada ao centro por um grande eixo urbano que valoriza dinâmicas de relação e abertura com a cidade, ao mesmo tempo que o monumento central parece funcionar como foco no seu interior e como referência sobre as entradas da praça.



Ilustração 8 - Place Vendôme, Louis Bretez, Paris, 1739 (Bedrock images. Makers of Forgotten Maps, 2013)



Ilustração 9 - Place Vendôme, 2013 (A.M.C, 2013)



Ilustração 10 - Praça Vendomê, Paris, 2012 (Watchuseek, 2012)

Por outro lado, a Place des Vosges, pela continuidade dos pórticos no seu perímetro e pelas interrupções feitas nos cantos da praça, valoriza o sentido de inclusão realçando a interioridade urbana.



Ilustração 11 - Place des Vosges, Paris, Louis Bretez, 1739 (Bedrock images. Makers of Forgotten Maps, 2013)



Ilustração 12 - Place des Vosges, Paris, 2012 (Lanchazo, 2010)



Ilustração 13 - Arquitetura da Place des Vosges, Paris, 2012 (Mello, 2013)

Praças como a do Capitólio em Roma recorrem à colocação de um elemento central como elemento focal e unificador do espaço, enquanto, praças como a Piazza del Campo em Siena valorizam o grande edifício de representação da comunidade e do poder da cidade.



Ilustração 14 - Praça do Capitólio - by Michelangel (Strada, 2006)



Ilustração 15 - Siena Piazza del Campo (Schoenle, 2006)

Este constitui-se como elemento gerador e referencial da cidade e do espaço público que lhe serve de suporte.

Ainda que mencionados em termos globais, os fatores qualitativos como a dimensão, proporção, forma e articulação, podem conciliar diversificadas situações, consoante as soluções relacionais criadas sobre o espaço público. Resultante da geometria, dimensão e proporção das partes, é aferida a escala do espaço, determinando questões de conforto e fluxo. O conforto resulta da relação entre corpo e fatos urbanos. Esta relação proporciona uma capacidade de bem-estar e reconhecimento, determinando até que ponto o espaço se tornará um ambiente afetivo. Se não é estabelecida uma relação com o espaço, não é possível usufruir das suas qualidades emocionais e estéticas, da mesma maneira que, se esse mesmo espaço, não for utilizado, essas qualidades não serão atingidas.

A escala afere-se no conforto e uso do espaço, colocando questões sobre a dimensão do indivíduo face ao espaço e face ao número de indivíduos que o habitam.

Os fluxos são resultado dessa relação entre espaço e da inevitabilidade de movimento. A relação com o espaço, a sua avaliação e reconhecimento deve-se muito ao modo de como este é percorrido (a pé, de bicicleta ou em veículos motorizados). Dos diferentes modos de circulação surgem diferentes relações, usos e apropriações, mas acima de tudo, diferentes construções sobre a ideia do lugar. Tenhamos em conta que, em muitos casos, os espaços percorridos a pé têm maior possibilidade para uma criação de memórias e referências.

Por exemplo, a rotunda do Marquês de Pombal é uma rotunda em que, pelo modo de movimentação principal, o veículo motorizado, dificulta o reconhecimento dos indivíduos no seu interior.

Por sua vez, a praça do Rossio permite uma fácil identificação dos cidadãos no seu interior, conseqüente da sua escala e da circulação pedonal feita no seu espaço.



Ilustração 16 - Rotunda do Marquês em Lisboa, Martins, 2012
(Pensar Lisboa. Viver Lisboa intensamente, 2012)



Ilustração 17 - Praça do Rossio em Lisboa, Borges, 2012 (Hello Lisboa, 2012)

Existe assim, uma relação direta entre escala, experiências e capacidade de averiguação dos elementos constituintes do espaço sobre os usos e capacidades de reconhecimento intrínseco à construção do lugar

O conjunto dos fatores qualitativos estende-se ainda para além das questões estruturais do espaço, abrangendo conteúdos formais e informadores dos factos que o constituem e caracterizam.

O espaço em arquitetura é, forçosamente, um elemento que, aliado a outros como a luz, a cor, o tempo, constrói um todo formal que adquire significados não só para o arquiteto mas também para os seus usuários. É esse todo significativo que formula uma dimensão poética do espaço, rica e complexa, que se aplica também ao espaço público em contexto urbano. (Neves, 2013, p.4)

Os significados expressam-se numa matriz espacial mas também nos aspetos icónicos do ambiente construído. Além do esquema espacial, da sua articulação e proporção dos seus elementos, importa também, para a caracterização dos factos urbanos, as suas particularidades materiais, a expressão e resolução construtiva dos pavimentos, fachadas e todos os elementos que contribuem para a qualidade formal do espaço e para a sua imagem⁴.

Da estrutura tipo-morfológica, arquitetónica e urbanística, emanam tendências de forma, que associadas a problemas particulares decorrentes das especificidades do meio (como por exemplo, a disponibilidade de determinados materiais e condições climáticas) e ao contexto cultural que os originam, determinam a sua qualidade.

⁴ Rapoport, Amos (1978) em: Aspectos humanos de la forma urbana. Colecção arquitectura/perspectivas. Gustavo Gili. Barcelona.

Uma das características que prevalece na construção da cidade advém da existência de elementos determinantes e dominantes que lhe conferem unidade. Uma lógica métrica e tipológica que caracteriza o edificado, e que se reflete na transformação dos espaços da cidade, marcando ritmos e focalizando as extraordinárias construções monumentais. Esses sistemas métricos construtivos são adotados pelos acontecimentos históricos e culturais definindo a imagem da cidade.

Concluimos assim que, para garantir a qualidade dos espaços públicos é necessário oferecer condições favoráveis para deambular e permanecer nesses espaços, assim como condições para a realização de atividades sociais. Deste modo, o carácter do espaço envolvente tem um papel fundamental na qualidade destes espaços. Por isso o desenho de cada espaço deve ser pensado até ao mais pequeno detalhe.

A qualidade dos espaços públicos permite a relação entre gerações, classes sociais e diferentes comunidades. Sem estes, a cidade fica pobre, e os seus habitantes isolam-se nas suas habitações.

Para satisfazer melhor as necessidades das pessoas que habitam o espaço público, há que tentar relacioná-los sempre com o contexto urbano em que estão inseridos, de maneira a conseguir avaliar as transformações culturais e da vida urbana que as pessoas promovem, pois são estas transformações que produzem novas necessidades e novos espaços.

3.3. VAZIOS COM IDENTIDADE

Um grande problema no crescimento da cidade atual é, o facto dos espaços públicos, em grande parte, serem deixados para o que “sobra” das construções, isto é, o espaço restante. Essa perceção deve-se, em geral, à dificuldade que os arquitetos podem ter em desenhar os vazios, o que terá consequências na forma como desenham a cidade.

Questionamos então qual o papel dos espaços públicos no processo do desenho urbano? Os vazios podem ter identidade?

Para podermos responder a esta questão, será primeiro necessário compreender o que é desenhar a cidade. Para nós, a cidade desenha-se enquanto entidade formal, com matéria edificada, mas também com vazios. Na maioria dos casos, os arquitetos

desenham a cidade a partir do edificado, e os vazios são apenas o espaço que resta ou que fica “entre”.

É certo, que estas referências vêm do movimento moderno, do século passado onde se pressupunha que,

“ [...] O ponto de contacto entre os interesses públicos e privados, estava separado no limite que separava os blocos construídos (sobretudo os blocos habitacionais) dos espaços comuns necessários ao funcionamento da cidade – e que no contexto da carta de Atenas eram dedicados ao lazer e circulação. Devido ao carácter esquemático desta dualidade, tanto os espaços públicos como os privados tendiam a ser homogéneos [...]” (Neves, 2013, p.6)

Espaços que denotavam uma ideia de centralidade abstrata e um sentido de reunião ainda mais abstrato. Excetuavam-se os parques verdes públicos que, em regra, resultavam também como espaços descaracterizados e residuais.

Neste contexto há que reformular o valor simbólico dos espaços públicos, introduzindo novas afirmações inventivas obre o poder de comunicação das formas arquitectónicas e urbanas, reinventado o uso das novas tecnologias da informação e com isso, o próprio cerne da arquitetura. (Neves, 2013, p.6)

É necessário criar ou reabilitar os espaços para que estes abarquem e definam hábitos urbanos contemporâneos bem como a identidade e a imagem da cidade.

Para tal, há que entender qual é o papel dos vazios, pois estes são espaços que se adaptam e adquirem forma com o objetivo de construir lugares com identidade.

3.4. ESPAÇO E LUGAR

O lugar é um espaço que percecionamos e guardamos na memória e no tempo, que pode ser real e situável, mas também fruto da nossa imaginação.

Para conceber um lugar como espaço, é preciso existirem referências, enfatizando-as e distinguindo-as da restante malha da cidade, tendo sempre consciência que, estas organizam e estagnam o espaço no tempo, seja este, físico ou móvel, precisando sempre de apelar aos sentidos para poder percecioná-lo.

Todos os sentidos são necessários para a percepção do espaço público. O olfato aliado à visão (pelas alterações cromáticas) possibilitam-nos guardar na memória um espaço, configurando-se e redefinindo-se em ordem de importância. Num espaço guardado na nossa memória, é importante também o ruído. A sonoridade é um fator importante e determinante de referência de um espaço ou lugar.

Mas, podemos também, tomar conhecimento que estamos num determinado lugar, pelo tato. Pela textura apresentada no chão, na natureza e nos edifícios. Ou mesmo pela variedade de materiais que em muitas vezes nos servem como marcantes referências.

É sobretudo pelo sentido da visão, que conjuntamente com os restantes sentidos, nos relacionamos e interagimos com o espaço físico presente. É com o sentido da visão que observamos os objetos e as pessoas. O espaço é assim caracterizado como um lugar com identidade, a qual gera características únicas e distintas e nos remete para um espaço globalizante.

Ver, ouvir e falar, são talvez, das qualidades que, quando ocorrem, indicam a qualidade do espaço envolvido.

Um lugar traduz-se numa composição poética, onde todas as formas se constroem ou transformam numa harmonia sublime. Muitas vezes, esta composição poética está presente em praças e espaços públicos monumentais, que se inserem num contexto único e inigualável pelas suas características impostas. Quando nos deslocamos nesses espaços, conseguimos percecioná-los na envolvente. Mas, também é o sentimento que estes espaços nos transmitem, mostrando onde a sua composição é feliz, a sua construção harmoniosa, que nos permite alcançar um sentido de equilíbrio.

E aqui vale recordar que os sentimentos são, mais do que a razão, formas estáveis, sólidas e duradouras de relação com o meio, e por isso mesmo factores de solidariedade. “Ninguém inventa um sentimento. Perdido este sentimento, de pertença dos seres aos seus lugares, perdida está a identidade”. (Tainha, 2006, p. 11)

O desenvolvimento das ligações a um lugar depende, e muito, da relação que cada indivíduo com ele tem.

A evolução do significado é um processo interativo entre o indivíduo e o espaço, ao longo do tempo, e onde coexistem formas físicas interativas. Há uma relação entre os

estímulos proporcionados pelo próprio espaço e as próprias experiências e associações do utilizador.

A forma de dar sentido a um lugar, é sem dúvida, o encontro com o desenho urbano e entre os diferentes níveis da área da intervenção. O mesmo se passa para a arquitetura, onde a integração e harmonia do edificado não pode acontecer só ao nível da topografia, climatologia, escala e materiais, mas também ao nível dos significados, como a cor, a luz, a sombra, os cheios e vazios, os hábitos urbanos, o contexto histórico, a vegetação e a relação com a envolvente.

Construir o significado do lugar público implica,

“ [...] Atribuir ao espaço a capacidade de abrigar diferentes experiências, memoráveis e significantes, num ambiente em que o conforto, a segurança e o prazer cruzam a satisfação das necessidades dos utilizadores.” (Alves, 2003, p.119)

3.5. ESPAÇO E GENIUS LOCI

O termo *Genius Loci* está presente em várias etapas da civilização. Qualquer cidade ancestral é privilegiada pelo *Genius Loci*, pelo seu enquadramento perfeito entre a paisagem e o edificado.

É toda a envolvente, toda a composição poética de um conjunto urbano que se articula harmoniosamente num todo que indica que podemos estar perante um *Genius Loci*.

Damos como exemplo a Piazza Navona em Roma. Um conjunto em perfeita harmonia do construído com as suas diversidades cromáticas que se complementam com o espaço. A *Fontana di Neptuno* representa um momento de espiritualidade autêntica que enriquece o espaço.

O espírito do lugar está presente não só na paisagem natural como cada vez mais, no perfeito enquadramento entre o construído e o natural. Resulta também da colocação das formas arquitetónicas no conjunto formal que se torna poético e sobretudo identitário, herdeiro de uma memória e de uma particular forma de expressão.

Este tipo de composição deve-se à sensível e consecutiva compreensão do espaço e a um prolongar da sua evolução, onde não existe um resultado final, mas uma soma de fases que se traduzem numa identidade e linguagem contínuas.



Ilustração 18 - Plaza Navona, José Luís Fuentes, 2011 (Fuentes, 2008)



Ilustração 19 - Fuente de Neptuno, Angél Mateo, 2008 (Mateo, 2008)

Norberg Schulz faz nascer a expressão *Genius Loci*, na época moderna, para traduzir o espírito do lugar com a identidade local.

O termo *Genius Loci* refere-se a um agregado das características sócio- culturais, arquitetónicas de linguagem e costumes, intrínsecas ao lugar e caracterizadoras do mesmo. É mais que o enquadramento perfeito ou pano de fundo de um lugar de contemplação. Apoia-se na arquitetura e na vontade do homem de aprisionar o momento na memória.

A classificação de um espaço, como espaço com “espírito” passa, por breves momentos, por conseguir abandonar o lado racional da análise do espaço e deixar-se levar pela beleza que este nos transmite e que dele é própria.

3.6. ESPAÇO PÚBLICO E EDIFÍCIOS DE PROXIMIDADE

A envolvente edificada dos espaços públicos tem grande importância na sua definição, pois dela depende a configuração volumétrica dos espaços.

Para haver harmonia na dimensão dos espaços, tem de haver equilíbrio entre a altura dos edifícios e o desenho em planta do espaço, embora seja difícil definir as dimensões que proporcionam esse equilíbrio.

Camilo Sitte⁵ (2001, p.141) menciona a dimensão das praças em relação à altura do edifício principal, considerando que a menor dimensão da praça deve ser igual à altura do edifício, e a maior não deve exceder o dobro da altura dos edifícios.

⁵ Camilo Sitte segundo Watson, Donald; Plattus, Alan; Shilbley, Robert (2001) – “Time saver standarts for urban design”. Nova Iorque. (tradução nossa)

Uma praça pequena tende a ser suprimida pelos edifícios envolventes, e, uma praça com grande escala impõe-se em relação à arquitetura que a envolve e define, perdendo o enquadramento que esta lhe concede, minimizando-lhe a escala.

Contudo, existem muitos casos bem-sucedidos que não obedecem a estas regras, pois a dimensão dos espaços depende também de outros fatores, como já foi dito anteriormente. Mas, há que ter em conta, que a harmonia das dimensões do espaço é um fator importante para que os seus utilizadores não se sintam perdidos ou intimidados nele.

Observamos também esta relação nas ruas, mas, com proporções diferentes.

Se os edifícios forem demasiado altos em relação à largura da rua, pode resultar, um sentimento de opressão. Se forem muito baixos, pode surgir um sentimento de vulnerabilidade e desabrigo. Queremos com isto dizer, que, quanto mais altos forem os edifícios, mais larga terá de ser a largura da rua, até que esta, deixe de ter as proporções e dimensões que a definem como rua.

Nas ruas mais estreitas, a altura dos edifícios é mais intensificada, e os pormenores ao nível da nossa visão, têm uma maior importância.

Nas ruas largas, a distância do observador aos edifícios, por ser maior, torna evidente, a falta de relação entre ambos. O observador está demasiado afastado do edifício, para compreender as fachadas que o rodeiam como um todo.

Neste caso, o pavimento e a linha do horizonte, tornam-se elementos fundamentais para a caracterização e carácter das ruas.

Carlos Caro e Juan Rivas⁶ (1990, p.52) no seu estudo acerca da proporção dos espaços relacionam a distância do observador ao edifício com a altura deste, através de correspondências matemáticas (D/H - distância a dividir pela altura).

Quando esta relação é maior que 1, ou seja, quando a distância do observador ao edifício é maior que a altura do mesmo, a impressão visual que produz a observação dos volumes edificados faz parecer as dimensões maiores do que são na realidade e o edifício passa a ser visto com parte de um conjunto urbano.

⁶ Carlos Caro e Juan Rivas, no seu livro: Arquitectura Urbana: elementos de teoria e deseño.

Quando a relação é inferior a 1, a distância é inferior à altura do edifício, a sensação é de aproximação ao edifício e as dimensões do espaço parecem menores do que realmente são.

Este estudo torna-se importante e útil para podermos perceber o efeito que a dimensão dos espaços tem em quem os observa e usa.

Salienta-se aqui também, a arquitetura dos edifícios envolventes do espaço público.

A composição das fachadas, os seus vãos e coberturas, os ritmos verticais e horizontais, a transparência e permeabilidade ou a opacidade e encerramento, são meios que possibilitam uma relação direta entre os edifícios e o espaço urbano.

São as fachadas que exprimem as características do edifício, e são elas que ligam o espaço exterior público com o espaço interior do mesmo. São o cenário que define o espaço urbano. Consoante as suas características, causam diferentes impactos. No que respeita à sua composição, uma fachada muito trabalhada transmite ritmo e interage com o utilizador; uma fachada plana cria alguma monotonia, e se for muito extensa, pode até causar aborrecimento e falta de interesse por quem a percorre, o que, por outro lado, centra todas as atenções para o que se passa no espaço público.

Quanto à permeabilidade, se a fachada for muito fechada, torna-se opressora e reservada, mas se tiver muitos vãos, a sua relação com o exterior é reforçada.

É no piso térreo que a permeabilidade tem um impacto mais significativo na relação interior/ exterior, pois é neste piso que se concentram a maior parte das atividades.

Ao nível dos pisos superiores, consegue-se uma maior relação com o exterior através do aumento das dimensões dos vãos ou do avanço de varandas, o que vai permitir uma maior articulação, em todos os níveis, com o espaço público imediato.

Se as fachadas tiverem corpos construídos, salientes ou reentrantes, em vez de as apreendermos numa só vez, como acontece com as fachadas que estão completamente alinhadas, o nosso olhar centra-se na complexidade e sinuosidade dos seus elementos, e vai descobrindo o espaço à medida que o percorre. Este é um efeito desejável, mas quando a volumetria dos edifícios se sobrepõe ao volume do vazio, o espaço pode perder o sentido de conjunto, bem como a sua definição ou mesmo identidade.

Atribuir um sentido de unidade ao espaço, não significa, necessariamente, obter resultados arquitetónicos monótonos ou sem dinâmica. Frequentemente os espaços que acolhem elementos de carácter distinto, mantêm presente uma forte unidade espacial, dada pela correta articulação dos materiais comuns, pelo uso e ritmo de alguns elementos, pela adição de detalhes semelhantes, pelo controlo dos volumes e das cêrceas dos edifícios, e mesmo pelo contraste que pode ser causado.

Para uma fácil perceção do espaço como figura, há que compreender o grau de relacionamento das fachadas dos edifícios com o espaço público por eles definidos, promovendo o sentido de contenção (que iremos aprofundar mais á frente), orientação e definição dos limites público/privado. As zonas de transição entre edifício e espaço público merecem algum destaque, pois é através delas que se estabelece sentido e coesão entre vazio e edificado, entre interior e exterior.

Estas podem construir uma extensão do edificado, produzindo uma progressão daquilo que é a transição do público para o privado. Podem captar vivências do exterior para o interior do edifício, e podem também servir de apoio as atividades realizadas no espaço exterior público. Na maior parte dos casos, quando nos referimos às zonas de transição, estamos a falar da sua materialização através das arcadas, galerias ou recuos no piso térreo, ou até mesmo, simples adições nas fachadas. Estas zonas são importantes também para o espaço público pela proteção contra as condições climáticas adversas. Esta dupla função, de dar cobertura e ser um espaço de transição, é valorizada pelas manifestações estéticas que oferecem contraste de volumes, de luz e sombra, e com a diversidade de soluções arquitetónicas ornamentais adotadas na sua construção.

Há ainda um conceito importante no que respeita os edifícios e a sua relação com o espaço exterior público. O conceito de territorialidade.

“Cada edifício possui um território de influência na envolvente espacial imediata, o que interfere no uso do espaço público e na conduta do utilizador”. (Alves, 2003, p.44) Consoante as dimensões, funções, características arquitetónicas e importância, o território de influência pode ser maior ou menor. Pode estar rodeado de outros edifícios que lhe dão sentido como espaço, ou pode simplesmente, ser um espaço imaginário inserido no espaço público urbano.

Muitas vezes, quando o edifício apresenta características únicas e singulares, adquire importâncias simbólicas, que por sua vez, quando o espaço assim o permite, se tornam o seu marco, fazendo com que o próprio espaço viva em função delas. As fachadas dos edifícios fazem parte de um conjunto urbano que caracteriza cada espaço e o ajudam a diferenciar-se dos outros.

Peter Smith⁷ (2003, p.61-193) argumenta que a nossa capacidade intuitiva para a apreciação estética tem quatro componentes distintos que transcendem o tempo e a cultura: o sentido de rima e padrão - que envolve semelhanças nos elementos e pressupõe a existência simultânea de complexidade e padrões, ou seja, uma massa de detalhe visual e informação; a valorização do ritmo, que, diferentemente da rima depende do seu impacto, sobre a mais estrita repetição. O prazer visual resulta, a partir de diferentes elementos rítmicos, desde o simples ao mais complexo repetido sistema. O ritmo é produzido pelo agrupamento de elementos que criam ênfase, intervalo e direção. Para evitar a monotonia, o contraste e variedade são essenciais para alcançar ritmos interessantes; o reconhecimento de equilíbrio, que consiste numa forma de ordem, geralmente relacionada com a harmonia entre as partes dum cenário visual ou ambiente. Partes essas, que podem estar também relacionadas com organizações altamente complexas de cores, texturas e formas; e por último, sensibilidade para relações harmoniosas, onde se refere as relações entre as diferentes partes e como elas se encaixam para formar um todo coerente. Efeitos de perspectiva, por exemplo, podem ser utilizados para sugerir que os elementos de construção são mais altos, mais finos ou mais elegantes do que realmente são. Deliberadas estratégias de distração podem concentrar a atenção em determinados pontos dos projetos, em vez de outros.

As fachadas fornecem o cenário da vida quotidiana da cidade e promovem interação entre as diferentes partes de um conjunto urbano, e entre o domínio público e privado. A sua conceção e a conceção das áreas adjacentes possibilitam a concentração e intensificação de atividades para aqueles que habitam o espaço, e acrescentam interesse e vitalidade ao meio urbano.

⁷ Peter Smith, segundo Mathew Carmona, Tim Heath, Taner OC e Steve Tiesdell (2003) – Public places urban- spaces, the dimension of urban design.

3.7. TIPOLOGIAS BÁSICAS DE ESPAÇO PÚBLICO

A operação tipológica de uma cidade pressupõe uma evolução estrutural, uma complexificação da estrutura urbana. Procedimento comum para a sua persistência.

A operação evolutiva da tipologia perante a história mostra-nos um acumular de ideias, presentes na malha e pensamentos urbanos. A tipologia é o resultado de algo antes pensado, é um ato refletido e temporal. Por isso, cada “tipo” é pleno de cultura, arte e identidade.

Tipo é a própria ideia de arquitetura, o que está mais perto da sua essência. É portanto aquilo que, não obstante cada transformação, sempre se impõe «ao sentimento e à razão» como princípio da arquitetura e da cidade. (Rossi, 2001, p.55)

Numa breve análise à evolução tipológica, Kevin Lynch⁸ (1999, p.100) distingue quatro fases distintas, em que a partir de uma simples tipologia de pontos fixos na cidade, a sua organização comportamental vai evoluindo em relação à articulação entre esses mesmos pontos fixos. Partindo do ponto mais básico e primário ao mais complexo e recente, fazendo algumas aproximações a elementos presentes na cidade atual é permitida uma melhor compreensão do processo referido, de maneira a que este não seja percebido e adquirido como um processo abstrato.

Numa primeira fase, o autor fala de uma sociedade dispersa, do aparecimento de edificações pontuadas em territórios não delimitados, para um indivíduo não comum a esta sociedade. À partida este tipo de apropriação não pressupõe qualquer tipo de estratificação geográfica, nem separação das funções. Não existe relação direta entre as várias ocupações, mas, uma vez relacionadas, podem fazer parte dum mesmo conjunto urbano.

Um exemplo simples de comparação com a cidade atual, comuns mas dispersas, são as paragens de autocarros. Estas funcionam como ícones pontuados, mas sem ligação direta entre elas.

Num segundo ponto refere-se a importância que alguns espaços têm sobre os demais. A reverência destes coloca-nos numa posição frontal e direta para com eles. Logo, a sua ligação física realiza-se da mesma maneira, os enfiamentos e perspetivas centram-se na importância maior. Como consequência, estes percursos unilaterais

⁸ Kevin Lynch in: *A imagem da Cidade*. Edições 70.

podem não ser eficazes, uma vez que existem ligações entre os vários espaços, os vários símbolos da cidade, e aqui relacionam-se apenas os principais ícones entre si e não com o todo. Os percursos dos autocarros, por exemplo, seguem uma linha, relacionada com o início e fim da mesma. Com isso, conseguimos ter uma perceção com o que acontece no decorrer do seu percurso, marcando pontos de referência. Contudo, se o cidadão desejar sair do autocarro e se colocar numa rua paralela, onde os autocarros não circulem, é incapaz de reconhecer o território.

Na terceira fase, estamos perante uma estrutura flexível; uma relação mais orgânica entre os vários espaços da cidade comum que formam uma delimitação física da mesma. A noção e perceção que temos da imagem vai-se tornando mais realista, pois não estamos perante apenas um ponto de partida e um outro de chegada, mas perante um percurso circular que começa e acaba no mesmo ponto. A relação da cidade é um percurso circundante onde passamos a ter uma noção mais exata da delimitação dos espaços.

Por último, o quarto ponto, refere-se à relação entre pontos nodais e um percurso circular e delimitador do espaço na união de todas estas ligações. A verdadeira relação da cidade torna-se mais densa e complexa, ao mesmo tempo que há uma interligação entre o todo, onde podemos intervir em qualquer direção ou distância, pois há um interface coerente e funcional, consoante o espaço presente relacionado.

Concluimos então que *tipo* não é por si só um modelo final, mas a disposição de algo, que é realizado mentalmente ou fisicamente e que compõe a estrutura. O «tipo» é um raciocínio lógico e organizador, para que posteriormente possa ser utilizado como pano de fundo, adaptando-se ao carácter e identidade que o modelo deseja ter.

A evolução histórica do espaço público oferece-nos, hoje, uma larga variedade de tipos diferenciados, de fronteiras bem definidas, inseridos ou desviados dos modelos de localização estratégica. Refletem, hoje ainda, a multiplicidade de uso, a herança das mentalidades urbanísticas, a atualidade e a importância fundamental dos cidadãos.
(Alves, 2003, p.45)

Brandão Alves (2003, p.66) avança para uma tipificação dos “espaços públicos urbanos com maior expressão na urbe”, apresentando a diversidade tipológica de espaços públicos urbanos, com naturezas e especificidades próprias da cidade europeia.

O autor propõe a divisão do espaço público em cinco grupos:

- As ruas (ruas exclusivamente pedonais, percursos/eixos pedonais, ruas predominantemente motorizadas e ruas de tráfego restrito)
- As praças/ largos (praças/pracetas, pequenos largos)
- Os memoriais (espaços de homenagem e celebração)
- Os mercados e feiras/ espaços comerciais (largos de mercados e feiras, centros/núcleos comerciais centrais)
- Os espaços verdes (parques urbanos, jardins, espaços abertos em áreas residenciais, recintos/pátios, jardins comunitários, vias verdes, espaços intersticiais, frentes marginais de rio ou de mar)

Para uma melhor compreensão da tipologia e morfologia do espaço público serão descritas algumas características referentes às tipologias de rua e praças e largos, pois é nestas que a presente dissertação tem maior enfoque.

As ruas e os seus passeios são, assim como as praças, os principais espaços públicos de uma cidade, os seus órgãos vitais, a imagem que nos fica da cidade que visitámos.
(Alves, 2003, p.66)

A Rua

Neste nível interessa analisar o papel da rua na definição da qualidade do ambiente urbano, assim como, afirmar a mesma como local de convívio, de encontro e lazer. A rua é a própria estrutura da cidade, é ela que organiza e decide se os espaços são vazios ou cheios, e é ela que liga as infraestruturas e separa a massa. Além de ser o espaço público mais frequentado, é a forma principal de ligação entre partir e chegar. É a forma mais eficaz do desenvolvimento das cidades, mesmo ao nível económico, pois não só estrutura e define os espaços como os “alimenta”. Alimenta, pois abastece a cidade de tráfego e de pessoas. É sobretudo, um meio de comunicação global.

Numa escala mais ampla, as ruas ligam-se entre si nas diversas partes da cidade, relacionando-a com o mundo ou com cidades vizinhas. Numa escala intermédia, ligam os pontos de maior interesse, referenciam e fazem com que consigamos memorizar e redesenhar mentalmente os percursos diários do quotidiano.

A melhor forma para entendermos a cidade é a rua. Quanto melhor caracterizada for, melhor será a nossa capacidade de percepção da cidade.

A rua é a linha que delimita e contorna o quarteirão e, o liga com todas as partes da cidade. É a forma de relação entre habitar e transporte. Possui o carácter de espaço público e fluxo viário. Em muitos casos as ruas apresentam-se como fraturas de massas consistentes. Mais do que meios de locomoção, são verdadeiramente fronteiras delimitadoras dos espaços.

A rua, mais do que a praça, contém o carácter de espaço público unitário, onde não é necessária a comunicação dos utilizadores, mas é em muitos casos, entendida de maneira diferente por todos eles. A rua é um palco de vivências urbanas. E contém múltiplos significados e intenções, desde distinção de materiais para definir diferentes tipos de velocidades e orientações, à elevação da mesma para se destacar de outro qualquer volume.

Já não imaginamos a cidade sem os passeios a separar a rua da casa, o que confere um momento de pausa, que muitas vezes é utilizado por parte dos moradores.

O passeio é o espaço por excelência do cidadão. É parte integrante da rua, é um ornamento, a sua forma estética é também o que diferencia o tipo de locomoção operante.

A configuração do passeio "espaço entre o edifício e a via para veículos" pode apresentar até cinco espaços distintos⁹:

- Espaço de folga (espaço de proteção para maior segurança) junto ao lancil (A);
- Eventual zona de alinhamento de árvores (marcação clara entre a faixa de rodagem e o passeio, que ainda contribui para unificar a imagem da rua) (B);
- Espaços de estadia sob a copa das árvores (C);
- Corredor central (dedicado ao percurso pedonal e com forte dinâmica associada) (D);
- Zona de paragem, encontro, contemplação de montras e de acesso a edifícios e parcelas (E).

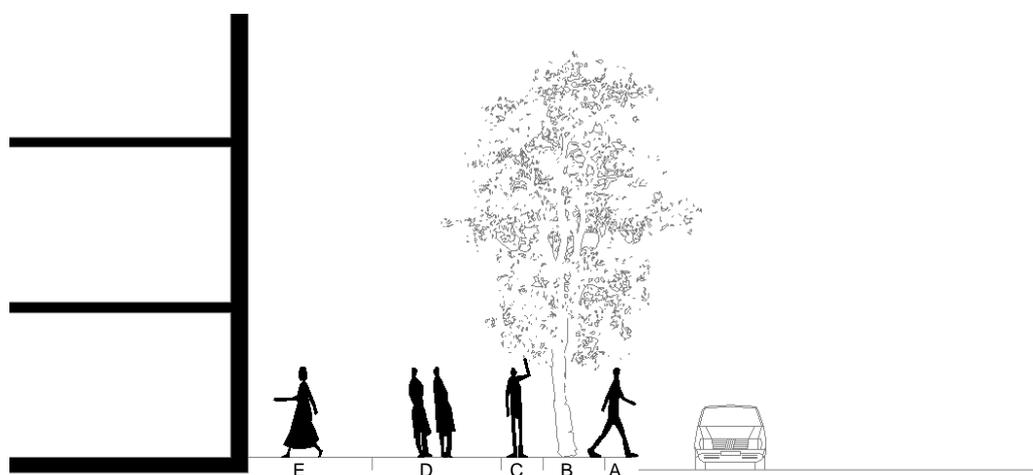


Ilustração 20 - Relação entre os espaços do passeio (Ilustração nossa, 2013)

A colocação de materiais distintos ou a utilização da cor são também operações válidas para a diferenciação de locomoção, sem que seja necessária a alteração da cota. Ao mesmo tempo, contém a polivalência de ponto de interface entre os diferentes transportes públicos.

⁹ Lobo, M. C., Pardal, S., Correia, P. V. D (1991), Normas Urbanísticas, Volume II - Desenho Urbano, Perímetros Urbanos e Apreciação de Planos. DGOT./UTL, Lisboa.

A rua é um local de convívio, um espaço de diversão e contemplação, por isso há que ter sempre em atenção a escala do peão, uma vez que este circula entre os passeios e galerias.

A decadência da economia tem como consequência a estagnação do crescimento da cidade. Para além de ser importante enquanto tal, o fator de crescimento económico na cidade é uma demonstração concreta do seu crescimento edificado¹⁰.

A organização de novos eixos deve ter em consideração a perspetiva do automobilista, e a velocidade a que ele poderá circular nesse eixo, sem que seja instaurado um clima de monotonia. O tipo de geometria a utilizar para a organização de uma malha deve sempre ter em conta a articulação e relação que esta tem com os edifícios que a rodeiam.

Devido às múltiplas escalas a que opera, a rua é, assim, a forma ideal de ordenamento da cidade, contudo, é necessária a micro escala para interligar os cheios e vazios, para que o diálogo entre as pessoas e a própria rua seja mais verdadeiro. Na projeção de novos eixos há que refletir se o comodismo das pessoas se tornou um bem essencial, ou se, devemos induzi-las a andar ao ar livre.

Para que seja uma força sustentável nos dias de hoje, a rua precisa de dialogar com as restantes infraestruturas da cidade.

Concluimos então que, a rua mais do que nunca, contém um carácter de espaço público soberano, atuando a vários níveis e escalas.

A rua não é apenas a estrutura básica expediente da forma urbana, mas também o 'locus' da sua civilização, o lugar signficante da evolução da cultura, pela recriação dos valores históricos e pelo significado que lhes é atribuído. (Alves, 2003, p. 87)

¹⁰ *Cit. In* Brandão Alves (2003) – Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica.

As praças e os largos

As praças e largos são elementos fundamentais à organização, vivência e ambiência das cidades. São uma referência fundamental no desenrolar de acontecimentos no espaço público. São, de facto, espaços vocacionados para a permanência das pessoas, o que implica condições de conforto e segurança, que têm de surgir como critérios base de projeto.

Kevin Lynch¹¹ (2003, p.81) define as praças como pontos focais de atividade, no coração de algumas áreas intensivas. Normalmente são pavimentadas, cercadas por estruturas de alta densidade, e rodeadas por ruas, ou mesmo em contacto com elas. Contêm recursos destinados a atrair grupos de pessoas promovendo relações.

Um breve olhar sobre a história destes espaços nas cidades evidencia que sempre foram áreas das cidades devidamente equipadas e com condições favoráveis à permanência das pessoas. Contudo, o resultado da produção ou requalificação das cidades contemporâneas não demonstra o mesmo. As praças atuais, influenciadas pelo desenho urbanístico modernista, rejeitam a forma e função ancestral destes espaços.

Brandão Alves¹² (2003, p.75-90) considera que hoje em dia, as praças consistem em espaços vazios envolvidos por edifícios subutilizados, e que são ilhas envolvidas por tráfego motorizado intenso, com a consequente fragilização da paisagem urbana existente.

As praças e os largos são espaços tendencialmente delimitados por edifícios e, simultaneamente, áreas projetadas para a contemplação dos mesmos. Consequentemente, a harmonia e o conforto que estas áreas oferecem estão dependentes da própria relação que os espaços têm com os edifícios

Forma definida em função da planta

No que diz respeito à forma caracterizada em função da planta, as praças são as que apresentam maior definição.

¹¹ Kevin Lynch em Brandão Alves (2003) – Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica.

¹² Brandão Alves (2003) – Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica.

Robert Krier¹³ (1975, p.52) estabelece três configurações a partir de três figuras geométricas: o quadrado, o triângulo e o círculo, que poderão depois ser alteradas através de processos, tais como dobrar, dividir, somar, penetrar, sobrepor, misturar e distinguir. Estes processos darão origem a todas as tipologias geometricamente regulares ou irregulares, possíveis para a planta da praça, delimitada por elementos construídos ou não.

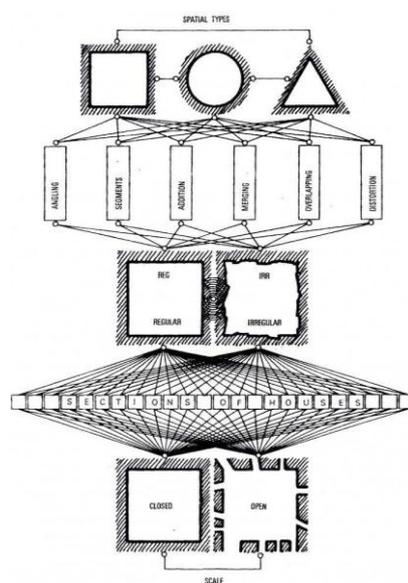


Ilustração 21 - Tipologias das praças urbanas segundo Robert Krier. 1975 (*L' espace de la ville*, 1975, p.52)

Pela análise de Carlos Caro e Juan Rivas¹⁴ (1990, p.53-54) feita ao quadro das formas fundamentais das praças, de Gordon Logie, obtemos as seguintes configurações do espaço praça:

- Praça quadrada, que apresenta uma grande equidade, o que tende a criar alguma dificuldade no destaque de elementos.
- Praça rectangular, cujo desenho da planta facilita o realce dos edifícios, sendo mesmo considerada por este autor como a “praça com clímax para um edifício”.
- Praça em forma de “L”, que surge da combinação de dois espaços para conseguir um recinto maior, onde as vistas dos extremos do espaço são

¹³ Robert Krier em: *L' espace de la ville*, Belgica. AAM editions. 1975.

¹⁴ Carlos Caro e Juan Rivas, em: *Arquitectura Urbana: elementos de teoria e deseño*.

ampliadas e cuja intersecção dos braços sugere ser a melhor localização de elementos simbólicos.

- Praça semicircular, que capta as vistas para o centro da aresta recta do semicírculo.
- Praça triangular, que parece ser o resultado da intersecção irregular de ruas.
- Praça circular, a mais encerrada sobre si própria e com um contorno muito explícito, que reforça a sua identidade e estabelece o seu centro com precisão.
- Praça irregular, onde a distribuição dos elementos, regular ou irregularmente, destaca a própria formalidade da praça assim como o seu significado.

O largo apresenta uma planificação irregular, normalmente associada à sua criação que nem sempre foi deliberada e os seus limites podem tomar a forma dos outros espaços que com ele confinam.

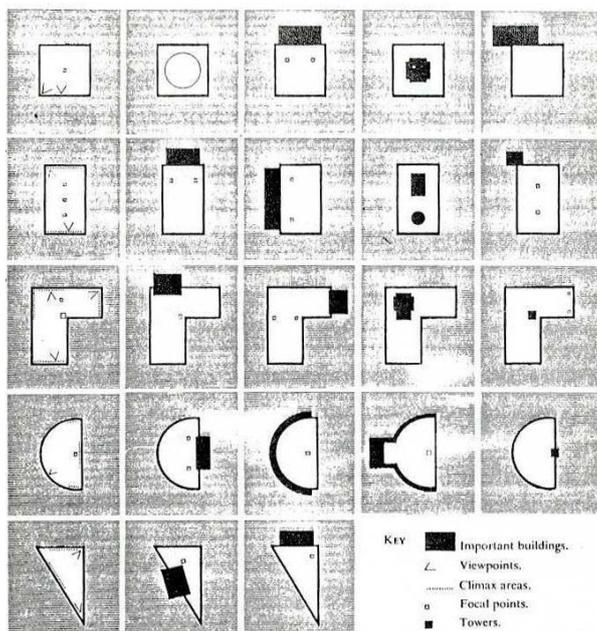


Ilustração 22 - Formas fundamentais das praças urbanas²⁷ segundo Gordon Logie. 1990 (Arquitectura Urbana: elementos de teoria e desenho. 1990, p.53)

As perspetivas destes autores resumem com clareza e de forma simplificada, aquela que pode ser a forma da planta do espaço público praça.

Limites da praça

Às praças está normalmente associado um carácter de encerramento que é dado pelos edifícios, ou outros elementos, que se agrupam em torno de um espaço vazio, normalmente com uma configuração geométrica, como atrás referimos. Aí temos a sensação de que os edifícios envolventes são as paredes do espaço, englobam o plano do solo da mesma forma que envolvem quem nele se encontra.

Este carácter de encerramento pode ter mais ou menos importância consoante a configuração do espaço, das aberturas que as fachadas dos edifícios circundantes possuem, e do carácter das ruas ou outros espaços que nele confluem.

Se as fachadas dos edifícios que envolvem a praça são lidas como um todo, pela forte homogeneidade do conjunto; se as ruas que convergem no espaço fazem parte do plano da fachada, por estarem dissimuladas por entre arcos, pórticos, colunatas, arcarias; ou se estão estrategicamente colocadas, de forma a serem impercetíveis, então estamos perante um carácter completamente encerrado do espaço.

Neste caso, estar no espaço é quase como estar num compartimento interior de um edifício, em que a sensação de volume e de acolhimento atinge o seu auge, podendo mesmo tornar-se sufocante estar no seu interior. Ao mesmo tempo isola-se a praça do resto dos espaços e vivências da cidade, e perde-se a capacidade de atrair as pessoas para aquele espaço.

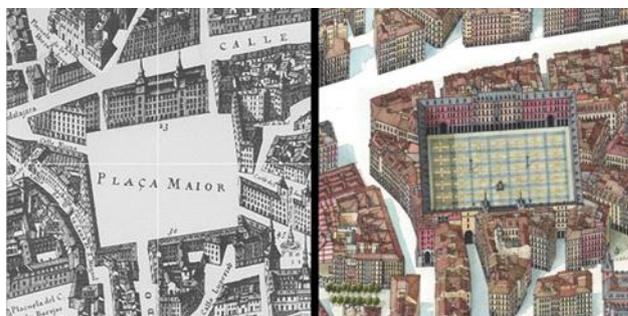


Ilustração 23 - Plaza Mayor, Madrid, Bretez, 1739 (Bedrock images. Makers of Forgotten Maps, 2013)



Ilustração 24 - Cruce de caminos. (Plaza Mayor, Madrid), Carrasco, 2010 (Luis Carrasco, 2008)

A localização e configuração das aberturas entre e/ou edifícios envolventes, formadas pelas ruas ou outros espaços que confluem na praça, são determinantes para a

caracterização do espaço. Camilo Sitte¹⁵ (2001, p.141) sugeria o “efeito de turbina”, em que, se as aberturas estivessem posicionadas sempre na mesma direção e nunca perpendicularmente à praça, alcançava-se um sentido pleno de encerramento espacial, uma vez que, de qualquer ponto da praça, só seria possível ter uma vista para o exterior e com isso conseguia-se que não houvesse mais do que uma interrupção no seu contorno e unidade.

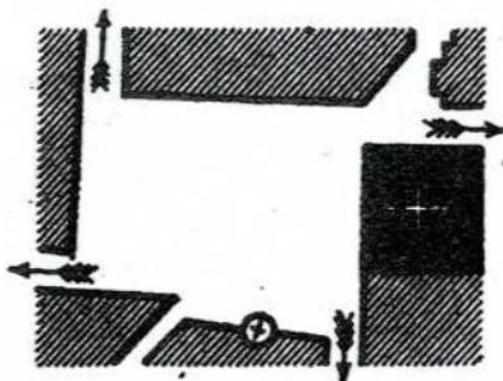


Ilustração 25 - Organização em turbina, segundo Camilo Sitte. Piazza del Dioumo. Ravena. 2001 (Time saver standarts for urban design, 2001, p.141)

No entanto “um certo grau de encerramento, em vez de ser total, é necessário”. (Watson, Donald; Plattus, Alan; Shibley, Robert, 2001, p.141) Por isso é importante perceber qual é o efeito que as aberturas provocam no espaço.

Carlos Caro e Juan Rivas¹⁶ (1990, p.49) formularam uma série de exemplos que frequentemente se observam nos acessos e atravessamentos das praças:

- Quando as ruas são perpendiculares às esquinas, estas parecem separar as fachadas dos edifícios do espaço do pavimento, o qual se transforma numa ilha central. Neste caso a sensação de volume fica desvirtuada pelas aberturas. (ilustração 26, 1)
- Se as ruas são paralelas e unidirecionais, as fachadas dos edifícios perpendiculares às ruas aproximam-se, ao mesmo tempo que as fachadas dos edifícios paralelos a estas se prolongam visualmente para o exterior do espaço

¹⁵ Camilo Sitte segundo Watson, Donald; Plattus, Alan; Shibley, Robert (2001) – “Time saver standarts for urban design”. Nova Iorque. (tradução nossa)

¹⁶ Carlos Caro e Juan Rivas, em: Arquitectura Urbana: elementos de teoria e deseño.

e as aberturas criadas pelos arruamentos nas fachadas são reduzidas. (ilustração 26, 2)

- No caso em que as aberturas de cada esquina ficam opostas a uma parede, podemos ver as fachadas da praça a partir de qualquer rua, o que pode criar um efeito que convida o acesso ao interior do espaço e permite que, ao olhar para cada fachada da praça, se veja apenas uma abertura, aumentando assim a percepção dos limites que definem o espaço. (ilustração 26, 3)
- Quando as aberturas estão no centro das fachadas, a sua configuração é determinante para o seu sentido de unidade. Se a abertura fizer parte do plano dos edifícios (como vimos atrás) o efeito de conjunto sai reforçado. Por outro lado, se esta separar completamente os edifícios, então há uma quebra significativa no plano da fachada, que diminui o grau de encerramento, mas ao mesmo tempo enfatiza a relação deste espaço com a envolvente urbana, podendo mesmo tornar-se um ponto focal que desvia o olhar para o exterior, o que pode ter um efeito dinamizador ou dissuadir a permanência no espaço. (ilustração 26, 4)
- Quando há três aberturas nas “paredes do espaço”, duas criadas por uma rua que atravessa a periferia do espaço, paralelamente a uma das fachadas e outra situada na fachada oposta, forma uma zona mais recolhida do espaço. (ilustração 26, 5)

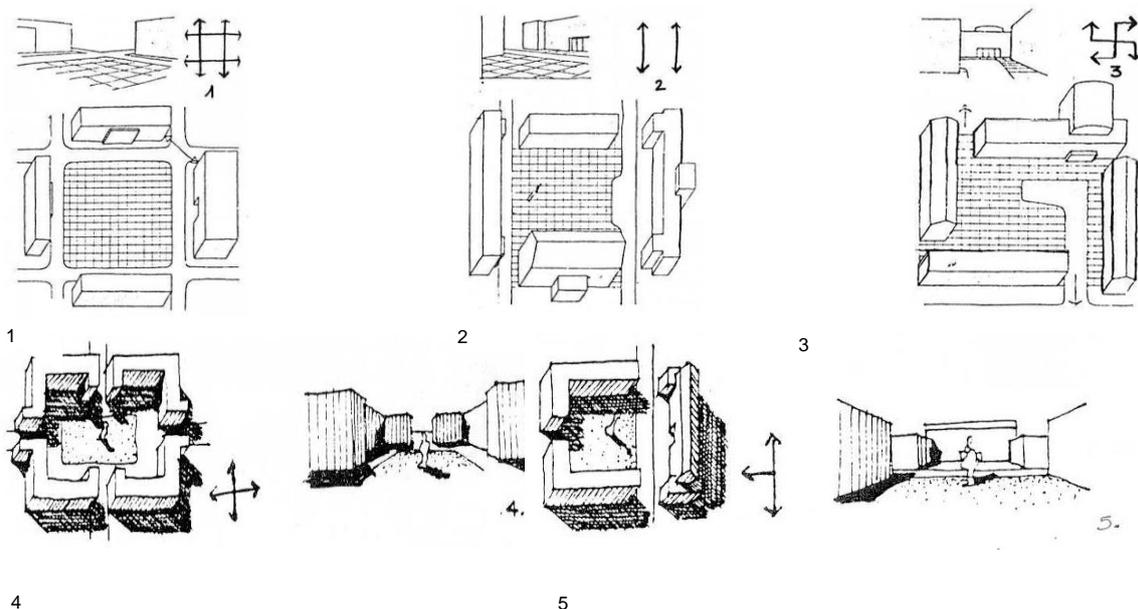


Ilustração 26 - Relação entre praças e ruas, segundo Carlos Caro e Juan Rivas. 1990
(Arquitectura Urbana: elementos de teoria e desenho, 1990, p.49)

Irregularidade do largo

Quando se analisa a estrutura formal de um largo percebe-se de imediato que o espaço tem uma forte ligação com os edifícios que o definem, pois são eles que geram a sua forma; são eles que condicionam fortemente as suas vivências e é por entre eles que o espaço se desenvolve.

Muitos autores englobam os largos nas tipologias de praças amorfas¹⁷, por terem características espaciais, funcionais e sociais aparentemente semelhantes, apresentando, no entanto, uma forma muito mais irregular e informal que estas.

Consideremos aqui um conceito diferente como de um espaço distinto, porque essa informalidade e irregularidade dotam-no de características peculiares e únicas, que o individualizam e caracterizam.

O largo está normalmente associado a um crescimento espontâneo da cidade e muito raramente surge no planeamento desta, o que faz com que a sua forma seja alterada consoante as necessidades ou vontades de cada época.

Nasce assim um espaço irregular, que se torna menos óbvio para o observador, e suscita curiosidade incentivando à descoberta do que não é perceptível à primeira vista. As fragmentações do espaço compõem-no em diferentes áreas, o que possibilita a presença simultânea de várias atividades, e por consequência, traz uma maior variedade de experiências a viver nesses locais.

Se um espaço puder ser facilmente percebido na íntegra, não apela a uma participação adicional. Quando se verifica uma maior variedade e complexidade no espaço, este adquire uma qualidade mais rica, com um número de subespaços escondidos ou parcialmente disfarçados que suscitam a curiosidade e a vontade de o perceber e experimentar.

Assim, a aparente subdivisão dos espaços pode conquistar uma nova dimensão que é dada pela dualidade da leitura do espaço em termos de forma e de uso do solo, acabando por estimular a fixação de atividades distintas. (Santos, 2008, p.19)

¹⁷ Praças amorfas, ou seja, praças onde o espaço é ilimitado. Zucker em Brandão Alves (2003) – Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta metodológica. P.91

A estrutura formal dos espaços, apesar de não determinar as estruturas sociais por si, inibe certas atividades e torna outras possíveis. Assim, além da importância que tem para a prática das atividades, é também importante para a identificação das pessoas com o espaço, uma vez que, se não o percebermos sentimo-nos apreensivos em usá-lo.

Antes de nos relacionarmos com um objeto normalmente tentamos percebê-lo. Se não o conseguirmos fazer, vamos sempre ter uma certa dificuldade em agir nele ou com ele. Temos que ter sempre em conta que os espaços têm vários usos, que se alteram ao longo dos tempos.

4. O EDIFÍCIO ICÓNICO COMO ELEMENTO PRIMÁRIO DE QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E ESPAÇO PÚBLICO.

A envolvente edificada tem grande importância na definição dos espaços públicos, pois é dessa envolvente que depende a sua configuração volumétrica.

Ao longo do tempo a hierarquia das cidades muda. Enquanto no passado os edifícios mais importantes eram as catedrais (arquitetura religiosa), hoje em dia a hierarquia mudou para uma linguagem mais cultural e comercial, com os museus e centros comerciais no topo da hierarquia. Como tal, para ser considerado como um ícone, o edifício tem de ter a capacidade de causar impacto no seu contexto e nas pessoas que o estão a ver. No que diz respeito à forma, esta tem de ser esteticamente distinta e memorável, pois é a imagem que fica guardada na memória das pessoas. É do aspeto, da forma que as pessoas se lembram.

Não tem de ser necessariamente grande ou alto. O Guggenheim em Nova Iorque, por exemplo, é relativamente pequeno em relação ao seu contexto, e ainda assim é considerado como um marco da cidade. Contudo, generalizando, quanto maior o tamanho, maior é o impacto causado. O uso do espaço é igualmente importante. Um edifício pequeno e bem concebido pode causar ainda mais impacto que edifícios maiores. No entanto a utilização da escala pode ser vital quando se utiliza a construção como um símbolo, o que torna improvável que o edifício seja de pequenas dimensões. Esta ideia implica que, para um edifício ser considerado como ícone, tem de ser mais que uma simples construção, tem que se conseguir expandir como um símbolo, um marco, uma identidade.

A única maneira de conseguirmos classificar um edifício como um ícone é, observar a sua relação com o público, e verificar se há uma interação ao longo dos tempos, ou seja como o edifício se adapta ou não à cultura e se provoca uma impressão positiva e duradoura.

No entanto, a necessidade que o público tem de novos ícones, abre o mercado aos arquitetos para mostrarem as suas obras e as rotularem como ícones mesmo antes destas serem construídas, a fim de ganharem publicidade e prestígio. Muitas cidades estão cheias de novos edifícios que competem pela posição de ícone, de marco da cidade. Para isso, os novos edifícios icónicos têm de se destacar dos restantes da mesma época, pois se isso não acontecer e estes se misturarem com os restantes

“falsos” ícones, então não preenchem os critérios necessários para serem classificados como ícone. Tudo se resume a uma questão de destaque e capacidade de marcar uma posição.

Com este capítulo, pretendemos interpretar e identificar diversas soluções de projeto, com recurso a casos de estudo específicos, analisando conceitos e ideias de recuperação do edificado que de alguma maneira implicaram efeitos e alterações no espaço público e no tecido urbano, potenciando e valorizando o edifício icónico bem como toda a envolvente.

Edifícios únicos e singulares, com uma forte unidade espacial e com a maior importância na construção e qualificação do espaço público, geram e criam as mais diversas dinâmicas de uso, ao mesmo tempo que possuem uma experiência arquitetónica relevante.

4.1. TORRE S. VICENTE/BELÉM E JARDIM DA TORRE DE BELÉM, LISBOA

Na zona ribeirinha da cidade de Lisboa, está inserido o jardim da torre de Belém, um espaço público, que enquadra a Torre de S. Vicente e a relaciona num eixo visual com a Avenida da Torre e com a Capela de São Jerónimo.

É delimitado e acedido a norte pelas avenidas Marginal e da Índia, separadas pela linha do comboio; a sul pelo Rio Tejo e Torre de Belém; a este pela Doca do Bom Sucesso, e a oeste pelo Forte do Bom Sucesso.

Em 1953 foi elaborado pelo Engenheiro silvicultor Viana Barreto um estudo sobre o arranjo paisagístico da zona envolvente ao grande monumento manuelino, e os terrenos da demolida fábrica de gás de Lisboa.

O objetivo seria a reintegração do ícone na sua origem histórica e territorial, com princípios implícitos na ação de recontextualização e construção de espaço público, com recurso a uma linguagem cultural e paisagística.¹⁸

A análise de projeto ao território não se complementou apenas com a leitura espacial imediata, à escala da rua, do terreiro ou do monumento. Houve através da articulação de diferentes escalas urbanas, a sustentação de conceitos ideológicos que influenciaram o próprio desenho do espaço público. Nesse sentido a área de influência do projeto foi aumentada a fim de abranger um conjunto de contextos morfológicos, arquitetónicos, histórico- sociais ou mesmo naturais que enquadraram o ícone na paisagem.

O espaço público foi desenhado e pensado numa escala intimista e humanizada, para assim, aproximar o observador e a Torre. Foram colocados percursos, pavimentos, equipamentos e vegetação para conseguir o efeito pretendido.

O contexto do monumento na paisagem, originalmente concebido dentro de água e integrado no sistema defensivo da barra do Tejo, foi sucessivamente alterado com o assoreamento do rio e a consequente integração na linha de costa.

Os estudos que envolveram o arranjo da zona envolvente da Torre de Belém nos anos seguintes à demolição da fábrica de gás foram estimulados por conceitos de

¹⁸ O “Diário de Lisboa” noticiava a realização do arranjo da envolvente á Torre de Belém: ...“Assim valorizará, devidamente, dos pontos de vista histórico, estético e até turístico, a imortal obra de Francisco de Arruda”. Diário de Lisboa. 26 de Novembro de 1958.

monumentalização do espaço público que se focaram na criação de uma moldura digna de enaltecimento da grandiosidade do monumento.

Atualmente, o jardim da Torre de Belém é caracterizado por um grande e amplo espaço verde de nível, de configuração trapezoidal e orientado no sentido Este-Oeste.

A Torre de Belém domina sobre toda a envolvente, isolada e circundada permanentemente de água como se estivesse implantada de novo no leito do rio. A ligação com a terra é feita por uma ponte metálica, efémera, que assenta sobre um areal e uma escadaria circular.

O jardim tem uma planta irregular, com forma semicircular, com caminhos serpenteados, por entre a vegetação alta existente, e é na sua maior parte um espaço relvado. Os percursos interiores e junto ao rio são revestidos a betuminoso e na zona frontal ao monumento por um lajedo em granito para permitir o acesso pontual do automóvel.

A vegetação arbórea forma alguns núcleos periféricos, distribuídos numa meia-lua com centro no monumento e deixa livre a área mais próxima deste. Esta clareira possibilita uma observação de aproximação, embora não condicione totalmente o atravessamento visual entre o monumento e as avenidas.

A paisagem construída é o resultado do domínio e ação do homem sobre o território, ordenando e transformando o espaço, com meios e objectivos diferentes que variam consoante o modo de utilização e fenómenos culturais e temporais. (Lamas, 2007, p.63)

Este valor patrimonial da paisagem e do território é o reconhecimento do valor do passado na sedimentação do conjunto patrimonial. Trata-se de fatores que desencadeiam e fomentam os mais variados processos de transformação e proteção dos ambientes singulares, e principalmente, de reaproximação ou recontextualização da história no lugar entre o monumento e a envolvente.

A reintegração do ícone no contexto urbano através de um jardim relacionado com a avenida da Torre possibilitou o alargamento da sua ação à envolvente da Capela de S. Jerónimo e à vasta paisagem que compõe o enquadramento da Torre de S. Vicente.

Com o projeto foi criado um cenário de observação e valorização com base na reformulação do carácter e imagem do lugar, preservando elementos caracterizadores

existentes, arquitetónicos e topográficos, que pela sua simplicidade destacam e evidenciam o edifício icónico.

O carácter histórico do local e o valor artístico da Torre, atendendo ao seu posicionamento original, levou á construção de um canal que circunda e permite reposicionar, metaforicamente ou simbolicamente, a Torre, no seu contexto histórico, ou seja, isolado da envolvente e inserida no rio. Do mesmo modo que o espaço público foi pensado em termos de programa, como um cenário monumental, adaptando-o a uma nova funcionalidade.

O amplo espaço verde assume o papel de extensão do objeto e simultaneamente de valor artístico e projetual em si mesmo- definição de elementos vegetais e materiais que definem o espaço e a forma. Trata-se aqui, da construção de um novo espaço público com base nas especificidades qualitativas do espaço e do desenho.

Foram igualmente definidos percursos e tipos de vegetação, destacando alinhamentos visuais, que limitaram e protegeram o monumento do movimento automóvel da Avenida da Índia e homogeneizaram o território.

O tempo passa, mas a arquitetura fica. Mais tarde, a paisagem terá de ser novamente pensada e reconstruída com novos processos, determinados por critérios de valorização e preservação, mas também de recontextualização do ícone numa nova cultura social e temporal.



Ilustração 27 - Torre de Belém, lado ocidental, Joshua Benoliel, 1912 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)

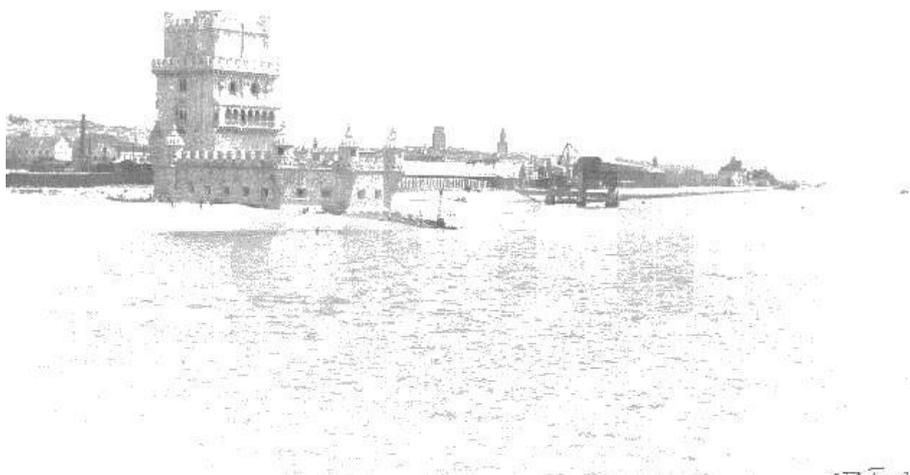


Ilustração 28 - Torre de Belém e a fábrica de gás de Belém vistas do rio Tejo, Eduardo Portugal, 1949 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)



Ilustração 29 - Terrenos em volta da zona da Torre de Belém, antes do arranjo paisagístico, Salvador Fernandes, 1956 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)



Ilustração 30 - Fotomontagem de uma fotografia aérea mostrando o projeto do arranjo paisagístico dos terrenos em volta da Torre de Belém, Salvador Fernandes, 1956 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)

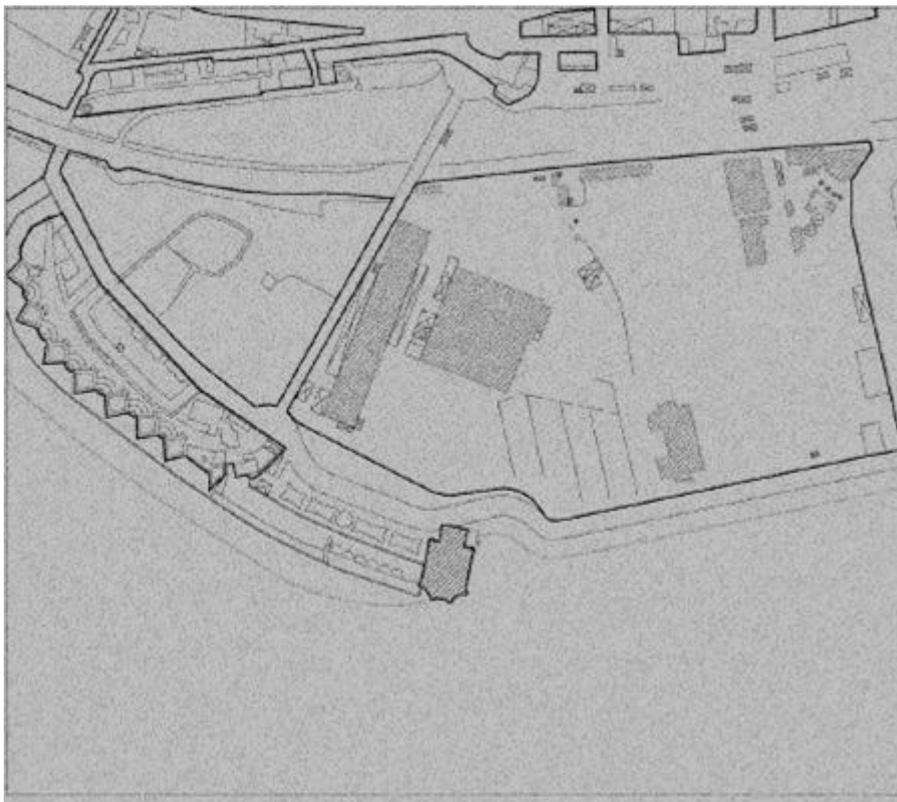


Ilustração 31 - Planta da torre de Belém e envolvente com monumentos e fábrica de gás assinalados, em 1950, José Silva. (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p. 152)

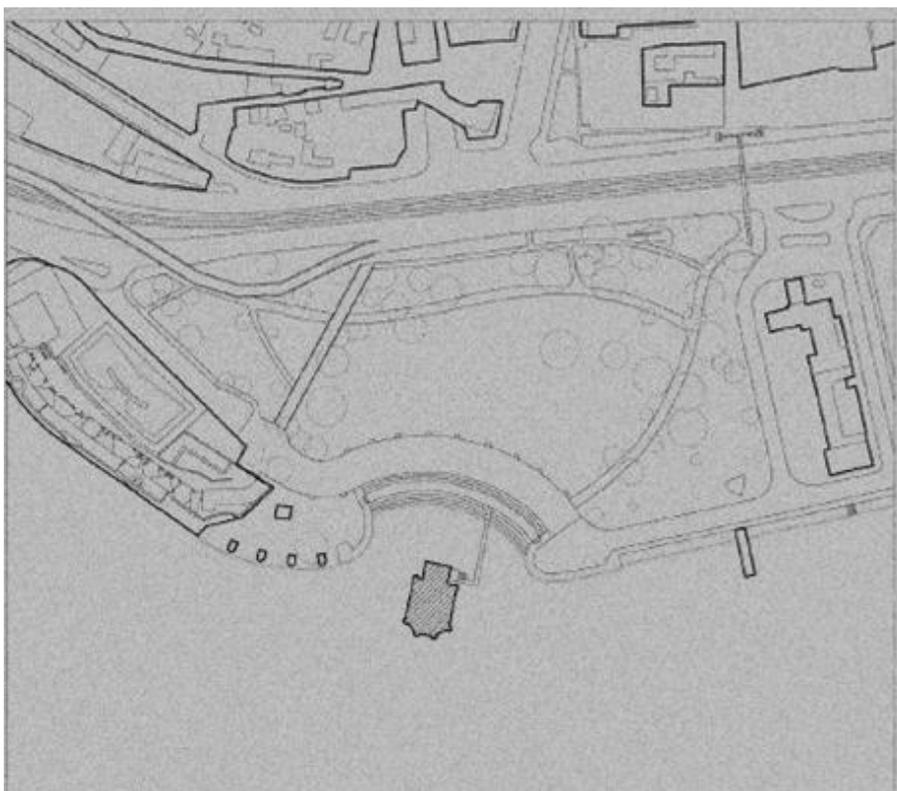


Ilustração 32 - Planta atual da Torre de Belém e envolvente, José Silva. 2009 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p. 152)

4.2. ABADIA DE SANTA MARIA DE ALCOBAÇA E PRAÇAS 25 DE ABRIL E D. AFONSO HENRIQUES, ALCOBAÇA

A Praça 25 de Abril localiza-se no centro histórico da vila de Alcobaça, dominada pela forte presença da Abadia de Santa Maria, onde confluem em intervalos irregulares, entre outras, as ruas de D. Pedro V e Engenheiro Duarte Pacheco, e a praça D. Afonso Henriques.

O processo de sedimentação e transformação urbana da Praça 25 de Abril resultou em parte da imposição de valores culturais próprios das seguintes sociedades no tempo. Esta sequência social determinou uma apropriação e caracterização heterogénea do espaço. Os fatores de contexto resultaram dessas sobreposições não consensuais ou sem planificação, e da pluralização a longo prazo; pluralização de elementos urbanos descaracterizadores que degradaram a imagem patrimonial do conjunto histórico alcobacense.

Por isso, o projeto de requalificação da zona envolvente à Abadia de Santa Maria de Alcobaça, desenvolvido pelos arquitetos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos em 2001, procurou através do redesenho do espaço público inserir novos conceitos e programas no território, para reaproximar o monumento, a envolvente e a comunidade.

Com o projeto foram evidenciados processos de consolidação e continuação do carácter histórico do lugar, onde o desenho urbano foi o instrumento de articulação entre escalas de projeto na organização do território e do espaço público. Pretendia-se dignificar o legado temporal e unificar o conjunto patrimonial no espaço que lhes é comum.

Foram aplicados novos materiais para potencializar e organizar mais- valias na vivência e pertença das pessoas ao espaço.

As opções tomadas no projeto da recuperação e revitalização do espaço urbano tiveram em conta a preservação do símbolo de Alcobaça, e a introdução de uma linguagem contemporânea que não denigre a perpetuação do carácter histórico do lugar.

Anteriormente, a praça 25 de Abril situava-se num plano espacial regular, com uma forma geométrica triangular, tendo o espaço público um desenho ordenado mas

dominado pela circulação automóvel, usurpando com estacionamento automóvel, tanto nas vias de circulação como nos interstícios das ilhas do jardim.

O fluxo viário era intenso, por um lado, as visitas regulares ao monumento, por outro, a passagem da Estrada Nacional, no sentido da praça D. Afonso Henriques para a rua Engenheiro Eduardo Pacheco. Este atravessamento prejudicava a conservação do monumento, com o aumento de patologias, descaracterizava a imagem do Mosteiro e do lugar, e não dava condições para a contemplação e permanência de visitantes.

O jardim apresentava um desenho simétrico dividido por um eixo alinhado com o portal e a escadaria do século XVIII da Abadia de Alcobaça, repartido em sete espaços ajardinados de variadas dimensões, repletos de automóveis e autocarros turísticos.

A vegetação arbórea era alta e pontual colocada desordenadamente no Rossio, ocultava a fachada do Mosteiro. Na praça D. Afonso Henriques, as árvores eram de maior densidade e sombreavam as zonas de estar, sendo nas restantes zonas, apontamentos espaciais sem relevância e com função meramente estética.

O trânsito e sobretudo o estacionamento eram a sensação mais forte desta área. O largo estava sempre cheio de carros e autocarros de turismo, num ambiente urbano com um aspeto geral muito degradado, sem identidade visual a condizer com a sua importância funcional da Abadia de Santa Maria de Alcobaça. Apesar de reconhecer uma relação no desenho entre o espaço público e a fachada do mosteiro, encontrava-se num plano recuado em relação à vivência urbana, e visualmente desfavorecido.

O projeto de requalificação da zona envolvente à Abadia de Santa Maria de Alcobaça dos arquitetos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos tinha como intenção valorizar o monumento, retirando-lhe o seu carácter de “ilha”, desligado da forma urbana circundante, ligando-o à cidade que o envolve, com a preocupação constante de estabelecer um correto equilíbrio entre a cidade e o seu ícone.

Foi projetada aqui uma nova harmonia onde o contemporâneo para se afirmar, não teve que se sobrepor ao passado ou disfarçá-lo, mas sim valorizá-lo.

Neste sentido, foi reestruturado o sistema viário envolvente ao mosteiro, retirando o trânsito de atravessamento e de permanência na praça, e criadas zonas de estacionamento periféricas.

Nestes novos núcleos pontuaram as novas vias de cintura interna e externa, privilegiando as circulações pedonais de aproximação e perceção da relação do território ao mosteiro. O novo centro deve ser entendido como um espaço multifuncional que reforça e melhora não só as condições de habitação, trabalho, comércio e serviços como também as condições de convívio e lazer.

No que diz respeito à vegetação arbórea, foi reconhecida a sua importância para a valorização do espaço, na criação de sombras essenciais à permanência e celebração de encontros e convívio.

A água, como um fator primordial no contexto do monumento, implicou a necessária celebração. Propôs-se a reposição da inclinação da praça, assim como as caleiras de drenagem à superfície que acentuaram e tornaram perceptível o escoamento da água que corre para o rio.

Na praça D. Afonso Henriques, a água encena o espaço através do restauro e recolocação à cota original do chafariz. E no topo sul uma fonte desenhada pelo arquiteto João Vaz Martins foi renovada e adaptada ao novo enquadramento.

Os materiais aplicados pretendiam assinalar as diferentes zonas de percurso, viário e pedonal, bem como privilegiar e controlar os enfiamentos visuais na aproximação à Abadia.

A proposta para a praça D. Afonso Henriques passou por dar continuidade à sala dos Monges para o exterior, modelada em patamares e delimitada por um muro que retomou o limite do antigo espaço monástico, e articulava zonas de serviços com diferentes dependências da Abadia.

Os diversos percursos pedonais que ligam as bolsas periféricas de estacionamento à praça funcionam num sistema em rede que dá a conhecer diferentes pontos característicos da Vila: os rios, as pontes, os edifícios e as pequenas praças que antecedem o terreiro.

A praça D. Afonso Henriques tem uma forma retangular e é um espaço de convergência e preparação para a grande praça. Ladeada por edifícios de habitação e comércio que compõem a ordem e dão ritmo ao espaço. O Rossio caracteriza-se pela forma triangular dos seus limites, ladeado por um casario, e a nascente onde se alteia a fachada da Abadia.

A amplitude da praça é reforçada pelo grande terreiro uniforme em saibro, com aparência de um espaço intocável, circundado por caminhos pedonais e viários, deixando ao seu interstício alguma mobilidade na aproximação.

O sistema arbóreo tem ainda uma expressão diminuta no contexto em que se insere. O fator tempo é aqui predominante para a obtenção de maior qualidade, tanto visual como prática, na composição do conjunto e na criação de sombra para a permanência de pessoas.

Como estratégia o projeto estabeleceu uma relação de complementaridade entre a cidade e a Abadia, reaproximando ambos na zona envolvente ao edifício icónico, concretizando-a ao nível do espaço público e principalmente no seu monumental terreiro.

Foram evidentes as preocupações programáticas, ao nível opcional em projeto, de ênfase e reintegração do carácter imanente do monumento, que potencializaram a definição de um sistema integrado, em rede, de aproximação entre o Mosteiro e o lugar.

O contexto espacial antes da intervenção demonstra sinais de degradação ambiental urbana, com sobreposição dos percursos viários intensamente utilizados por automóveis, coexistindo com as zonas de permanência e contemplação do monumento. O aumento do tráfego no centro histórico produziu consequências nefastas do usufruto do espaço público, usurpado pelo automóvel, descaracterizando a Abadia, e condicionando a vivência do visitante.

Foram então aplicadas ações de relação entre espaços periféricos e o Rossio, pedonais e viários, por expansão da área de intervenção na cidade, que resultaram na diminuição do fluxo automóvel e na potencialização da aproximação ao monumento.

A redefinição da ambiência e dos percursos criados entre estes espaços periféricos com o Rossio, centro nuclear na relação entre a Abadia e a urbe alcobacense, potenciou o valor do monumento enquanto peça importante na leitura histórica e social do lugar.

O redesenho do espaço público deu carácter aos percursos pedonais e viários, contrastados e disciplinados na materialidade, cerzidos na morfologia irregular da

cidade, que potenciaram momentos de permanência e de relação/aproximação com o ícone.

No Rossio, a opção de projeto foi transformar o espaço existente num vazio urbano, despojado de elementos que contaminassem a leitura do monumento, permitindo ao observador uma leitura limpa e simultaneamente destacada, e dando um novo valor e reafirmando o seu estatuto no território.

A importância deste vazio na recontextualização do lugar resulta da intenção de transformar o espaço público através de um processo sequencial de ações e vivências temporais. Numa primeira abordagem ao lugar pretendeu-se redescobrir o monumento, direcionando para si uma amplitude espacial, limpa e sem árvores, que facilitou a sua leitura. Posteriormente, já com algumas vivências consolidadas e a vegetação arbórea desenvolvida, poderão ser definidas particularidades do espaço público para potencializar a permanência e contemplação.



Ilustração 33 - Praça 25 de Abril, 1938 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.200)



Ilustração 34 - Praça 25 de Abril, 1995 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.208)



Ilustração 35 - Praça 25 de Abril, Pinheiro, 2009 (Pedro Moura Pinheiro, 2005)



Ilustração 36 - "Planta da Praça 25 de Abril antes da intervenção". José Silva. 1957 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p. 209)



Ilustração 37 - "Planta da Praça 25 de Abril depois da intervenção". José Silva. 2009 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p. 209)

4.3. IGREJA DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA E ANTIGO PAÇO DO CONCELHO- LARGO DA OLIVEIRA E PRAÇA S. TIAGO, GUIMARÃES

Da morfologia urbana do centro histórico de Guimarães, fazem parte a praça de S. Tiago e o Largo da Oliveira, caracterizados pela diversidade de elementos construtivos que compõem um quadro “pictórico” de grande interesse arquitetónico e turístico. A centralidade que as praças assumem perante o território é evidenciada pelos acessos que as enquadram numa relação abrangente com o Castelo.

A praça de São Tiago apresentava, nos anos 90, uma imagem pouco ou nada qualificada, onde o espaço público e o edificado apresentavam sinais de degradação sem qualquer ordenamento ou desenho cuidado.

O edificado é o elemento morfológico predominante na caracterização deste espaço histórico da cidade de Guimarães. Os edifícios são compostos por desenhos e silhuetas diversificadas, que adequam a expressão *pitoresca* à caracterização da ambiência do lugar.

Delimitavam um terreiro paralelepípedo de basalto, uniforme em toda a sua extensão, que criava peso visual ao lugar. Os passeios eram constituídos por pedras em granito de dimensão consoante e uniforme com a largura das ruas envolventes que convergiam a este lugar. Este carácter evidenciava uma prioridade da circulação automóvel em relação aos percursos pedonais comuns aos centros históricos da época. Por consequência, a qualidade de usufruto do pedestre, habitante ou visitante, que se via privado de zonas de permanência e contemplação do espaço monumental, diminuía.

Era um espaço desqualificado, sem planeamento e que se traduzira numa evolução negativa do espaço público descontextualizado da sua essência histórica e social.



Ilustração 38 - Largo da Oliveira, Alves, 2008 (Ricardo Alves, 2006)



Ilustração 39 – The Oliveira Square, Maurice, 2009 (Yvon Maurice, 2007)

Com o corte da Oliveira nos finais do século XIX, o Largo da Oliveira esteve sem a referência que o contextualiza e lhe dá nome.

Numa atitude de aproximação e devolução à população deste elemento tão simbólico, foi em 1985 criado pelo arquiteto Fernando Távora, o projeto da base em granito para a oliveira, no mesmo local onde se havia plantado anteriormente, devolvendo ao lugar o seu símbolo histórico e cultural, antecipando a reestruturação da Praça de S. Tiago quatro anos mais tarde, ao incluir a árvore como um ponto de referência para o arranque do projeto de arranjo da praça.

Assim, no projeto de 1989 do Arquiteto Fernando Távora, foi proposta a requalificação do lugar com base em critérios de preservação de valores históricos, simbólicos e sociais que marcam a identidade do centro histórico de Guimarães.

Foi definido o desenho do espaço público em articulação com a envolvente, tendo em conta a sua história, as suas relações formais e espaciais. O arquiteto sugeriu uma nova configuração para o pavimento, potenciando o espaço pedonal e regrido a circulação viária.

Atualmente a Praça de S. Tiago tem uma forma irregular em “S”, limitada por edifícios de habitação e comércio, onde a materialidade assume um importante relevo na caracterização pictórica do espaço.

Tem nos antigos Paços Municipais o elemento de domínio. Embora, por ter a mesma escala que o restante edificado não exerça influência na leitura do conjunto, mas é decisivo na relação entre a Praça e o Largo da Oliveira. É pela sua arcaria e o seu piso térreo vazado que se atravessam física e visualmente os dois espaços urbanos, constituindo assim um único e amplo terreiro público.

O desenho e a materialidade do pavimento, idênticos à existente no Largo da Oliveira, são constituídos por uma histerotomia regular - guias em granito e calçada à Portuguesa, diferenciadas nas zonas de permanência e de uso pedonal apenas pelo desenho. A circulação automóvel adquire uma leitura fluída pela linearidade do percurso.

A praça tem praticamente um uso exclusivo pedonal. A vivência de toda a praça é de um amplo espaço de estar, repleto de cadeiras e mesas que apelam à permanência e

contemplação do espaço envolvente. Esporadicamente a ambiência bucólica é invadida por acontecimentos e festividades que dão vida a ambas as praças.

Como complementar na descrição da Praça de S. Tiago, o Largo da Oliveira caracteriza-se por uma forma retangular, definida por edifícios, também de habitação e comércio. Articula dois eixos viários distintos, as ruas de Santa Maria e Rainha D. Maria II, e tem como elementos arquitetónicos predominantes a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira e o Padrão do Selado. A oliveira pontua o extremo sul da praça e define-se como um monumento simbólico e cultural de contextualização do lugar.

O projeto de reabilitação do lugar reconheceu de que forma foram sedimentados diferentes especificidades do lugar e compreendeu quais os processos e atores que deles faziam parte, de forma a inspirar ou a re-contextualizar no espaço um novo desenho. As opções de projeto tiveram em conta princípios de perpetuação da identidade do espaço de intervenção, no qual se propôs a consolidação por simplificação da história vivida, cingindo-se à redefinição do pavimento, como elemento reconhecedor do valor artístico e histórico do conjunto monumental, e através do espaço público requalificou o seu simbolismo regional e nacional.

As opções de recontextualização do lugar, cujo desenho reunificou dois espaços, diferentes no simbolismo, mas idênticos na singularidade cénica, aproximaram visualmente os espaços. Em vez de dois espaços isolados, obteve-se uma única entidade interligada pela escala e desenho do pavimento (cor, textura, material).

As pessoas apropriaram-se do espaço público como uma imensa sala de estar urbana, em que a praça é usufruída como um prolongamento das habitações e do comércio que a limita.



Ilustração 40 - Praça S. Tiago, 1985 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.220)



Ilustração 41 - Praça S. Tiago, 1995 (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.220)

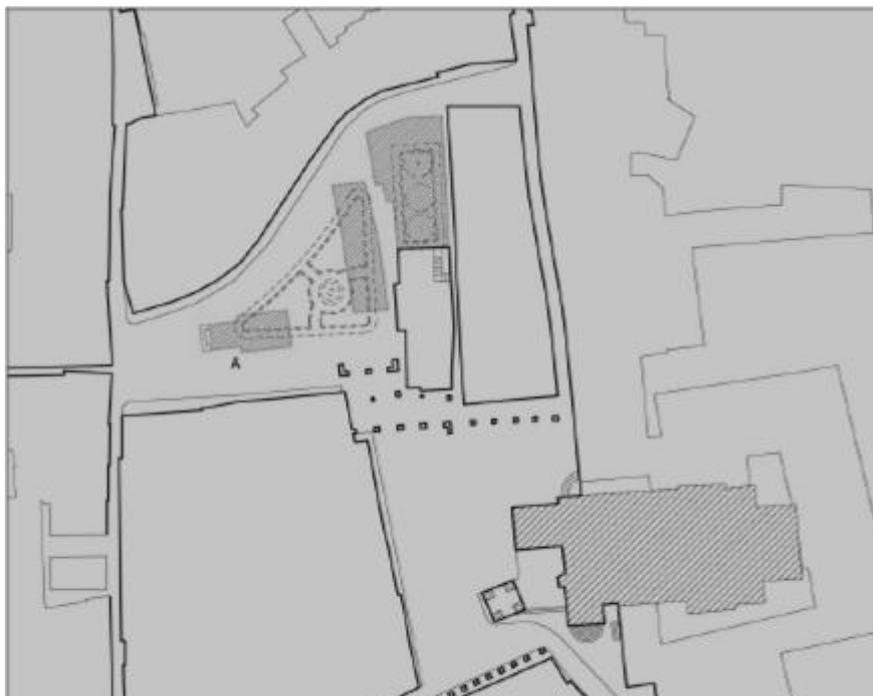


Ilustração 42 - Planta antes da intervenção, 1970, José Silva (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.221)



Ilustração 43 - Planta depois da intervenção, 2009, José Silva (O monumento e o lugar. Relação entre espaço público e monumento na intervenção patrimonial contemporânea, 2010, p.221)

4.4. CENTRO DE ARTES E ESPAÇO PÚBLICO EM ALCÂNTARA, LISBOA. TRABALHO ACADÉMICO

4.4.1. ALCÂNTARA- HISTÓRIA E CONTEXTO

Ao longo do século XIX, Lisboa transitou de um plano de reconstrução, para um novo plano com uma postura expansionista, suportada por dois eixos em direção a norte, um mais nobre e cuidado e outro mais modesto e flexível às novas urbanizações. No intervalo destes dois planos, passou-se quase um século, marcado por uma crise política e uma estagnação no desenvolvimento da cidade, só interrompida pela Regeneração que, pela mão de Fontes Pereira de Melo e, mais tarde, por Ressano Garcia, estabilizou a economia nacional e relançou o crescimento de Lisboa. Foi neste período que Alcântara conheceu o seu primeiro plano de urbanização, com a concretização do loteamento do bairro do Calvário, ocupando o lugar da Quinta Real.

A Regeneração marcou a evolução de Alcântara com a construção de importantes obras de equipamentos: a construção das linhas de comboio e dos aterros, onde mais tarde se instalou o porto de Lisboa.

A industrialização ganhou também muita força no século XIX e desenvolveu uma nova lógica de trabalho, centralizada nas fábricas. O desenvolvimento deste sector levou a que começassem a aparecer movimentos migratórios para as cidades, de populações rurais. Nascendo a classe operária, começaram a surgir igualmente as suas habitações, sob a forma de pátios e vilas com condições bastante precárias. No último quartel do século XIX procurou resolver-se este problema com a construção do bairro do Calvário, mas que acabou por ser um bairro mais burguês do que operário. Deste modo, foram os empresários industriais que tiveram a iniciativa de construção de habitações de raiz para os seus operários.

O vale de Alcântara, que até ao século XVIII se considerava como uma área rural, ganhou nesta época o estatuto de subúrbio, na medida em que se começou a tornar uma área de apoio à cidade de Lisboa. Deste modo, era neste vale que os investidores encontraram o espaço disponível que em Lisboa escasseava para a instalação de fábricas. Além disso, Alcântara encontrava-se servida não só pela presença do rio Tejo, que a ligava a outros pontos ao longo das margens do rio, mas também pela existência da ribeira, que penetrava para o interior do território. Todas

estas condicionantes levaram a que o desenvolvimento industrial fosse um dos momentos mais importantes para o bairro de Alcântara.

Durante o século XX e já durante a governação do Estado Novo, teve lugar um forte investimento em obras públicas e de infraestruturas. A construção do bairro da Quinta do Jacinto e dos acessos à ponte sobre o Tejo são exemplos desses investimentos e concretização desta fase de desenvolvimento de Lisboa e de Alcântara, ainda que para a construção da ponte tivesse de se destruir uma parte deste bairro.

Atualmente, o progressivo desaparecimento das atividades industriais em Alcântara tem deixado espaços expectantes e sem ocupação. A cidade, que sempre se desenvolveu junto ao rio, começou a crescer para o interior com o plano de expansão de Ressano Garcia e afastou-se definitivamente do Tejo com a construção das linhas de caminho-de-ferro e das grandes avenidas ribeirinhas. No caso de Alcântara, esta fragmentação teve uma importância ainda maior se tivermos em conta que a presença do rio e da ribeira era uma das razões para a existência de atividade industrial neste local. Estando as fábricas mais afastadas destes meios de comunicação e com o crescimento de Lisboa que começou a transpor as margens da ribeira, foi construída a linha de comboio que voltou a ligar Alcântara à cidade.

Já no século XX, com a construção da ponte e com o crescimento urbano cada vez mais acentuado, esta zona começou a ser marcada por um progressivo abandono, e pelo desaparecimento das indústrias. Desde o final do século XIX, com a construção das linhas de comboio e das grandes avenidas ribeirinhas, começaram a nascer importantes linhas de fragmentação, que podem ter sido uma das causas para o abandono do bairro. A construção da ponte e dos seus acessos, dividiu definitivamente o bairro, isolando umas das áreas mais antigas do tecido urbano de Alcântara.

A situação atual de degradação de uma parcela tão grande de Lisboa leva à reflexão sobre o futuro da cidade e sobre o seu potencial para criar uma estrutura urbana mais sustentável e integrada no seu conjunto. Deixando de estar ocupada pelas funções que caracterizaram este espaço da cidade, Alcântara mantém indiscutivelmente o seu valor cultural e antropológico, mais do que o seu valor económico.

A cidade de hoje carece de uma visão global que integre os vários conjuntos de acordo com a sua identidade. Olhando para as experiências do passado, vemos que

os planos de carácter inovador procuraram dar resposta às necessidades, pondo muitas vezes em causa a permanência de edifícios antigos. No caso do plano da Baixa resolveram-se os problemas da cidade com uma atitude de rotura com o que existia anteriormente. A opção de reconstrução seguiu no entanto um novo caminho, procurando dar novas respostas aos novos problemas que se faziam sentir, impondo um desenho urbano rígido onde a arquitetura surgia como uma moldura regrada, com uma grande homogeneidade.

A postura expansionista do final do século XIX tem uma atitude menos transformadora, mas igualmente inovadora. A prevalência do desenho urbano sobre os desígnios da arquitetura conferiu uma pluralidade de soluções, nomeadamente ao nível das fachadas, que não foram definidas ou reguladas pelo plano. O resultado atual destas intervenções permite-nos identificar experiências urbanas bastante diferentes e que podem ser pontos de partida para uma reflexão sobre a cidade atual.

O processo de transformação da cidade pretendeu integrar e articular a cidade antiga com a cidade atual, procurando também estabelecer pontos de partida abertos para as realidades futuras. No caso de Alcântara, as heranças existentes remetem-nos para um passado marcadamente industrial, não só pela existência de chaminés e de fábricas desativadas, mas também pela organização territorial, que procurou afastar estas construções dos principais arruamentos.

Atualmente, e como resultado dos vários processos de evolução urbana que tiveram lugar em Alcântara, o tecido urbano apresenta elementos de fragmentação que representam limites e que moldaram o crescimento e desenvolvimento de Alcântara ao longo do tempo. Estas discontinuidades podem ser naturais ou artificiais, resultando de transformações operadas pelo Homem.



Ilustração 45 - Imagem do mercado de Alcântara, tirada em direção à rua do Prior do Crato em 1940, Armando Seródio (Arquiteturavc, 2012)



Ilustração 44 - Imagem do mercado de Alcântara, Armando Seródio, 1939 (Arquiteturavc, 2012)

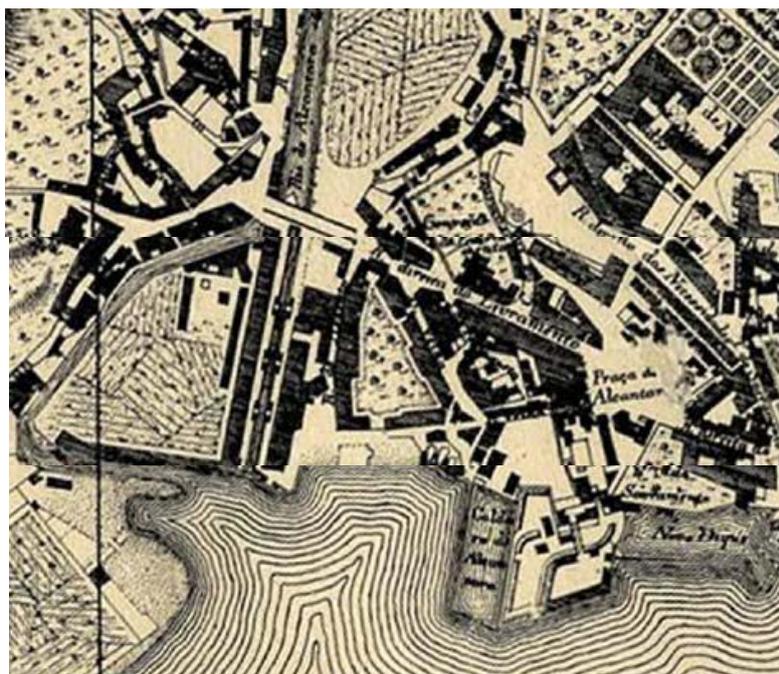


Ilustração 46 - Excerto da Carta topográfica de Lisboa, levantada no ano de 1807 sob a direção do Engenheiro Duarte José Fava, litografada no ano de 1831. Augusto Vieira da Silva. (O vale de Alcântara como caso de estudo: Evolução da morfologia urbana, 2009, p.121)

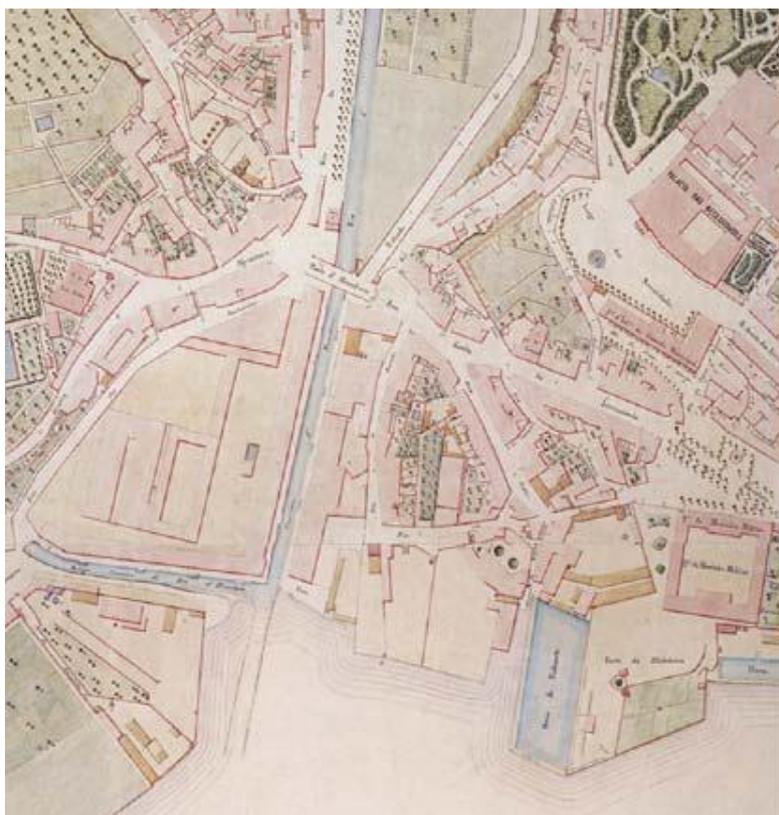


Ilustração 47 - Excerto da Carta topográfica da cidade de Lisboa e seus arredores de Filipe Folque, levantada entre 1856 e 1858. (O vale de Alcântara como caso de estudo: Evolução da morfologia urbana, 2009, p.122)



Ilustração 48 - Excerto da Planta da cidade de Lisboa de Silva Pinto, levantada em 1911. (O vale de Alcântara como caso de estudo: Evolução da morfologia urbana, 2009, p.122)



Ilustração 49 - Excerto da Planta da cidade de Lisboa do Instituto Geográfico e Cadastral, levantada nos anos 50. (O vale de Alcântara como caso de estudo: Evolução da morfologia urbana, 2009, p.122)



Ilustração 50 - Vista aérea sobre a área de intervenção em Alcântara, Lisboa (Google, 2010)

4.4.2. PROPOSTA PARA CENTRO DE ARTES E ESPAÇO PÚBLICO:

Seguindo o pressuposto do enunciado fornecido na cadeira de projeto do 5ºAno, teria de ser pensado um programa no âmbito cultural, que viesse trazer a esta zona de Alcântara uma nova identidade e qualidade espacial.

Lisboa é uma cidade cheia de jovens aspirantes a artistas nas mais diversas áreas. É notória a falta de apoio e de condições que estes jovens enfrentam durante a luta por um caminho profissional.

Através de estudos, pesquisas e análises, surge então a ideia de trazer a Alcântara um novo programa cultural que visa responder às necessidades dos jovens artistas.

Uma Escola de Artes Performativas, em que as áreas privilegiadas seriam o teatro, o cinema e a música. Um Centro de Artes, onde os alunos teriam a oportunidade de expor e apresentar os seus trabalhos. E por fim Residências para Estudantes, de modo a facilitar o acesso rápido a ambos os programas de estudantes que poderão vir

de fora. Este Programa seria complementado com a existência de um amplo espaço público unificador dos diferentes elementos que constituem o espaço e que o tornam numa única entidade.

Pretende-se uma apropriação do espaço público por parte das pessoas, tornando-se o mesmo numa imensa “sala de estar”, onde a Praça é o prolongamento dos equipamentos públicos existentes no local. O espaço público foi pensado como elemento fundamental e configurador do próprio espaço, possibilitando a realização de acontecimentos e eventos, de modo a permitir e a potencializar conceitos como a permanência e a contemplação.

A torre surge aqui também como um elemento unificador dos espaços. Com a sua polivalência funcional, possibilita diferentes relações físicas e visuais dos espaços, e simultaneamente, pela sua destacada altura em relação aos edifícios envolventes, funciona como um foco, um elemento de referência daquele espaço; como poderemos observar nas seguintes ilustrações.

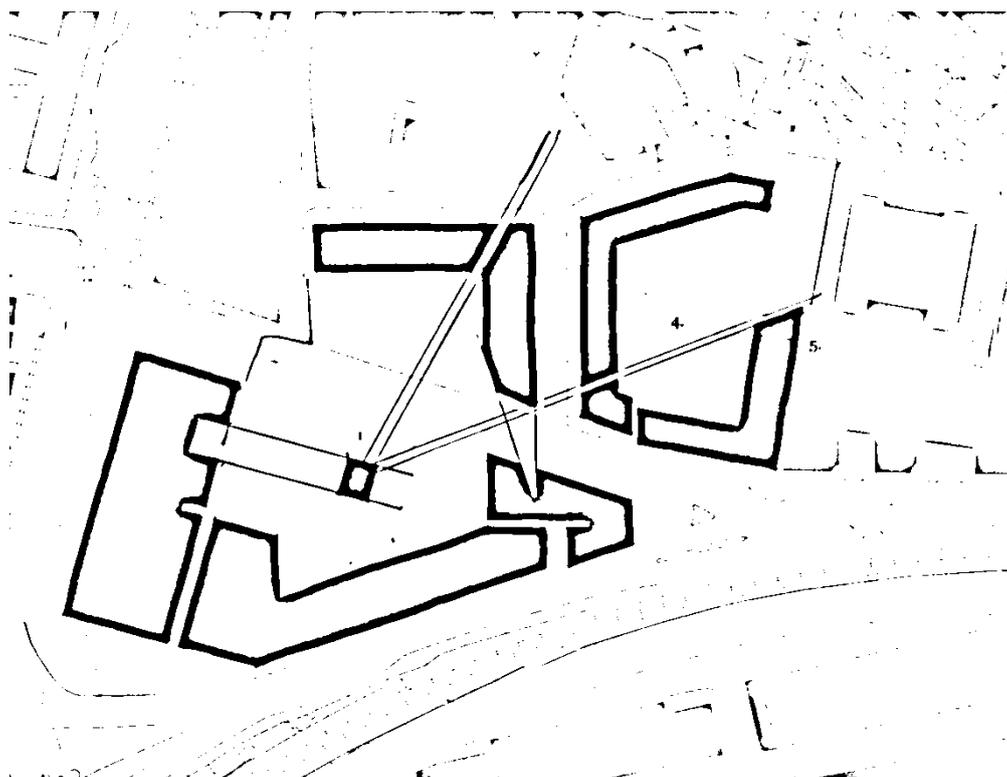


Ilustração 51 - Esquício com proposta de projeto e eixos de relação entre os diversos elementos do espaço. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 52 - Planta esquemática do projeto, com identificação do equipamento público principal e o espaço público adjacente. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013)

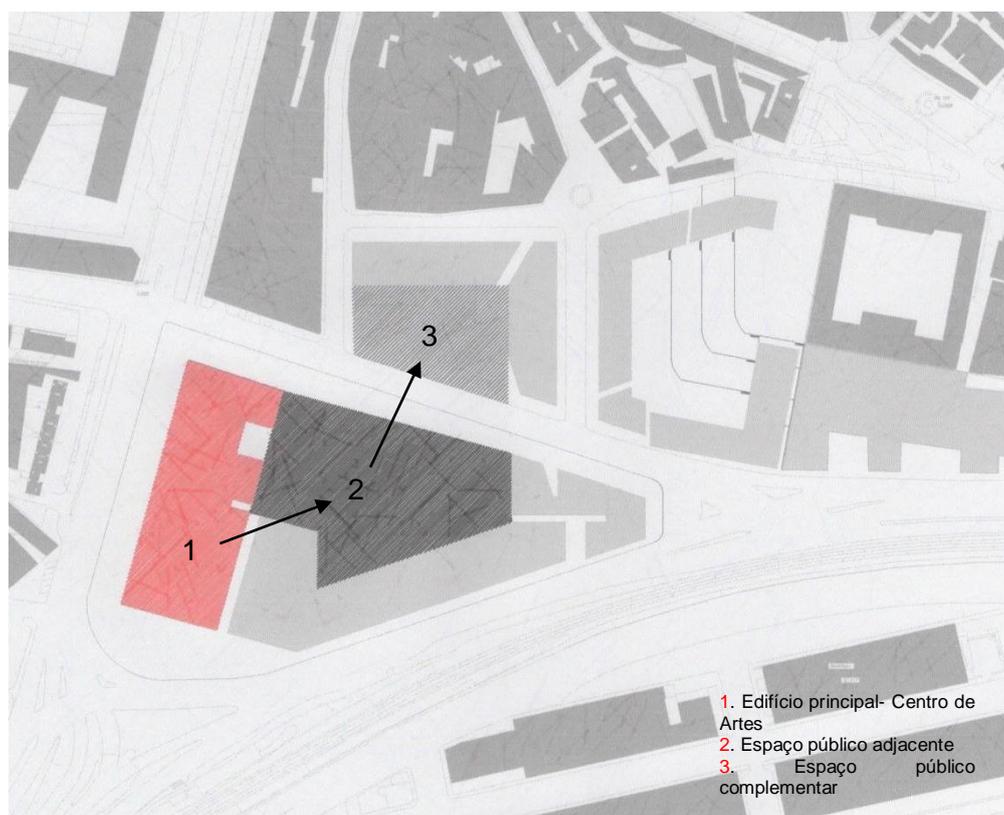


Ilustração 53 - Planta esquemática do projeto, com identificação do equipamento público principal, o espaço público adjacente e o espaço público complementar. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013)

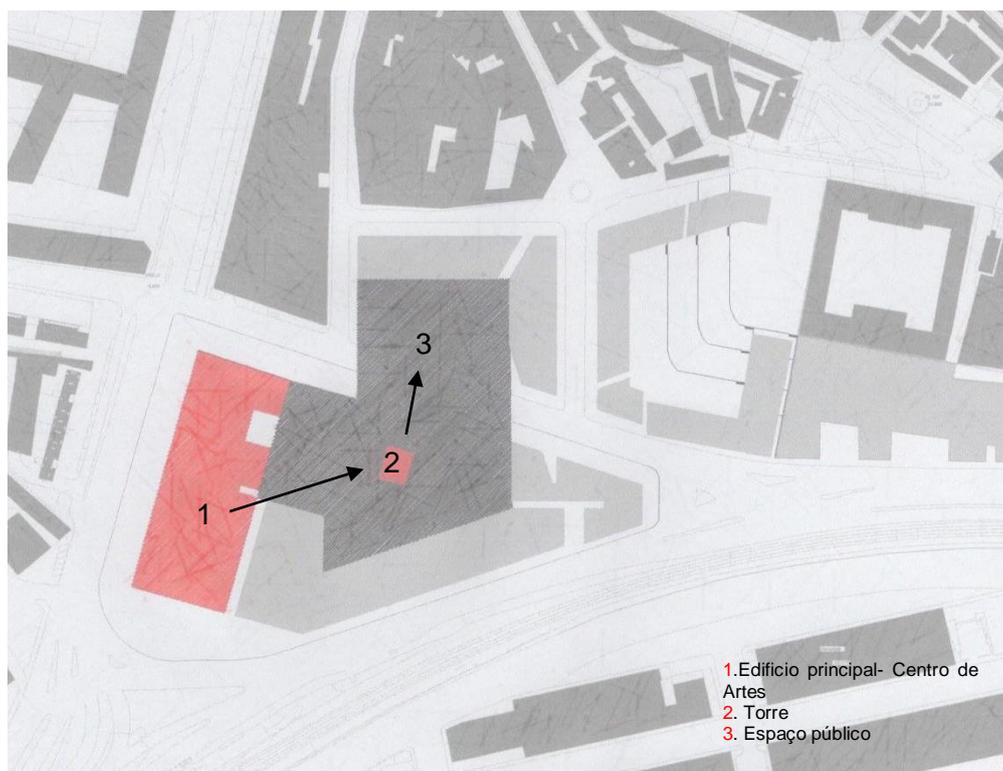


Ilustração 54 - Planta esquemática do projeto, com identificação do equipamento público principal e da torre que caracteriza e unifica o espaço como um todo. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 55 - Esquízo com zona de intervenção e proposta de projeto. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 56 - Perspectiva 3d da proposta de projeto. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 57 - Perspectiva 3d da proposta de projeto. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013)

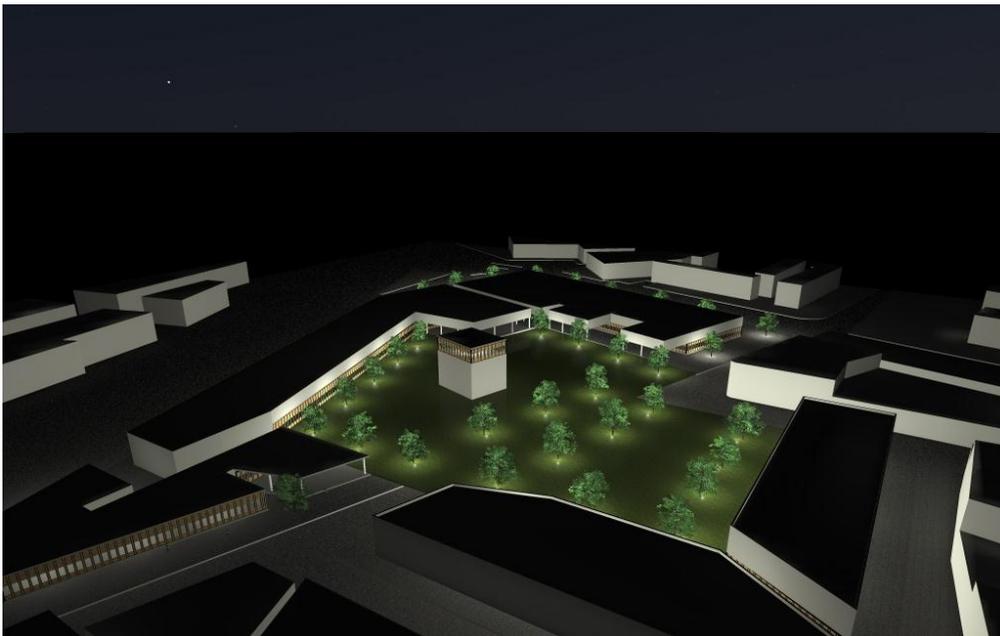


Ilustração 58 - Perspectiva 3d da proposta de projeto. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 59 - Perspectiva 3d da proposta de projeto. Alcântara, Lisboa (Ilustração nossa, 2013)

5. O PROTAGONISMO DO EDIFÍCIO ICÓNICO NA EVOLUÇÃO DA CIDADE. RELAÇÃO COM A GÉNESE E EVOLUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: CASO DE ESTUDO - O CAMPO DAS CEBOLAS E A CASA DOS BICOS EM LISBOA

5.1. O CAMPO DAS CEBOLAS E A CASA DOS BICOS NA HISTÓRIA E MALHA DA CIDADE DE LISBOA

Quando se iniciou o processo de expansão marítima de Portugal, a cidade de Lisboa já tinha esboçado o que seriam as matrizes do seu crescimento e da sua forma urbana. Tal matriz perdurou até à reforma proporcionada pelo terramoto de 1755.

A construção da muralha fernandina nos finais do século XIV foi fundamental nessa primeira matriz. O crescimento urbano, já tinha atingido a sua máxima expressão na frente ribeirinha, expandindo-se assim até ao Rossio pelo vale balizado pelas colinas do Castelo e da Graça a nascente, e pelos futuros Chiado e Bairro Alto a poente.

A Rua Nova dos Mercadores, rasgada nos finais do século XIII pelo interior e a par com a extensão da muralha, cumpria a função tradicional nas cidades portuárias portuguesas, das ruas que, por trás da frente de praia- porto, catalisam e orientam o crescimento urbano. Aqui esse sistema era mais complexo, pois sendo extra- muros definiu-se uma outra rua paralela ao rio. Tudo já em aterro.



Ilustração 60 - Carta topográfica da parte mais arruinada de Lisboa...feita em 1756 a partir do original das primeiras décadas do mesmo século. Foram assinaladas as ruas Nova dos Mercadores e Nova d'El Rei, definindo a primeira, a área conquistada ao rio, e a segunda uma paralela a linha de água, que hoje corre subterrânea. (Lisboa e Rio: paradigmas de cidades atlânticas, 2008, p.52)

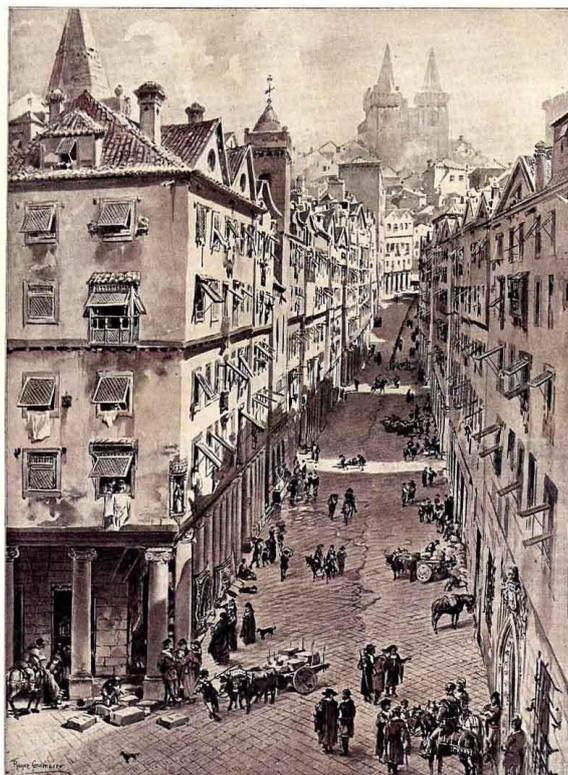


Ilustração 61 - Rua Nova dos Mercadores. Reconstituição segundo o livro das horas de D. Manuel (História da colonização portuguesa do Brasil, 1921, p.4)

Estruturando e consolidando a ocupação ancestral do vale em cidade baixa, Lisboa estendia-se das colinas fundacionais sobre aquelas que acolhiam os novos bairros, que a prosperidade da expansão tornou inevitável.

Além delas, apontava-se um eixo de crescimento paralelo ao rio no sentido da foz, que não tardou em ganhar consistência edificada.

Campo destinado ao comércio ambulante, entre o interior e exterior dos muros, já nos finais do século XV, o Rossio tinha forma e função de praça, mercê da construção na face norte do Paço dos *status* e a nascente do imponente Hospital de Todos os Santos.



Ilustração 62 - Hospital Real de Todos os Santos no Rossio da cidade. Painel de azulejos no início do século XVIII. Museu da Cidade. (Ilustração nossa, 2013)

5.1.1. A RIBEIRA

As novas urbanizações foram reguladas pelo poder, mas resultaram essencialmente de ações privadas e das ordens religiosas que ali se haviam instalado.

Além das ações comuns de renovação e melhoramentos, a “Coroa” empenhou-se basicamente no ordenamento e desenvolvimento da zona ribeirinha no qual o Rei D. Manuel (1495-1521) assumiu um papel único.

Ao assoreamento ordenado do vale da baixa, seguiu-se o do seu cone de contacto com o rio.

Num processo secular de aterro, assim se constituiu o Terreiro do Paço. Com menos expressão, o mesmo sucedeu nos sopés das colinas, consolidando a frente de atividade portuária, a Ribeira.

Foi na praia de contacto entre a colina do Castelo, a Baixa e o Rio, que se estabeleceram o mercado e os principais equipamentos municipais.

Marco fundamental deste processo, foi a construção de um pequeno paço régio, o da Ribeira, definindo também uma pequena praça no extremo poente da rua Nova dos Mercadores.

“Sobrepôs-se ao conjunto de recenas que definiam a Casa da Índia e ficava recuado em relação ao Tejo.” (Rossa, 2008, p.55)



Ilustração 63 - Terreiro do Paço. Painel de Azulejos, século XVIII. Museu da Cidade. (Ilustração nossa, 2013)

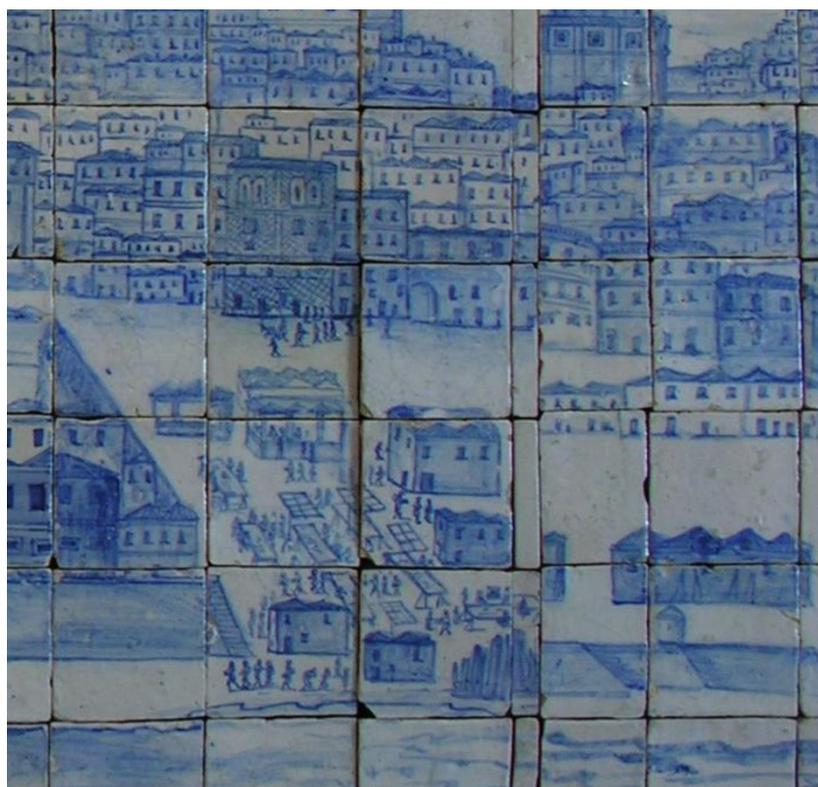


Ilustração 64 - Mercado da Ribeira Velha. Painel de Azulejos, século XVIII. Museu da Cidade. (Ilustração nossa, 2013)

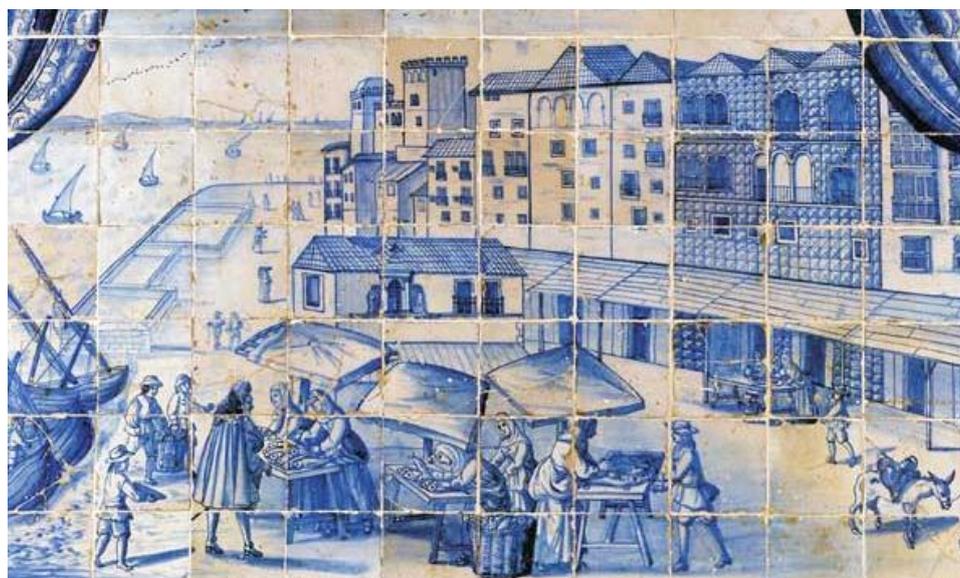


Ilustração 65 - Mercado da Ribeira Velha. Painel de Azulejos, século XVIII. Museu da Cidade. (Ilustração nossa, 2013)

5.1.2. A CASA DOS BICOS

Algumas das fortunas alcançadas na Índia foram aplicadas em Portugal. A Casa dos Bicos em Lisboa é o resultado de uma delas. Com a fachada coberta com pirâmides triangulares, encontram-se algumas outras em Itália e Espanha. Em Portugal, salvou-se parcialmente o exemplar da Rua dos Bacalhoeiros.



Ilustração 66 - Casa dos Bicos em Nápoles, Itália, 2010
(Andorinha des-norteadada, 2010)



Ilustração 67 - Casa dos Picos em Segóvia, Espanha, Victor Ribeiro, 2008 (Ribeiro, 2006)

De facto, existem edifícios que marcam a fisionomia da cidade e perpetuam as memórias do passado histórico e urbano de Lisboa.

A Casa dos Bicos, citada por autores nacionais e estrangeiros e que vemos representada nas panorâmicas antigas de Lisboa, destaca-se dos outros palácios e casarios, sobretudo pela originalidade da sua fachada voltada para o rio.

Foi mandada construir por Brás de Albuquerque, junto da ribeira, à semelhança de outros nobres, perto do centro político e económico da capital, por volta de 1521/23.

Com o terramoto de 1755, a Casa perdeu os dois andares nobres e ficou reduzida aos pisos inferiores, lojas e sobrelojas. Ficou nas mãos da família Albuquerque até ao século XIX, altura em que passou para a propriedade de um negociante de bacalhau, sendo transformada em armazém.

Não obstante o seu estado de ruína, a Casa foi classificada como Monumento Nacional em 1910, e após três décadas o edifício ficou na posse da Câmara Municipal de Lisboa em 1955.

Desde a sua aquisição por parte do município, a Casa dos Bicos esteve ligada a projetos de índole cultural, quase sempre relacionados com a cultura luso-oriental, recordando as ligações de Brás de Albuquerque com a Índia, como o museu Casa de Goa ou o centro de documentação das nossas relações com o Oriente, projetos que acabaram por não ser concretizados.

Foi neste contexto que albergou em 1983, um núcleo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, após uma intervenção polémica de reconstrução da frontaria e interiores e também a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

A escolha do local para a residência dos Albuquerque deveu-se ao desejo íntimo de imitar o Rei D. Manuel, ao construir o palácio real (albergando a Casa da Índia), em terrenos juntos ao rio, mas também, por ser um local com melhores ares e simultaneamente junto à movimentada Ribeira.

As zonas ribeirinhas das cidades proporcionam, em cada momento, as mais diversas funções e adaptações a novas vivências, tais como zonas portuárias, industriais, de defesa e até como local de despejo de detritos urbanos. (Amaro, 2002, p.11)

A Casa dos Bicos sustenta uma forte carga simbólica da expansão portuguesa, pelo momento e singularidade da sua construção, associada a uma das famílias de referência e ao serviço do reino além-fronteiras.

Com a chegada do século XVI e a transferência do poder político e administrativo do Castelo para a Ribeira, com a construção do Palácio Real, criando simultaneamente, um novo eixo dinamizador da cidade, na articulação entre o Rossio e o Terreiro do Paço, a frente ribeirinha sofreu uma intensa reestruturação com a construção de novas e mais funcionais infra-estruturas. Se do lado poente do Paço, foi construída a Ribeira das Naus; a nascente, por volta de 1517 começam a ser edificadas, o Terreiro do Trigo e a Alfândega, com cais próprio.



Ilustração 68 - Parte da Maquete de Lisboa, antes do Terramoto de 1755. Museu da Cidade (Ilustração nossa, 2013)

Para as Portas do Mar, foi transferido, no século XV, o mercado de vegetais, a que na segunda metade do século XVI, se juntam os vendedores de peixe, dotando a Praça da Ribeira das Portas do Mar, de cabanas e alpendres. As descargas eram feitas no cais fronteiro, ficando imediatamente a nascente o Cais de Santarém, do qual a área atual ainda preserva a memória.

O desenho aguarelado de 1575 permite-nos vislumbrar as embarcações, típicas do Tejo, atracadas na zona fronteira à Casa dos Bicos, num espaço coroado pelas torres da Sé.



Ilustração 69 - Vista de Lisboa, desenho de Simão de Miranda de Távora, 1575, Museu da Cidade (Ilustração nossa, 2013)

De entre as residências nobres que vão ocupar o troço da antiga muralha, contavam-se o Palácio dos Condes de Portalegre, Condes de Vila Flor, Marqueses de Angeja e a casa dos Albuquerque, entre outras.

Brás de Albuquerque, ao mandar construir a sua residência, após 1521, num loteamento acanhado, compensa esse facto, dando à fachada um cunho de monumentalidade. A Casa dos Bicos marca, desta forma, uma forte rotura com os restantes palácios da Ribeira, considerados por muitos visitantes da época, como construções regulares, de alçados pouco dignos, destacando-se apenas pela sua dimensão.

O contexto sócio- económico em que se insere a Casa dos Bicos, a partir da segunda metade do século XVII, as ruas estreitas e sinuosas, que dificultam a circulação dum novo bem, o coche, e que agravam os problemas de higiene, levou a que muitos elementos da nobreza preferissem o Bairro Alto. A Ribeira vai continuar com a sua função comercial, destacando-se na venda de géneros alimentícios. Mesmo depois de ser atingida pelo Terramoto de 1755 e de ter perdido os dois pisos superiores, a Casa

dos Bicos, mantém-se como uma referência da Ribeira Velha e da cidade, ao contrário dos palácios vizinhos que se diluem dentro de uma imagem pombalina.

As seguintes ilustrações mostram a transformação que a zona da Antiga Ribeira sofreu no decorrer dos anos, quer a nível de edificações, como da própria linha de costa que, por si só, sofreu bastantes modificações. O espaço regenerou-se e alterou-se mas, incluiu sempre a Casa dos Bicos, que é um ícone e uma referência, como parte fundamental e caracterizadora do próprio espaço.

Em 1650:



Ilustração 70 - Lisboa, final do século XVI, Georg Braun, Museu da Cidade (Ilustração nossa, 2013)

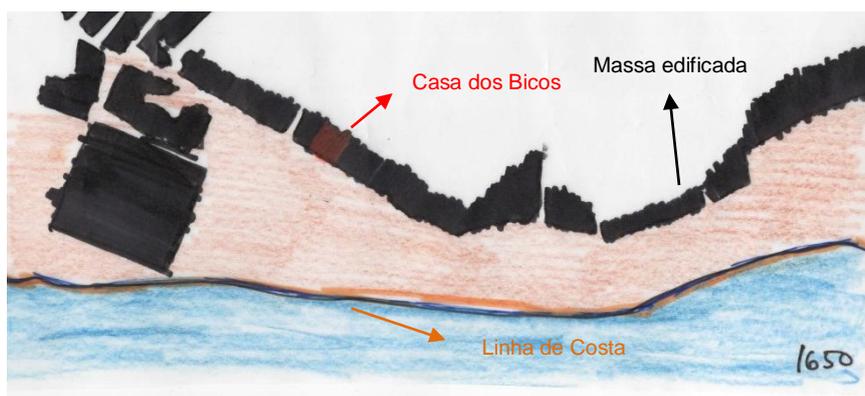


Ilustração 71 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa em 1650. (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 72 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos e relação com o espaço público adjacente em 1650. (Ilustração nossa, 2013)

Na primeira metade do século XVIII:



Ilustração 73 - Excerto da planta da cidade de Lisboa na primeira metade do século XVIII. (Biblioteca Nacional de Lisboa, 2013)



Ilustração 74 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa na segunda metade do século XVIII. (Ilustração nossa, 2013)

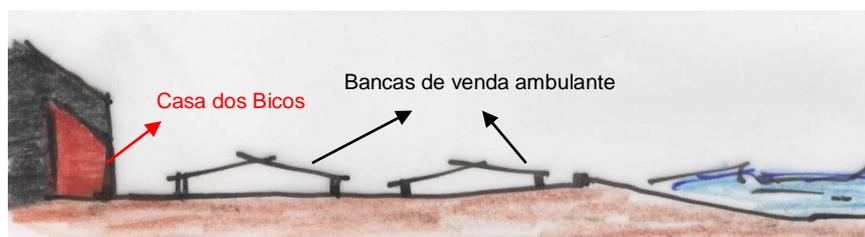


Ilustração 75 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos, das bancadas para o comércio ambulante e toda a sua relação com o espaço público adjacente na segunda metade do século XVIII. (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 76 - Gravura da imagem de Lisboa. Anexo ao Terreiro do Paço, vê-se a antiga Ribeira, um espaço privilegiado de venda de frutas e hortaliças, e conhecido pela venda de pescado, Ioam Schorquens, 1619 (Wikimedia commons, 2012)

Entre 1756 e 1758:

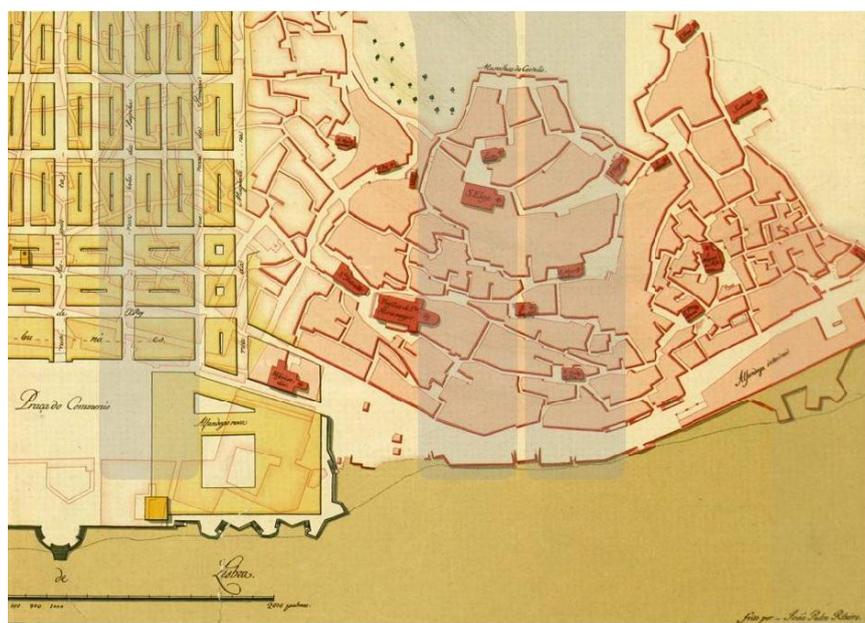


Ilustração 77 - "Excerto da Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada, também segundo o novo alinhamento dos Arquitetos Eugénio dos Santos Carvalho e Carlos Mardel, 1758 (Arquivo Municipal de Lisboa, 2013)

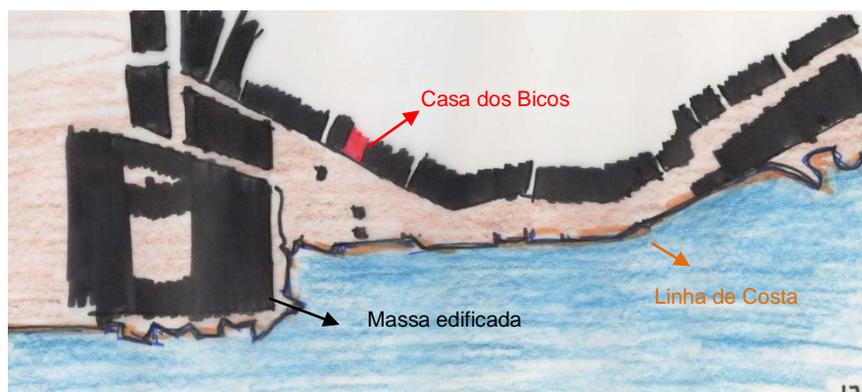


Ilustração 78 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa entre 1756 e 1758. (Ilustração nossa, 2013)

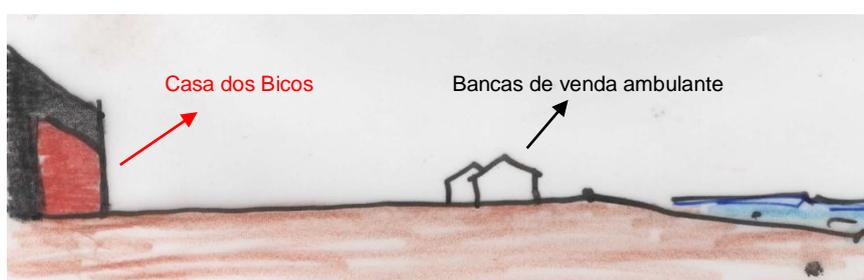


Ilustração 79 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos, das bancadas para o comércio ambulante e toda a sua relação com o espaço público adjacente entre 1756 e 1758. (Ilustração nossa, 2013)

Passado um século, em 1856:



Ilustração 80 - " Excerto da Planta topográfica da cidade de Lisboa, segundo Filipe Folque. 1856-1858. (Arquivo Municipal de Lisboa, 2013)

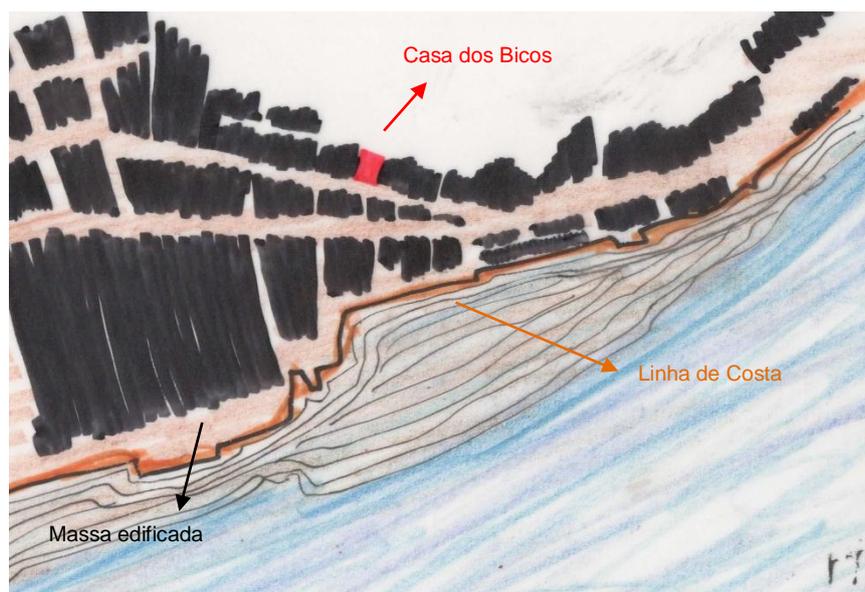


Ilustração 81 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa em 1856. (Ilustração nossa, 2013)

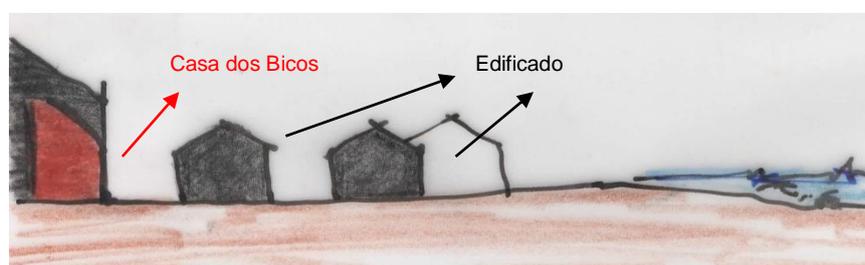


Ilustração 82 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos e da sua relação com o novo edificado, e consequentemente com a nova composição do espaço público em 1856. (Ilustração nossa, 2013)

Poucos anos depois, em 1879:



Ilustração 83 - Excerto da Planta topográfica da cidade de Lisboa segundo Francisco e Cesar Goullard, 1879. (Arquivo Municipal de Lisboa, 2013)

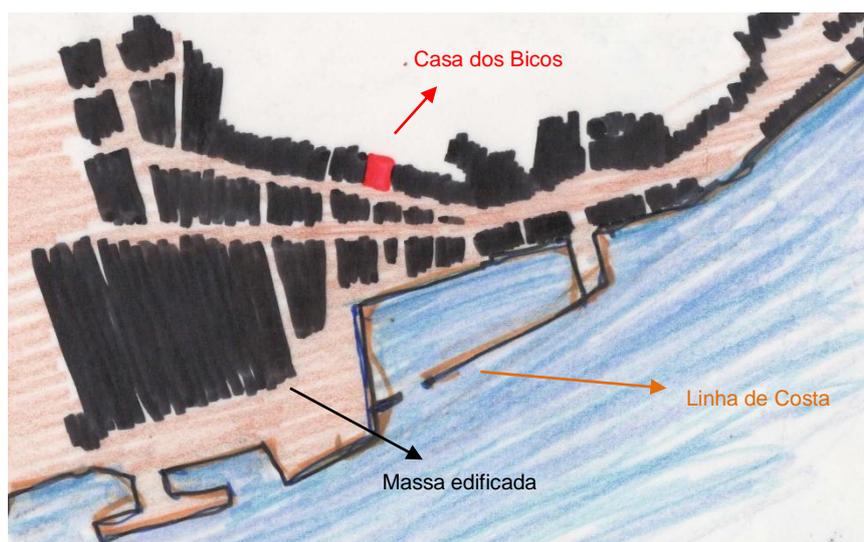


Ilustração 84 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa em 1879. (Ilustração nossa, 2013)

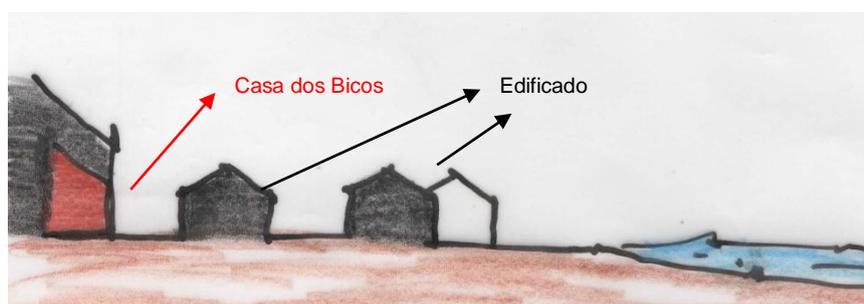


Ilustração 85 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos e da sua relação com o edificado, e com o espaço público em 1879. (Ilustração nossa, 2013)

No início do século XX:



Ilustração 86 - Excerto da Planta topográfica da cidade de Lisboa segundo António Vieira da Silva Pinto, 1909. (Arquivo Municipal de Lisboa, 2013)

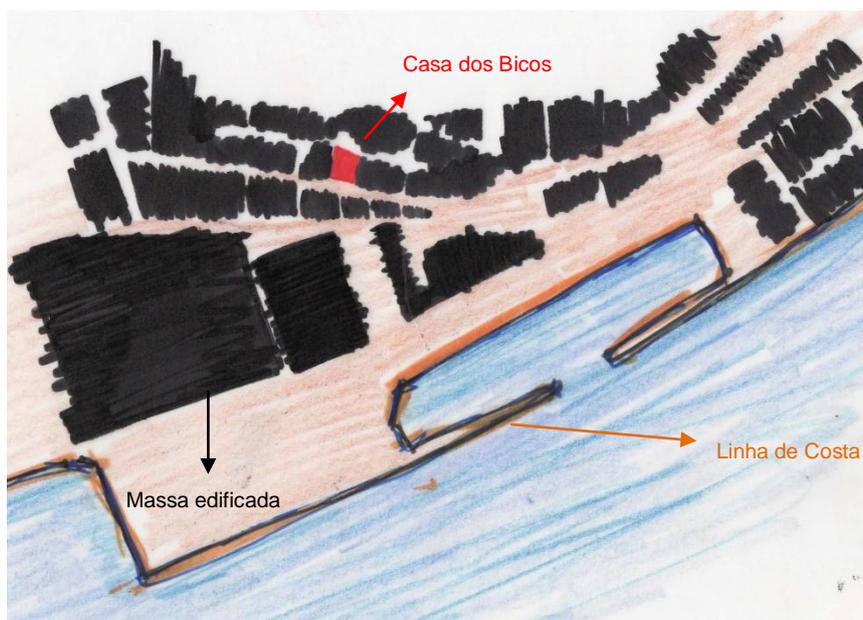


Ilustração 87 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa em 1909. (Ilustração nossa, 2013)

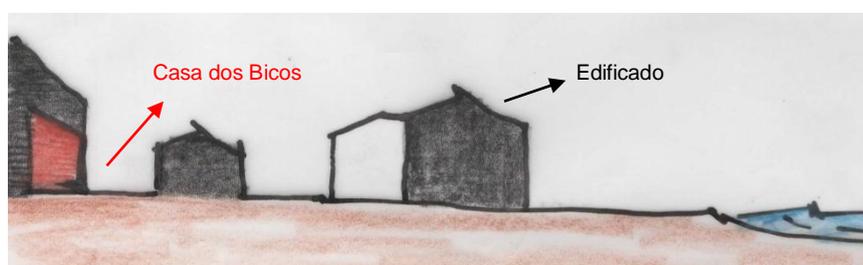


Ilustração 88 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos e da sua relação com o edificado, e com o espaço público em 1909. (Ilustração nossa, 2013)

Em 1925:

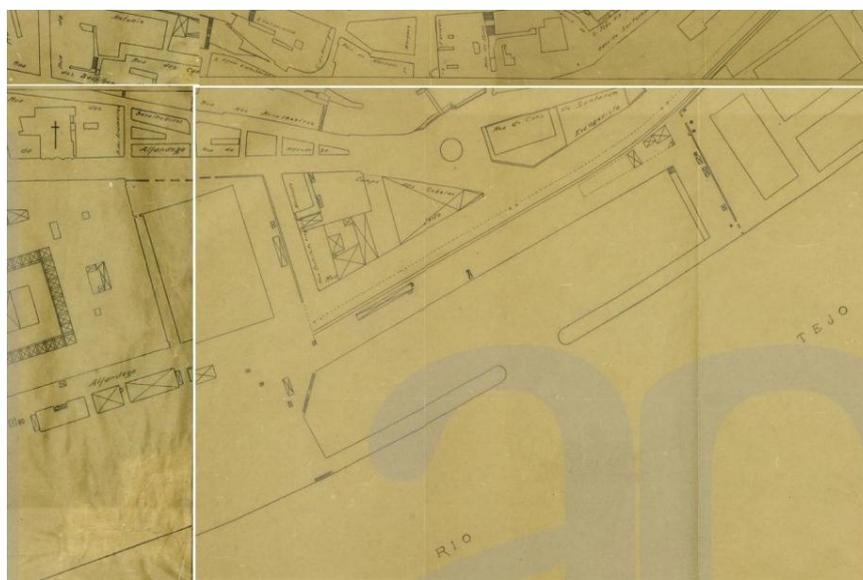


Ilustração 89 - Excerto da Planta topográfica da cidade de Lisboa segundo José António Passos, 1925 (Arquivo Municipal de Lisboa, 2013)

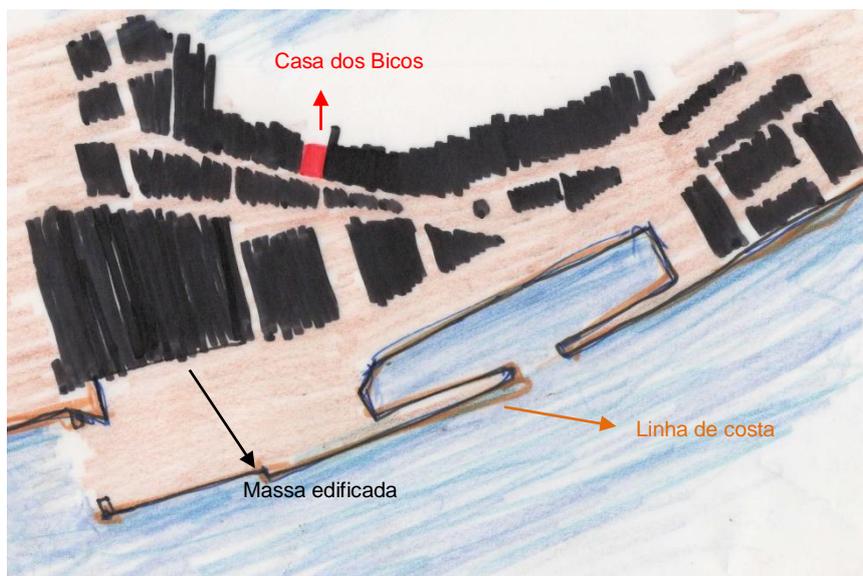


Ilustração 90 - Planta esquemática com indicação da Casa dos Bicos, do edificado envolvente e da linha de costa em 1925. (Ilustração nossa, 2013)

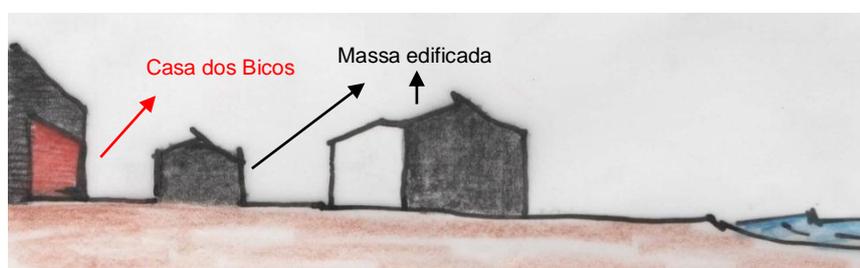


Ilustração 91 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos e da sua relação com o edificado, e com o espaço público em 1925. (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 92 - Fotografia antiga direcionada para o Campo das Cebolas (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)

O seguinte diagrama mostra, por fim, a evolução do espaço ao longo dos tempos, através da sobreposição das plantas dos diferentes anos, para assim podermos ter uma melhor perceção das alterações que ocorreram naquele lugar.

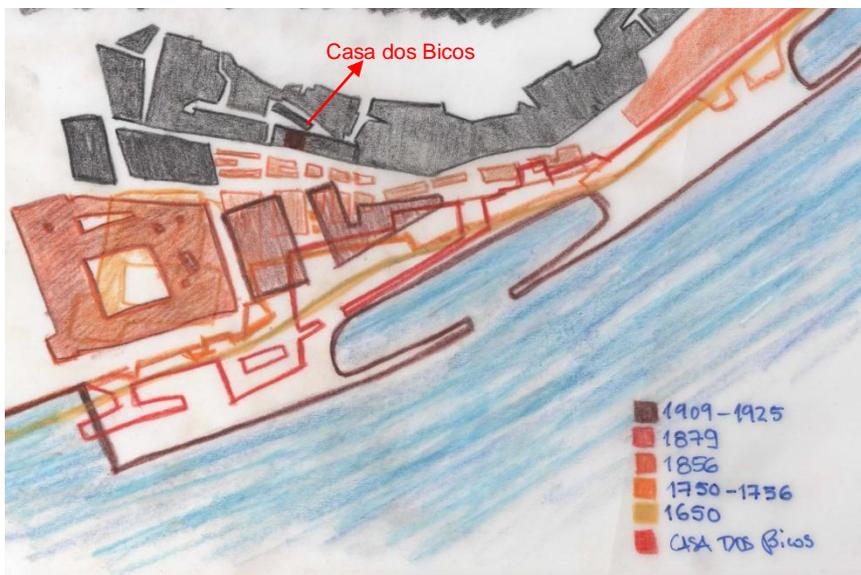


Ilustração 93 - Planta esquemática com evolução do espaço e da linha de costa. (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 94 - Corte esquemático com evolução do edificado entre 1650 e 1925. (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 95 - Fotografia antiga com vista para a Casa dos Bicos e restantes edificações envolventes." (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)



Ilustração 96 - Fotografia antiga com vista para a Casa dos Bicos e restantes edificações envolventes. (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)



Ilustração 97 - Fotografia com vista para a Casa dos Bicos, depois de ter perdido os pisos superiores no terramoto de 1755. (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)



Ilustração 98 - Obras de pavimentação, Benoliel, Judah, 1953 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)



Ilustração 99 - Rua da Alfândega e a antiga rua dos Bacalhoiros em remodelação, Benoliel Judah, 195? (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)



Ilustração 100 - Obras de pavimentação, Benoliel, Judah, 1953 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)



Ilustração 101 - Local de prédios demolidos, Benoliel, Judah, 1953 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)

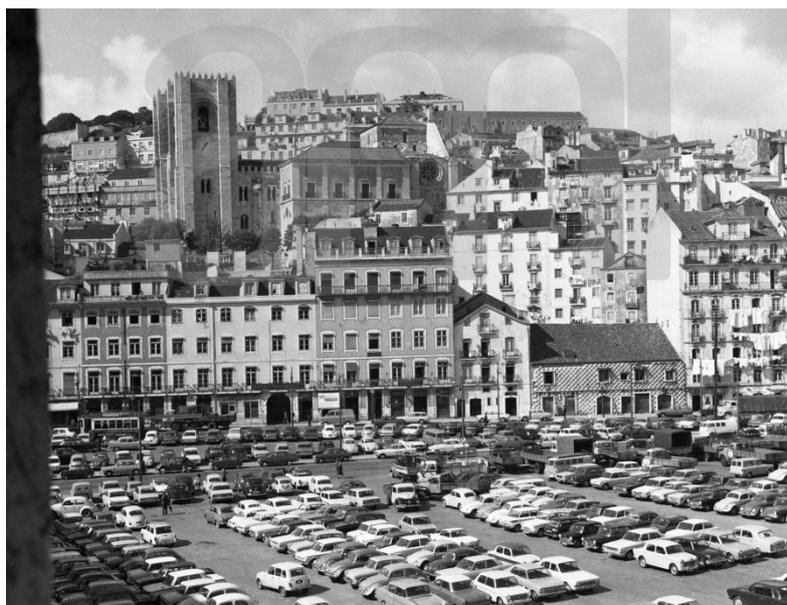


Ilustração 102 - Panorâmica sobre o Campo das Cebolas e Sé de Lisboa, Armando Seródio, 1969 (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)

Após a análise feita ao espaço, podemos afirmar que o Campo das Cebolas, ou a antiga Ribeira, como era chamada, foi alvo de grandes transformações no decorrer dos anos.

Se entre o século XVI e a primeira metade do século XVIII, o Campo das Cebolas era um espaço que visava o bem-estar das pessoas; funcionava também como porto e lugar de comércio, o que proporcionava de imediato o contacto e o relacionamento entre as pessoas.

Depois do Terramoto de 1755 tudo isso se foi perdendo. As edificações começaram a crescer e a ocupar o amplo terreiro, o que conseqüentemente acabou com toda a funcionalidade daquele espaço. A própria linha de costa veio a reduzir aquela enorme praça, introduzindo-se e formando-se cada vez mais para dentro e junto das edificações.

A relação direta e intrínseca com o rio que existia anteriormente, foi-se também perdendo até desaparecer completamente com as barreiras (físicas) que surgiram ao longo dos tempos. Embora a partir de 1909, consigamos ver (através das ilustrações e do desenho da linha costeira) uma preocupação em recuperar aquele espaço, ou parte dele.

Só na segunda metade do século XX, o edificado fronteiro à Casa dos Bicos, que ocupava grande parte da antiga Ribeira, foi demolido, recuperando o espaço e a própria Casa dos Bicos, parte do seu valor e significado. Mas as demolições das edificações não bastaram para o espaço voltar a ser o que era. E tal não aconteceu porque, a antiga Ribeira - o local escolhido por Brás de Albuquerque para a construção do seu palácio (a Casa dos Bicos), por ser um local com “melhores ares” e por estar junto ao rio e ao comércio -se tornou num amplo e vasto parque de estacionamento automóvel e numa terminal dos transportes públicos.

Há que evidenciar aqui, a extraordinária polivalência que a Casa dos Bicos adquiriu. No decorrer dos anos e com tantas transformações que ocorreram naquele local, a Casa foi-se sempre adaptando aos novos contextos que surgiram, alterando as suas funções, que em nada se relacionavam umas com as outras, mas que permitiriam com que a Casa se mantivesse “viva”.

Pela sua polivalência, capacidade regeneradora, e pela sua capacidade de adaptação, a Casa dos Bicos, tornou-se num ícone, numa referência da cidade de Lisboa.



Ilustração 103 - Panorâmica tirada do Tejo para a Casa dos Bicos, Lisboa, Artur Pastor, 194? (Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, 2013)

Atualmente, o Campo das Cebolas é um espaço não convidativo, ou seja, não atrai ninguém à permanência. É na maior parte utilizado para estacionamento automóvel, fazendo com que as pessoas apenas o utilizem como local de passagem, sem sequer colocarem a hipótese de usufruir daquele espaço público, com tanto potencial, quer seja pela sua história, pela sua arquitetura envolvente; como também, por ser um ponto de transição entre a Baixa e Alfama.

Quando foi criado, constitui um considerável melhoramento para os moradores, pois era o único jardim na freguesia da Madalena. Mas atualmente, o Campo das Cebolas está transformado num misto de lixeira, estacionamento anárquico e cemitério dos carros abandonados. (Jorge, 2012.)

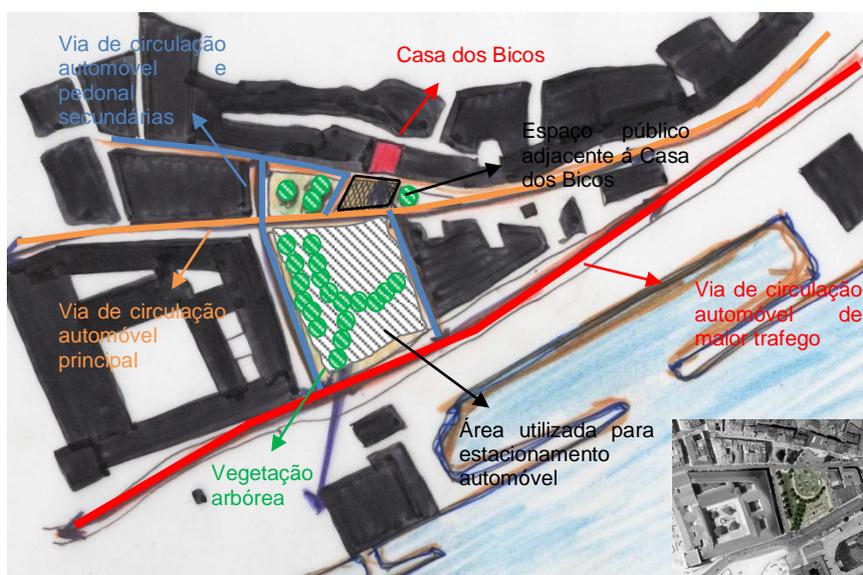


Ilustração 104 - Planta esquemática sobre a situação atual do Campo das Cebolas (Ilustração nossa, 2013)

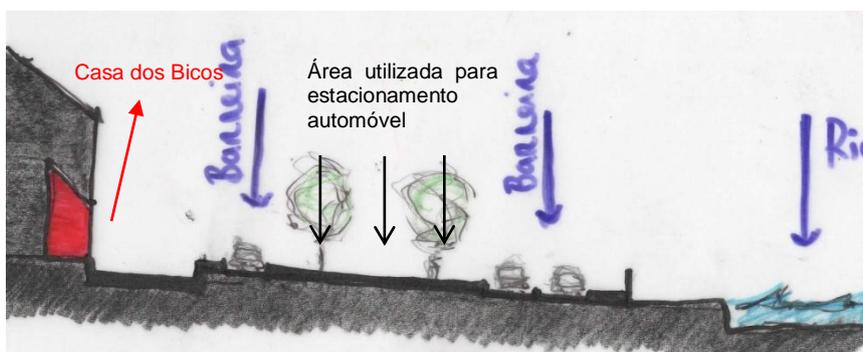


Ilustração 105 - Corte esquemático sobre a situação atual do Campo das Cebolas (Ilustração nossa, 2013)

Como podemos ver nas ilustrações, este é um espaço totalmente desprovido de valor ou qualidade. A função predominante é a de estacionamento automóvel, que por sua vez, é a sua maior condicionante, pois ocupa quase toda a área.

No que respeita à Casa dos Bicos e à sua relação com o exterior, o espaço está muito desaproveitado e diminuído, consequência também do excessivo estacionamento existente e da via de circulação automóvel principal, que funciona como uma barreira que quebra toda a ligação entre os espaços e com o próprio rio.

A linha de costa não sofreu grandes alterações desde 1925, e a Avenida Infante D. Henrique, por ser a via de maior dimensão e tráfego, funciona neste espaço, como mais uma barreira, física e visual, que impossibilita a relação com o rio.

Existe agora a preocupação, embora pouca, de introduzir alguma vegetação no espaço para assim poder dota-lo de algum valor. Estamos em crer que a vegetação arbórea existente não resolve, nem é a solução para os problemas daquele local.

As vias de circulação automóvel e o estacionamento existente são sem dúvida os maiores fatores que negligenciam o Campo das Cebolas. Um espaço onde predominam os automóveis e não as pessoas, definido e atravessado por vias de circulação também automóvel, com carência de espaços verdes e de estar, não pode ser um espaço convidativo à permanência.

Só a Casa dos Bicos, como ícone e referência da cidade de Lisboa, consegue ainda, atrair milhares de pessoas àquele lugar. Ainda assim, uma vez visitado o interior da Casa e uma vez vista a sua imponente fachada, as pessoas não permanecem no local, indo-se imediatamente embora.

Contudo, os pequenos restaurantes existentes nos pisos inferiores dos edifícios envolventes trazem um pouco de vida ao lugar, convidando as pessoas, que se sentam nas suas esplanadas e usufruem assim do espaço público. Se retirarmos isso, o Campo das Cebolas, não é mais que um grande estacionamento automóvel e um local de passagem, automóvel e pedonal, para outros pontos da cidade.

Embora esteja num estado degradado, o Campo das Cebolas é um espaço com grandes qualidades intrínsecas, que merece toda a atenção e preocupação. Devido ao seu valor, e à sua potencialidade, e devido à Casa dos Bicos ser um ícone e merecer um espaço digno de si, este espaço público, foi alvo de um concurso público, em 2012, ao qual concorreram diversos arquitetos, entre eles, e com proposta vencedora, o arquiteto Carrilho da Graça.

1º Lugar- Arquiteto Carrilho da Graça

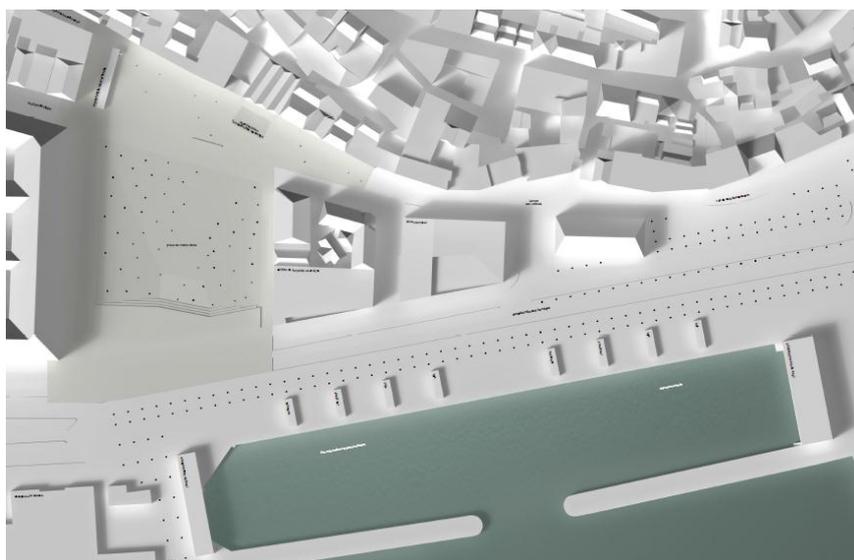


Ilustração 106 - Planta com proposta de projeto (Carrilho da Graça, 2012)

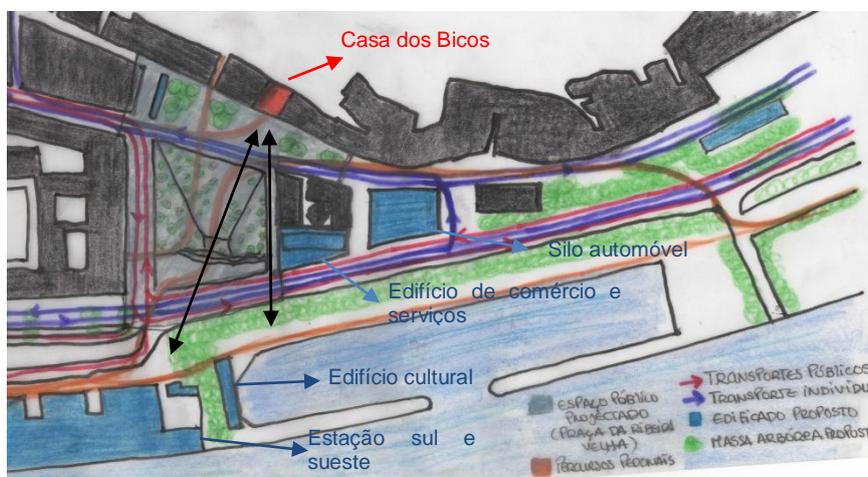


Ilustração 107 - Planta esquemática com indicação de programas, percursos, espaço público e relações propostas (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 108 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos, das vias de circulação e da relação estabelecida entre a Casa e o Rio (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 109 - Fotomontagem da zona de intervenção (Carrilho da Graça, 2012)

A intervenção proposta para a antiga Ribeira Velha centra-se na criação de um espaço urbano de conforto, através de um conjunto de operações sobre o território muito contidas, de grande serenidade. Uma intervenção que, com o mínimo, potencia o máximo, enquadrando e respondendo às diferentes variáveis e saberes em presença. (Graça, 2012)

Neste projeto é proposta a definição de uma praça que se volta para a cidade, e que é acolhida sob um coberto arbóreo. É um pressuposto deste projeto criar as condições necessárias para que o Campo das Cebolas seja um espaço mais habitável, acolhedor

e agradável, e que, através de uma intervenção discreta, devolva ao lugar a capacidade de ser palco de vida urbana.

Esta praça é materializada através da deformação do plano existente, onde foi criado um desnível que nos conduz ao interior da praça e a um anfiteatro que se volta sobre a encosta da Sé.

A presença de vegetação, neste caso, pinheiros mansos, uma espécie transversal a várias épocas e culturas, simbolizam a história e o futuro deste lugar.

São utilizados os pinheiros, também, na tentativa de conseguir causar desaceleração e descontração nas pessoas, tornando-o num espaço de “[...] estadia, ensombrado e silencioso.” (Graça, 2013)

No que respeita à Casa dos Bicos, o tratamento da área adjacente é sensível ao facto de estar ali sediada a Fundação José Saramago, e ao memorial ali erguido.

É proposta uma entrada para a Casa mais suave, através da modelação do pavimento, e a definição de um novo banco que confere ao memorial o espaço de reserva e recanto de que é digno, recentrando-o face à Casa dos Bicos e ao terreiro fronteiro.

A relação da praça da Ribeira velha com a Doca da Marinha adquire especial importância, tornando-se mais franca e permitindo o acesso efetivo até ao rio.

A demolição do muro que separa a avenida foi igualmente importante, pois deu lugar a um grande passeio arborizado que se estende até ao Terreiro do Paço, e seve como suporte dos percursos de mobilidade suave.

2º Lugar- PROAP: Estudos e Projetos de Arquitetura



Ilustração 110 - Planta com proposta de projeto. (PROAP, 2012)

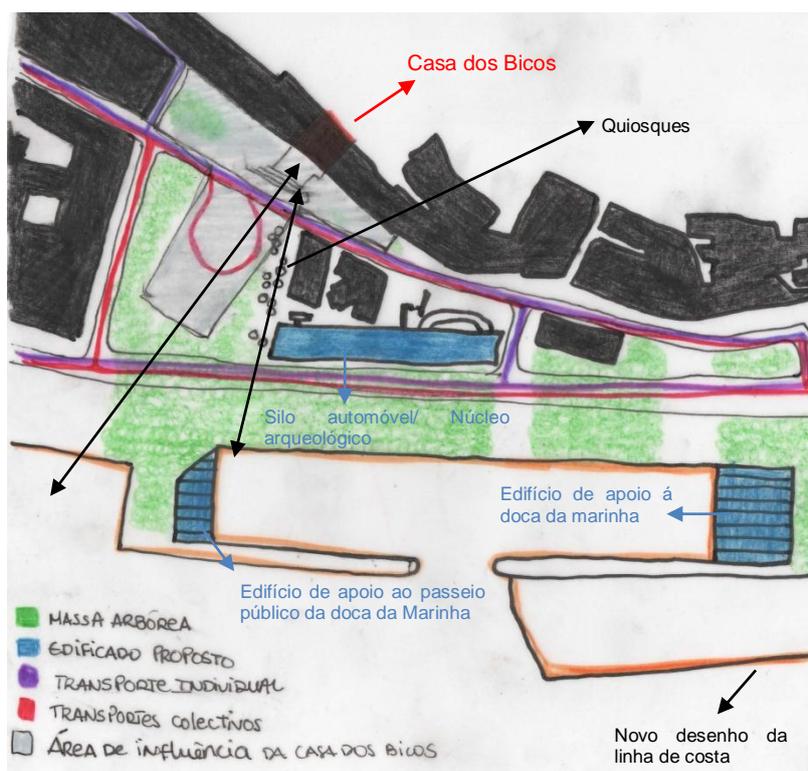


Ilustração 111 - Planta esquemática com indicação de programas, percursos, espaço público e relações propostas (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 112 - Corte esquemático com indicação da Casa dos Bicos, das vias de circulação e da relação estabelecida entre a Casa e o Rio. (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 113 - Fotomontagem da zona de intervenção (PROAP, 2012)

É condição fundativa da presente proposta a defesa do carácter excepcional deste lugar suficiente para o tornar único enquanto celebração dessa alma exótica. Esta é feita através da constituição de um palmeiral fantástico que ilustre e evoque as relações de descoberta, maravilhamento, transporte e aclimatização de todo um enorme conjunto de plantas introduzidas na Europa através de Portugal, de Lisboa, provavelmente através deste mesmo lugar, desta Alfandega, destes cais onde os olhos assombrados de lisboetas de gema foram os primeiros a ver o que, mais tarde, maravilhariam o mundo. (PROAP, 2012, p.1)

Defender o carácter e a qualidade deste lugar foi a base fundamental deste projeto. E para isso os autores optaram por valorizar e enfatizar o elemento árvore, tornando-o como chave para o sucesso de toda a proposta.

Como podemos ver nas ilustrações, grande parte do espaço é ocupado por vegetação. Vegetação esta, que através da malha de palmeiras utilizada, e da sobreposição de pavimento contínuo anula o grande fluxo da atual Avenida Infante D: Henrique.

A rua da Alfândega seria também requalificada tornando-se parte do espaço público pedonal passando a ser uma via de velocidade reduzida que acolheria e alimentaria as ligações ao núcleo histórico da cidade.

É projetada uma pequena praça de receção à Casa dos Bicos, rebaixada do restante espaço público, dignificando e valorizando a Casa.

São pensados quiosques amovíveis para a praça, fazendo parecer como que um mercado, criando a alusão ao comércio tradicional da zona Ribeirinha.

No que diz respeito a equipamentos, tal como na proposta anterior, foi projetado um silo automóvel, que funcionaria também como núcleo arqueológico e albergaria uma cafetaria e uma loja de comércio no piso inferior, e também junto à doca, foram pensados edifícios de apoio, público e privado. Daí a linha de costa ter sido redesenhada e aumentada para complementar e servir de apoio ao novo espaço.



Ilustração 114 - Fotomontagem da zona de intervenção. (PROAP, 2012)

3º Lugar- GLOBAL: Arquitetura Paisagista

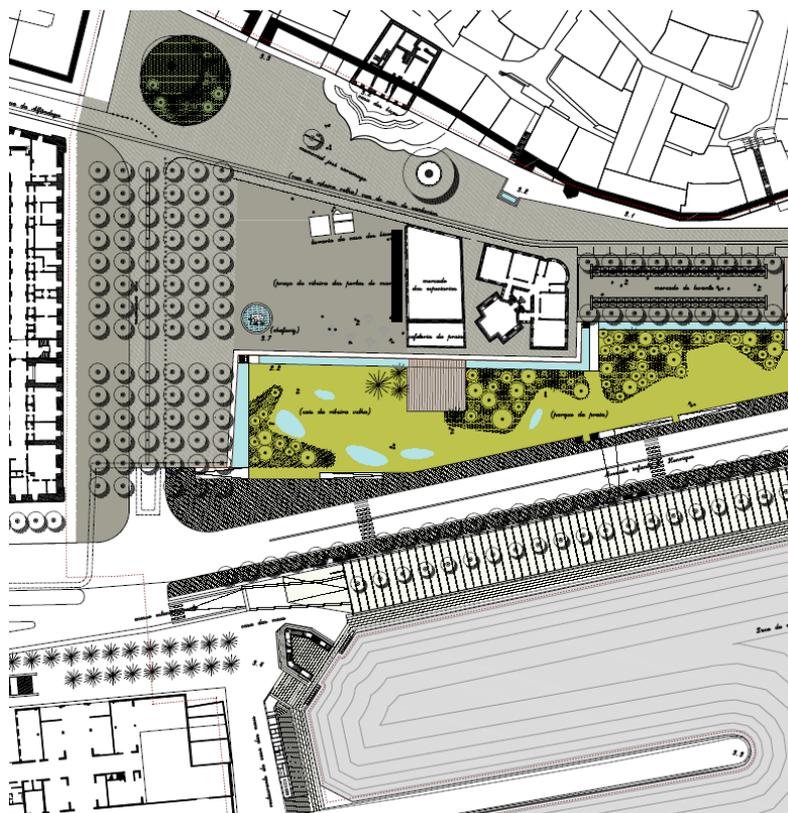


Ilustração 115 - Planta com proposta de projeto (GLOBAL, 2012)

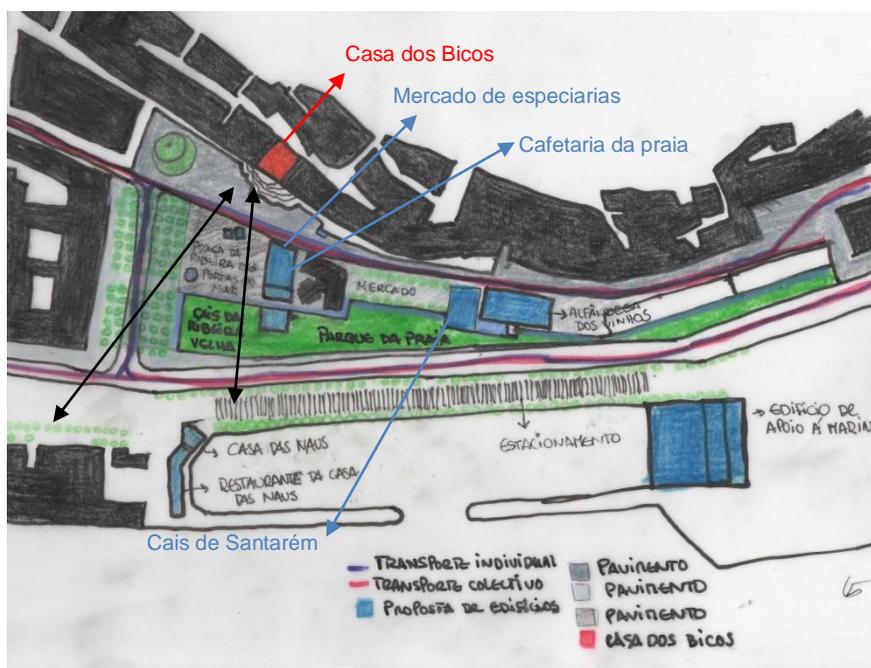


Ilustração 116 - Planta esquemática com indicação de programas, percursos, espaço público e relações propostas (Ilustração nossa, 2013)

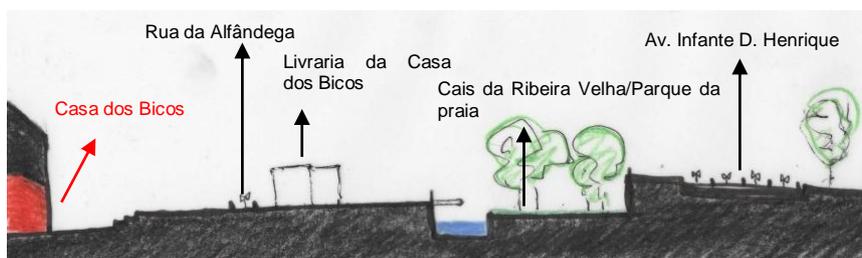


Ilustração 117 - Corte esquemático da composição do espaço (Ilustração nossa, 2013)

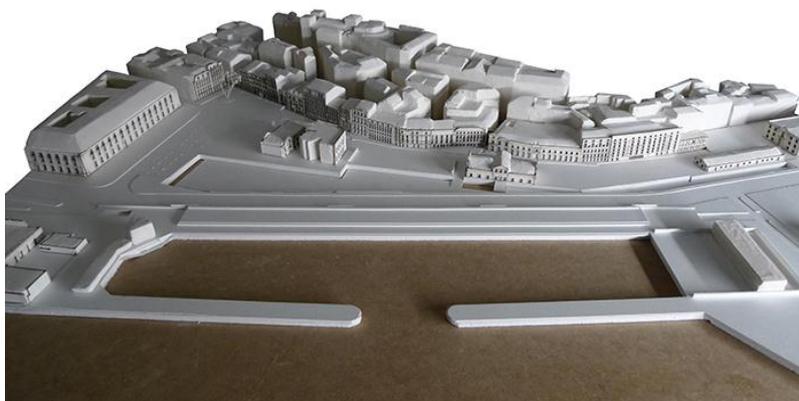


Ilustração 118 - Fotografia da Maquete. (GLOBAL, 2012)

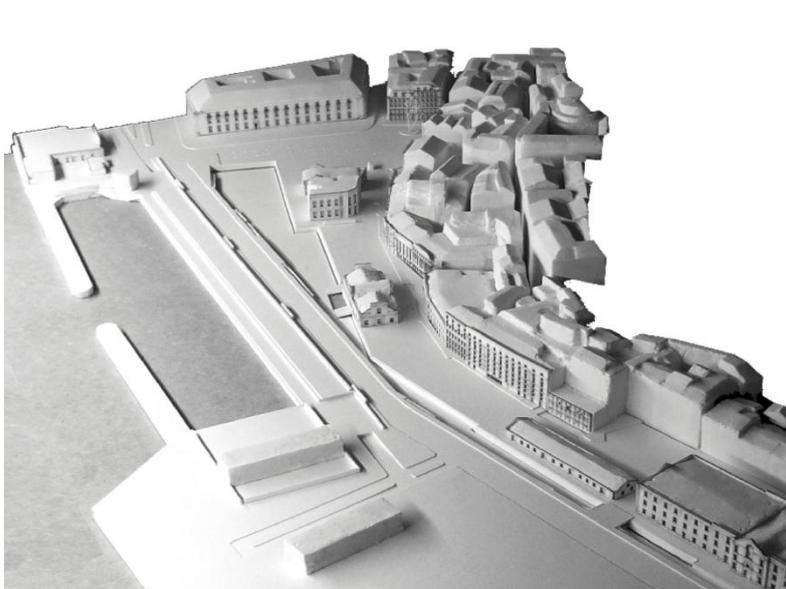


Ilustração 119 - Fotografia da Maquete. (GLOBAL, 2012)

No projeto da GLOBAL deparamo-nos com um novo e radical arranjo paisagístico do local.

Um grande espaço verde é rebaixado do conjunto de toda a praça, e é-lhe introduzido o elemento água, para uma alusão de aproximação com o rio. A água é aqui um elemento caracterizador e participativo do projeto, e prova disso são os chafarizes criados, que nos conduzem a épocas passadas e mais uma vez nos relacionam com o rio.

No amplo espaço verde, no “parque da praia” é também introduzido um percurso de água que percorre toda a sua dimensão, e são pensadas pequenas bolsas de água no seu interior.

No que respeita à Casa dos Bicos, foi mantida a escadaria frontal com o seu desenho singular, tal como o memorial a José Saramago, e foi unificado o restante espaço público através da materialização do pavimento.

É desenhada uma outra zona, fronteira à Casa, a Praça da Ribeira, onde é diferenciado o material do pavimento, destacando-se e destacando a Casa dos Bicos. É delimitada pelo “mercado de especiarias”, pela “cafetaria da praia” e pela própria Casa.

Uma livraria é projetada para a praça, e funcionará como a livraria da Casa dos Bicos.

Esta praça é sem dúvida um espaço de grande importância, daí a preocupação de alterar e destacar o pavimento e de introduzir um chafariz, pois a água é um elemento fundamental e é imprescindível nesta zona. Por ser a zona fronteira à Casa merece ser um espaço digno e qualificado para acolher aquele ícone.

Em termos de circulação, a Rua da Alfândega é, também nesta proposta, bastante atenuada, devido à materialização escolhida do pavimento que é a mesma do restante espaço, mantendo a Avenida Infante D: Henrique a via de circulação de maior tráfego.

Um grande corredor arbóreo seria criado, ocupando a Rua dos Arameiros na sua totalidade e uma certa quantidade da área da praça, funcionando como barreira, da movimentação e do ruído causados pelos automóveis.

É interessante neste projeto, como no projeto que ocupou o 2º lugar, embora de maneiras diferentes, ver a recuperação dos mercados exteriores. Tentaram recuperar a função antiga, sendo esta uma das maiores preocupações projetuais.

É evidente a preocupação dos autores em recuperar as origens do local. A introdução de água no espaço, relacionando-nos com o rio, a unificação de todo o espaço público, a redução da mobilidade automóvel, a utilização da vegetação, e a ênfase da praça e da Casa dos Bicos, são os elementos chave para o sucesso desta proposta.

4º Lugar- ASO Arquitetura: Arquiteto Alberto de Sousa Oliveira

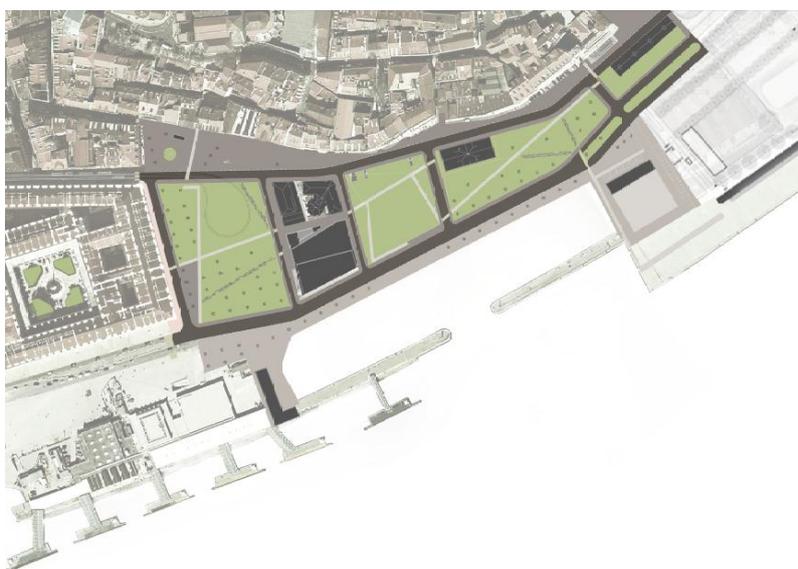


Ilustração 120 - Planta com proposta de projeto. (Amanda Oliveira, 2012)

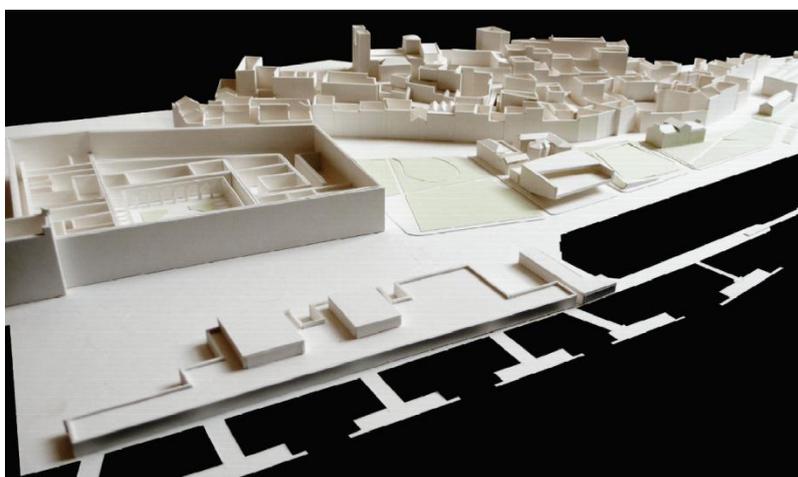


Ilustração 121 - Fotografia da maquete. (Amanda Oliveira, 2012)



Ilustração 122 - Planta esquemática com indicação de programas, percursos, espaço público e relações propostas. (Ilustração nossa, 2013)

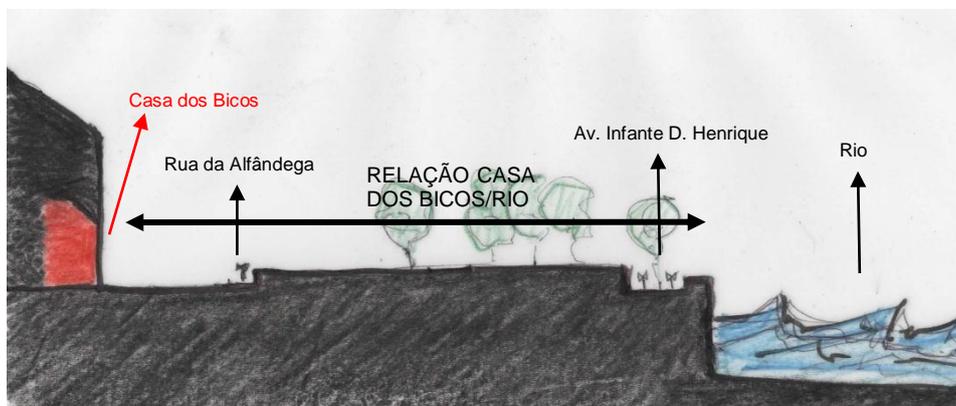


Ilustração 123 - Corte esquemático da composição do espaço. (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 124 - Fotomontagem com proposta de projeto. (Amanda Oliveira, 2012)

O pressuposto deste projeto parte da requalificação do espaço urbano, permitindo a estruturação do espaço público numa perspetiva de aproximação da cidade e do Rio, estabelecendo “[...] uma área de apreciação da cidade histórica e no desfrute marginal do grande plano de água Ribeirinha”. (Silva, 2012)

Para isso a proposta potencializou estas duas apreciações da cidade, onde a arquiteta encontrou soluções como a alteração da topografia, de estabelecimento de percursos ao longo da margem Ribeirinha, e de apreciação da encosta edificada.

Foi intenção do autor, modelar o espaço público para criar condições e motivos para conhecer e contemplar a cidade, quer dando continuidade ao grande passeio público marginal, encontrando locais de estadia e permanência para olhar a cidade.

No projeto seria maximizada a área ajardinada, através da alteração do traçado da Avenida Infante D. Henrique, privilegiando-a como área pedonal.

A estrutura da área verde dar-se-ia através de uma rede de percursos pedonais que permitem o atravessamento, ligando os pontos mais determinantes, pelo interior da área dos quarteirões/jardim. A área de estacionamento foi também integrada na estrutura verde, através da modelação da topografia.

Contudo, embora os pressupostos e intenções de projeto transportem ideias válidas e concretizáveis, de todas as propostas apresentadas, esta, parece a que menos consegue obter o resultado pretendido.

Apesar da atenuação introduzida na Avenida Infante D. Henrique, ela não deixa a sua função principal, bem como a Rua da Alfândega, ao contrário das outras propostas apresentadas anteriormente, mantém o tipo de circulação que existe atualmente e continua a ser uma barreira e um obstáculo que limita e reduz a circulação pedonal.

É a única proposta que não parece sensível à existência da Casa dos Bicos, e é notório pelo tratamento idêntico dado ao pavimento. É retirada a escadaria que existe atualmente e o pavimento recebe a mesma materialidade que a restante frente urbana. A enorme praça foi ajardinada na sua totalidade e pontuada com alguma arborização, dando continuidade a todo o restante espaço projetado.

Os percursos pedonais são uma mais-valia nesta intervenção, pois relacionam e ligam todos os espaços, tornando mais fácil e acessível a circulação pedestre, bem como o

passeio marginal junto ao rio, que proporciona um acesso e uma relação mais efetivos com o rio.

Edifícios públicos e culturais são também projetados como apoios a todos os espaços.

5.2. QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO “CAMPO DAS CEBOLAS”

Para a realização de estudos sobre espaços públicos exteriores, os métodos utilizados são diversos e cada autor opta por soluções e métodos diferentes conforme os seus objetivos.

Para este caso, optou-se por inicialmente, fazer uma investigação histórica sobre o tema em questão, como apresentado no capítulo anterior. Foram também, feitas visitas várias ao local onde foi realizada uma observação direta e o levantamento fotográfico, e depois elaborou-se uma ficha com todos os temas que se deveriam abordar e que são importantes para o local, para posteriormente ser feita a análise do espaço.

Para a análise do Campo das Cebolas em Lisboa, foram escolhidos três temas principais, que podem ser aplicados em qualquer espaço urbano, com a explicação de conceitos escolhidos para cada tema, podendo ou não ser adaptados.

CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS - População que utiliza e como utiliza o espaço público. Dentro deste tema surgem os seguintes conceitos:

Área Urbana: É o conjunto coerente (muitas vezes encontra-se em caos) e articulado de edificações multifuncionais e terrenos contíguos desenvolvidos segundo uma rede viária estruturante, podendo não dispor de todas as infraestruturas urbanísticas do aglomerado urbano. Na análise do espaço público, em primeiro lugar, estuda-se a sua envolvente e o espaço urbano em que está inserido.

Declive: Diz respeito à inclinação do terreno existente em qualquer território. Declive também designa um trainel que desce no sentido do movimento, respeitante a uma via de circulação. É o conhecimento do terreno, que permite a implementação de qualquer plano.

Utilização: Abrigo, sombra, conveniência e um bom ambiente são as causas mais frequentes da utilização do espaço público; as condições que o espaço oferece para

que seja possível a utilização e permanência do mesmo. “Que tipo de utilização os utentes praticam nos espaços públicos: habitacional, lazer, comércio, etc.” (Cullen, 1996, p.25)

Ocorrência de utilização: De acordo com a definição anterior, esta ocorrência poderá ser frequente, ocasional, ou rara, conforme as condições que os espaços apresentam aos visitantes. “Tem a ver com o tempo com que os visitantes utilizam os espaços exteriores: Frequente, ocasional ou raramente.” (Cullen, 1996, p.25)

Recreio: Espaços que apresentam diversas e boas oportunidades para atividades sociais, recreativas, que proporcionam ao visitante o bem-estar e tranquilidade que ele procura, tendo um papel passivo, ativo ou de lazer nessas mesmas atividades.

Circulação: Qualquer via de circulação no espaço urbano, podendo ser qualificada como pedonal, motorizada ou mista, conforme o tipo de utilização. Tendo em atenção o seu estado de conservação, sendo este, bom, razoável ou mau. Como se deslocam os visitantes a este espaço, se a deslocação é feita a pé, de veículo.

Estacionamento: Local próprio para estacionamento de veículos, devidamente sinalizado tanto na vertical como na horizontal e em bom estado de conservação. Se os visitantes têm lugar para estacionar quando visitam o local.

ANALISE AMBIENTAL- A nível do ambiente e análise visual. No estudo da análise ambiental serão abordados os seguintes conceitos:

A luminosidade: Intensidade de luz emitida pelos raios solares num determinado espaço. Se é um espaço com predominância de sombra, privado de luz pela intercepção de um corpo opaco entre ele e o objecto luminoso, ou se é um espaço com predominância de sol, onde recebe a sua luz pelo maior número de horas por dia. Pode também, ser um espaço refletor que reenvia toda a luz que incide sobre ele, ou pelo contrário, um espaço absorvente, que absorve toda a luz solar incidente no próprio espaço sem qualquer tipo de barreiras.

Ventos: Se o espaço é abrigado, se serve de proteção em relações aos ventos e as chuvas ou se é um espaço desabrigado. Para que os visitantes usufruam destes espaços é necessário que estejam protegidos das diferentes condições atmosféricas.

Análise Visual: Para quem visita os espaços este aspecto é muito importante. A visão do espaço é o primeiro chamariz para que o local seja frequentado ou não.

Vegetação: Uma das funções da vegetação no tecido urbano consiste no controle do microclima, concorrendo assim para a obtenção de situações mais confortáveis, sob o ponto de vista climático. Por pouca que seja é sempre importante a existência da vegetação em espaços abertos.

Pavimentos: A escolha dos materiais constituintes dos pavimentos, caminhos, degraus a aplicar, dependerá de vários factores existentes no local. Destes factores importa equacionar a tradição local, as necessidades, a resistência, a textura, a cor e durabilidade do material, a capacidade de carga e também a facilidade de aquisição no mercado nacional.

È um aspecto fundamental para a frequência de um espaço, se tiver pavimentos cómodos e de bom andar, torna-se assim, um local com mais visitantes (textura, cor, desenho e estado de conservação). (Cullen, 1996, p.130)

ANÁLISE URBANA- Constituição do próprio espaço urbano; estudo aprofundado da envolvente onde se destacam os seguintes conceitos:

Visão serial ou sequencial: Dentro de um determinado espaço /largo, revela uma sucessão de imagens do cenário urbano. Uma progressão uniforme do caminhante vai sendo pontuada por uma série de contrastes súbitos que têm grande impacto visual e dão vida ao percurso. “O visitante vai sendo pontuado por uma série de contrastes súbitos que têm grande impacto visual e dão vida ao percurso (positivo e negativo).” (Cullen, 1996, p.19)

Pontos de vista: Pequenas áreas ou elementos de separação no terreno que se está a explorar que captam um olhar crítico e sempre atento do observador.

Contrastes com impacto visual: “[...] numa determinada estrutura espacial, o contraste, ou seja, a comparação, a diferenciação entre os vários elementos constituintes desse mesmo espaço.” (Cullen, 1996, p.79)

Apropriação do espaço: Entre vários conceitos, todo o espaço exterior se encontra ocupado para fins sociais, comerciais, económicos, etc. a ocupação de determinados espaços ou linhas privilegiadas no exterior, os recintos, pontos focais, paisagens

interiores, são outras tantas formas de apropriação do espaço. Abrigado, com sombra, conveniência e um ambiente aprazível, são as causas mais frequentes da apropriação de espaço, as condições que levam a ocupação de determinados locais. O facto de se assinalarem esses locais com elementos de carácter permanente pode contribuir para indicar os tipos de ocupação que existem na cidade e criar um meio ambiente que não seja fluido e monótono mas sim estático e equipado.

“As condições que levam os visitantes á ocupação de determinados locais, (recintos, pontos focais, paisagens interiores, linhas privilegiadas, estático/equipado, movimento).” (Cullen, 1996, p.23)

Recintos: Constitui o meio mais eficaz e mais imediato de provocar nos utilizadores essa sensação de posição ou identificação com aquilo que os rodeia. Relaciona-se com a nossa sensação de posição, ou seja, “[...] a maneira como reagimos perante a posição que ocupamos no meio ambiente”. (Cullen, 1996, p.31)

Ponto focal: Associado com o recinto e, com este, designando a ocupação dum determinado espaço, o ponto focal é o símbolo vertical da convergência. Nas ruas/largos mais animados, o ponto focal define a situação,

“[...] surge como uma confirmação, capaz de personalizar e referenciar a zona em que se encontra implantado, e até mesmo, por vezes, o próprio aglomerado na sua totalidade”. (Cullen, 1996, p.28)

Paisagens interiores: Ou compartimentos interiores, constituem possivelmente o meio mais eficaz e mais imediato de provocar nas pessoas, a sensação de segurança e de protecção em relação ao meio exterior.

Linhas privilegiadas: Ou linhas de força, podem ser apresentadas por edifícios, muros, vedações mais susceptíveis de ocupação.

A linha ao longo de um gradeamento de um jardim, por exemplo, pode constituir um local de eleição pela qualidade imediata da vista que proporciona sobre a paisagem. (Cullen, 1996, p.26)

Estático/equipado: O largo/prança pode criar um recinto estático, cujo efeito imediato é convidar o visitante a acomodar-se, nem que seja num banco de jardim. A delimitação cria também um recinto, em que o olhar e o corpo são forçados a percorrer e logo a transitar para o seguinte.

ELEMENTOS CONSTITUINTES DO ESPAÇO:

Mobiliário urbano: Todo o equipamento capaz de contribuir para o conforto e eficácia dos aglomerados urbanos, nomeadamente o mobiliário que existe nos vários espaços públicos, como bancos, bebedouros, sinais de trânsito, contentores, paragens de transportes públicos, fontes, esculturas, candeeiros, quiosques, entre outros.

Recintos múltiplos: O recinto simples constitui um fértil ponto de partida para outras variações espaciais, derivadas desta forma. Na existência de dois largos/praças, aquele em que se encontra o observador, e outro, mais além, correndo um terceiro espaço entre os outros dois, definido por outro elemento focal. Existem assim três recintos distintos, que se interpenetram num todo harmonioso. “O visitante circula entre espaços contínuos em que os consegue observar num todo.” (Cullen, 1996, p.32)

Edifício barreira: O edifício barreira estabelece, por momentos, o equilíbrio entre espaço limitado e espaço fluido. Contudo, o edifício barreira não impede o tráfego de veículos ou pessoas, funcionando apenas como elemento de pontuação ou delimitação.

Desníveis: Os desníveis podem ser utilizados de maneira funcional, para unir ou separar a atividade dos diversos utentes numa via pública. Uma descrição das nossas reações emotivas perante a posição que ocupamos num determinado espaço deverá incluir a questão dos níveis.

Se o desnível for abaixo do nível médio do terreno, temos sensações de intimidade, inferioridade, encerramento. O ato de descer significa baixar ao encontro daquilo que conhecemos. Se for acima do nível médio do terreno, podemos ser tomados de grande euforia, ou por sensações de domínio ou superioridade, ou ainda, sentirmo-nos expostos.

Divisão de espaços: A divisão entre o aqui e além, que se estabelece pelo ângulo de visão em duas partes sensivelmente iguais e não pela divisão dessa extensão em duas partes de igual comprimento. Ou seja, uma divisão da distância em duas partes iguais resulta numa discrepância no ângulo de visão, ou ainda, numa divisão do ângulo de visão em duas partes iguais aproxima do observador o ponto de transição.

“O visitante situa-se num determinado espaço e confronta-se como a divisão entre o aqui e o além (grandiosa, delimitada).” (Cullen, 1996, p.43)

Ritmos: Determinado tipo de influência rítmica. Sensação de movimento entre edifícios (repetição acidental de ângulos), elementos horizontais, escadas, declives cujo padrão impõe, momentaneamente o seu ritmo natural.

Continuidade: De uma forma muito simples, a continuidade estabelece essa ligação direta entre dois espaços. Da praça á rua, por exemplo, através de um caminho de peões.

Barreiras: Existem vários tipos de barreiras: gradeamentos, fosso, arbustos e desníveis. Todos eles permitem um acesso visual, mas impedem o acesso físico.

Objetos significativos: Existem objetos vulgares que se destacam frequentemente como esculturas ou cores vivas, por exemplo, devido á sua força intrínseca. Pode referir-se também ao mobiliário urbano e àqueles elementos estruturais que geralmente não se evidenciam a este nível, do que propriamente a objetos de produção artística como esculturas. “Objetos vulgares que se destacam num determinado espaço e prendem o olhar do visitante.” (Cullen, 1996, p.75)

Publicidade: A publicidade é uma questão controversa no mundo urbanístico porque envolve duas questões fundamentais: a noção de correção e a vitalidade específica deste meio na paisagem urbana. A publicidade é um jogo complexo de formas, luzes e movimento, transmite para além da mensagem publicitária, a sensação de que a noite é de espetáculo, de divertimento. “Grandes painéis publicitários que convidam o visitante a ir vê-los” (Cullen, 1996, p.87)

Estruturas: “[...] relação entre vários materiais nos elementos, tanto arquitectónicos como paisagísticos”. (Cullen, 1996, p.89)

Textura: É a composição exterior dos objetos, edifícios, pavimentos. É a composição do espaço urbano que realça á vista. Surge como um estímulo a descobrir o panorama quotidiano.

A rua: É qualquer via de circulação no espaço urbano, podendo ser qualificada como automóvel, pedonal ou mista conforme o tipo de utilização, e pública ou privada conforme o seu tipo de uso ou título de propriedade.

Vistos os temas e conceitos relativos à qualificação de espaços públicos, será agora aplicada e adaptada a mesma lógica ao caso de estudo, o **Campo das Cebolas**, para a sua qualificação.



Ilustração 125 - Fotografia com vista para o Campo das Cebolas (Ilustração nossa, 2013)



Ilustração 126 - Fotografia com vista para o Campo das Cebolas. (Ilustração nossa, 2013)

5.2.1. CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS

Área: Espaço amplo, ladeado por edifícios de 3 e 4 pisos na maior parte, entre os quais a Casa dos Bicos e a Alfândega de Lisboa, e por vias de circulação automóvel e pedonal de acesso a outros espaços públicos, como o Terreiro do Paço. Espaço com existência de vegetação.

Declive: O Campo das Cebolas situa-se num declive suave.

Utilização: Presentemente, a utilização deste espaço é com predominância de estacionamento automóvel, mas também serve como local de passagem e como espaço de lazer.

Ocorrência de utilização: A utilização é frequente, tanto a nível de pessoas como de veículos, pois é um espaço cuja passagem por ele dá acesso a outros locais interligados.

Recreio: É ativo e de lazer. Todas as classes sociais o frequentam, embora seja em diferentes fases do dia. É um ponto de referência na altura dos Santos Populares em Lisboa, onde se torna um ponto de encontro entre as pessoas.

Circulação:

Pedestre - É de passagem, dando acesso a habitações como a outros locais que estão interligados entre si. É também um espaço de estadia e permanência quando as pessoas visitam a casa dos Bicos ou a restauração da envolvente.

Motorizada - É de passagem e de estacionamento.

Estado de conservação - O pavimento encontra-se em bom estado na maior parte.

Estacionamento - É um espaço utilizado na maior parte para estacionamento de veículos com carência de espaços de permanência. Existência de lugares particulares, devidamente assinalados. Estado de conservação razoável.

5.2.2. ANÁLISE AMBIENTAL

Luminosidade: Espaço com dominância do sol, refletor, devido às cores claras da envolvente que fazem refletir a luz solar.

Ventos: Espaço desabrigado.

Análise visual: Negativa, devido ao estacionamento existente que destrói a qualidade visual do espaço.

Vegetação: Existência de árvores e espaços ajardinados com pequenos canteiros. Em bom estado de conservação.

Pavimentos:

Texturas - Regular, de pedra de calçada portuguesa

Cor – Branca, e cinza junto à parte fronteira à Casa dos Bicos, onde se encontra desenhado

Estado de conservação - Bom

5.2.3. ANÁLISE URBANA

Visão serial: Existência de pontos de vista de contrastes com impacto visual. A Casa dos Bicos é o maior exemplo.

Pontos de vista: No Campo das Cebolas, é também a Casa dos Bicos que prende o olhar do observador, pela sua diferença em relação ao restante edificado. A Rua da Alfândega, que em certa parte, divide o campo das Cebolas em dois espaços, é também um elemento que faz o visitante estar atento, pela negativa, devido à constante movimentação dos veículos.

Contrastes com impacto visual: Neste espaço, mais uma vez, o elemento que maior contraste tem e que causa mais impacto visual, é a Casa dos Bicos, que, pela sua imagem única, se diferencia radicalmente do resto dos palácios envolventes.

Apropriação do espaço:

Recintos - O espaço está dividido em dois recintos. Um, fronteiro à Casa dos Bicos, onde a circulação é apenas pedonal, e um outro que serve a função de estacionamento automóvel. Toda a circulação de pessoas e automóveis leva-nos a outros espaços adjacentes.

Ponto focal - O que mais ressalta de todo o espaço e é considerado como ponto focal, é a Casa dos Bicos. Toda a população a conhece e assim consegue identificar o Campo das Cebolas.

Linhas privilegiadas - As linhas de força neste espaço são-nos dadas pelo edificado envolvente, e pelo edifício da Alfândega que pela sua grande escala se impõe no conjunto, bem como a própria Rua da Alfândega se apresenta como um grande eixo com uma enorme força sobre o espaço.

Estático/equipado - Na parte fronteira à Casa dos Bicos, o espaço cria um recinto estático que convida o visitante a acomodar-se para contemplar a casa, e também nele existe uma série de esplanadas que convidam à permanência no local. No restante espaço, o estacionamento abusivo de automóveis não permite nem cativa à permanência das pessoas.

Movimento - O movimento é dado pela própria composição do espaço, pavimentos, edifícios, pessoas e veículos.

Elementos constituintes:

Equipamento urbano - O Campo das Cebolas contém alguns bancos de jardim, e um banco simbólico em pedra, de homenagem a José Saramago, agregado a uma Oliveira, também com carga simbólica. Está equipado com uma cabine telefónica, e encontra-se devidamente iluminado e sinalizado, contendo também um quiosque de venda de jornais. Nas pequenas zonas ajardinadas existem alguns pequenos canteiros em bom estado de conservação. É um espaço rico em paragens de transportes públicos, e há atualmente uma série de contentores devido às obras que se estão a realizar no local.

Recintos múltiplos - Este espaço público também dá acesso a outro espaço adjacente, o Terreiro do Paço

Edifício barreira - Neste espaço, o edifício barreira pode ser considerado o edifício da Alfândega, pois é o edifício que separa, em parte, o Campo das Cebolas do Terreiro do Paço, não impossibilitando a passagem entre eles.

Desníveis - Abaixo do nível médio do terreno encontra-se o espaço que dá acesso à Casa dos Bicos. O terreno foi rebaixado, tendo 4 degraus que vencem esse desnível, para aceder à casa.

Divisão de espaços - Perspectiva delimitada: o espaço é delimitado por edifícios na maior parte, é interrompido pela Rua da Alfândega, e finalizado com outra via de circulação automóvel, ainda mais intensa.

Ritmos - Espaço com bastante ritmo, a nível do edificado envolvente, como também do movimento de pessoas e automóveis.

Continuidade - Existe continuidade deste espaço para outros espaços adjacentes, através de passeios pedonais e também de vias de circulação automóvel.

Barreiras - Artificiais, neste caso, provocadas pelo estacionamento de veículos, que impedem a utilização plena do espaço, também podemos considerar o desnível vencido pelas escadas de acesso à casa dos Bicos, como uma barreira atenuada, mas que permite a passagem e o acesso físico.

Objetos significativos - No Campo das Cebolas os objetos mais significativos, são a própria Casa dos Bicos, e também o banco de pedra, a Oliveira de Azinhaga do Ribatejo, e uma placa no chão com a citação “Mas não subiu para as estrelas, se à terra pertencia” em homenagem a José Saramago.

Publicidade - No espaço público do Campo das Cebolas, a única publicidade existente é a que A Casa dos Bicos expõe na própria fachada, relativamente às exposições e eventos que nela se vão realizar.

Estruturas - Vários elementos e materiais a nível arquitectónico e de composição do espaço.

Texturas - Várias texturas na composição do espaço, desde o edificado até à vegetação, sendo a fachada da Casa dos Bicos a textura que realça à vista, e prende o olhar do visitante.

A rua - O Campo das Cebolas é um espaço aberto e público, com bastante movimento, com circulação de pessoas e veículos.

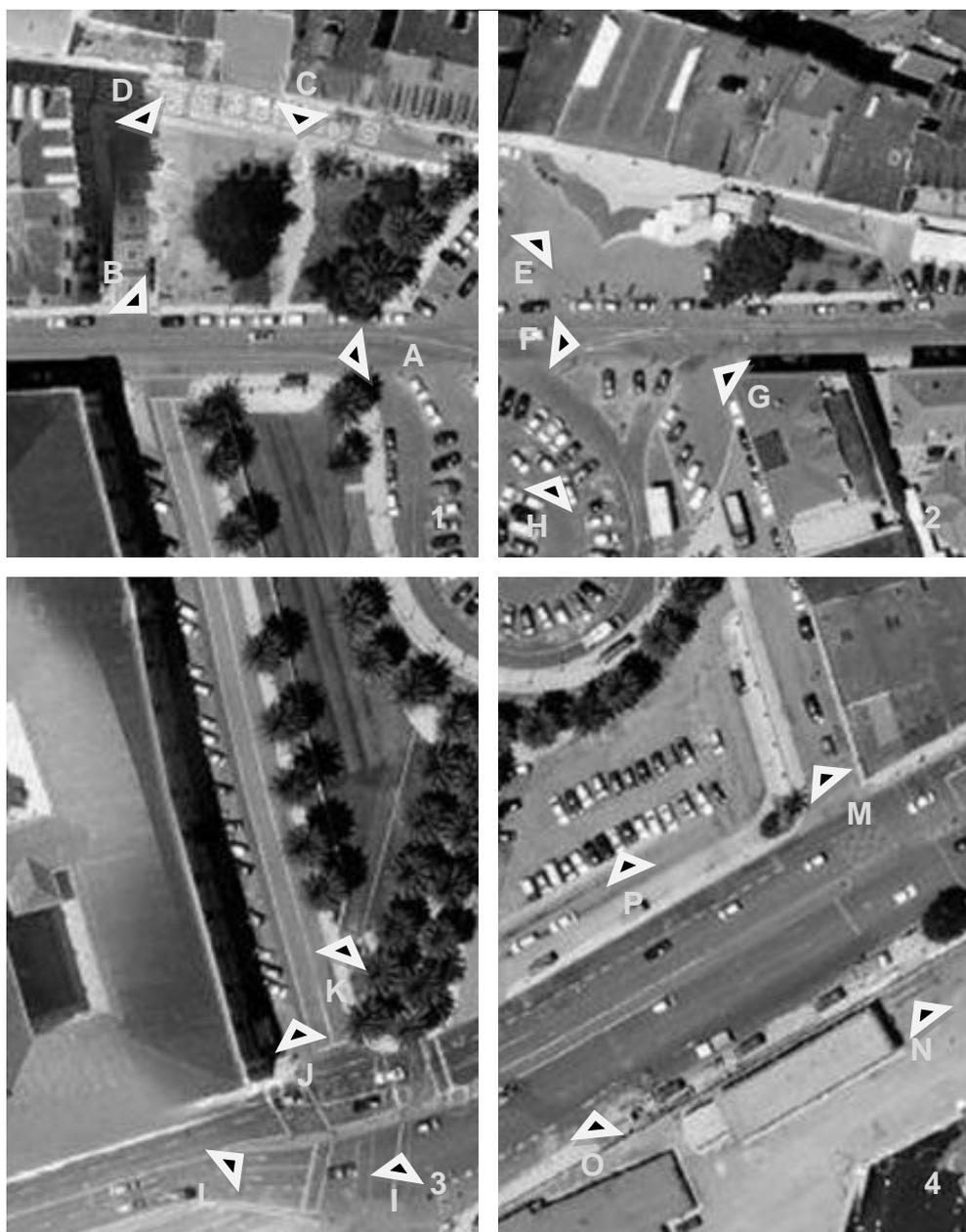


Ilustração 127 - Ortofotomapa do Campo das Cebolas subdividido em quatro partes com indicação de vistas (Google, 2011)



Ilustração 128 - Vista A (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 129 - Vista B (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 130 - Vista C (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 131 - Vista D (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 132 - Vista E (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 133 - Vista F (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 134 - Vista G (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 135 - Vista H (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 136 - Vista I (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 137 - Vista J (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 138 - Vista K (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 139 - Vista L (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 140 - Vista M (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 141 - Vista N (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 142 - Vista O (ilustração nossa, 2013)



Ilustração 143 - Vista P (ilustração nossa, 2013)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado por terminado o trabalho de investigação, podemos concluir que, de um modo geral, um edifício para ser um ícone tem de ter a capacidade de causar impacto no seu contexto assim como nas pessoas que o usam e que o veem como uma entidade significativa ou simbólica.

Constatamos também que o edifício não tem necessariamente que ser alto ou grande para ser considerado icónico, pois o uso e o tratamento do espaço público são igualmente importantes para a sua caracterização e qualificação. Um pequeno edifício e um espaço público bem concebidos, podem causar ainda mais impacto que edifícios com maior escala.

O edifício icónico afirma-se e expande-se como um marco, um símbolo, uma identidade.

Um edifício é considerado Ícone se conseguir criar relações com as pessoas, se interagir com elas ao longo dos tempos, adaptando-se às metamorfoses culturais e provocando impressões positivas e duradouras.

No que respeita ao caso de estudo, o Campo das Cebolas e a Casa dos Bicos, pretendeu-se com este estudo, perceber e avaliar as dificuldades que interferem no desenho urbano, na relação entre edifício icónico e espaço público e de como essa relação gera forma urbana, estável e significativa na cidade contemporânea, ao mesmo tempo que desafiam a capacidade inventiva dos arquitetos.

Percebeu-se que um edifício icónico, que adquire valor significativo na cidade, independentemente da escala, pode influenciar o desenho da cidade através do espaço público. Por isso a avaliação de casos de estudo concretos foi fundamental neste trabalho. A cidade redesenha-se pelo edifício ícone e pelo espaço público que gera.

No caso presente algumas questões emergiram como fundamentais:

Escala- saber se a escala do espaço é adequada em relação ao ícone que o sustenta

Limites/horizontes- saber quando há contacto visual com o rio, ou quando o horizonte esta bloqueado com barreiras e quais as consequências desses diferentes estados.

Significados- saber se podem ser adquiridos através dos materiais utilizados, das funções e vivências do próprio espaço

Sem dúvida alguma, o Campo das Cebolas e a Casa dos Bicos conseguiram, ao longo de séculos, gerar espaço público com vivência urbana.

Nitidamente, a cidade contemporânea necessita dos edifícios icónicos, pois eles podem gerar novos espaços públicos, que a cidade necessita para se renovar física e socialmente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando M. Brandão (2003) – Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta Metodológica. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian

ALVES, Ricardo, fot. (2009) – Largo da Oliveira [Documento icónico]. In – ALVES, Ricardo - Alves [Em linha]. [Guimarães] : Flickr. 1 fotografia : p&b. [Consult. 29 Jun. 2013]. Disponível em WWW <URL:

[ASCHER, François \(1996\) – Metapolis: Acerca do futuro da cidade. Oeiras, Celta Editora](http://www.flickr.com/photos/ricardoalvespl/2460409266/in/photolist-4KqeXq-4L3PGR-4L3PZz-4L43gx-4L43yt-4L83Lq-4L89Af-4TRNwg-4UCRfR-4UUyt6-5ejPjh-5v8pXM-5vcASM-5PkegL-5PW8aK-5WLSCS-6vQVKP-6vR29v-6vR68D-6wMBLX-6RnCim-6WoAuf-7bCYZB-7exefs-7rJjko-aD1odH-7Jk5wg-aHMEPH-bQXxM2-bQXy4M-bC3SG1-7J8LwJ-8FPP2r-8FPNYX-aZ7PeB-bDDcR9-b5rYT2-9Q5XmE-bQXyc8-bC3S5w-bQXydz-bQXxVt-bC3SY3-bQXxDc-bC3S2w-bC3Syd-bC3So9-bQXxTe-bQXy3K-bQXymV-bC3S7E/>.</p></div><div data-bbox=)

BENOLIEL, Joshua, fot. (1912) - Torre de Belém, lado ocidental [Documento icónico]. In LISBOA. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Lisboa] : Arquivo municipal. 1 fotografia : p&b. [Consult. 15 Jun. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=265324&AplicaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>>.

BORGES, Jefferson Freitas (2012) – Praça do Rossio em Lisboa. In BORGES, Jefferson Freitas – Praça do Rossio [Em linha]. [Lisboa] : Hello Lisboa. [Consult. 28 Mar. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://hellolisboa.blogspot.pt/>>.

CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; TANER, Oc; TIESDELL, Steve (2003) – Public Places- Urban spaces: The dimensions of urban Design. 1ª edição. Architectural press. Oxford

CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Ruan Luis de las (1990) – Arquitectura Urbana: Elementos de teoria y diseño. 2ª edição. Madrid. Libreria Editorial Bellisco

CARRASCO, Luis, fot. (2010) - Cruce de caminos. (Plaza Mayor, Madrid) [Documento icónico]. In CARRASCO, Luis – Carrasco [Em linha]. [Roma] : Flickr. 1 fotografia : p&b. [Consult. 2 Jun. 2013]. Disponível em WWW <URL: [CARVALHO, Eugénio dos Santos; MARDEL, Carlos \(1758\) - Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada, também segundo o novo alinhamento dos Arquitetos Eugénio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel \[Documento icónico\]. In LISBOA. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal de Lisboa \[Em linha\]. \[Lisboa\] : Arquivo municipal. 1 fotografia : col. \[Consult. 25 Set. 2013\]. Disponível em WWW <URL: <http://arquivomunicipal.cm->](http://www.flickr.com/photos/luis_carrasco/4348843640/>.</p></div><div data-bbox=)

lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1356074&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>.

CASTRO, Alexandra (2002) - Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. In CASTRO, Alexandra - Instituto Universitário de Lisboa [Em linha]. Lisboa : IUL. [Consult. 20 Mai. 2013]. Disponível em: WWW <URL: <https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/3392>>

CASTRO, Luís Felipe, fot. (2011) - Arquitetura Renascentista - Praça Maior de Salamanca [Documento icónico]. In CASTRO, Luís Felipe - Castro. [Em linha]. [Salamanca] : Flickr. 1 fotografia : col. [Consult. 25 Jan. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.flickr.com/photos/lfcastro/with/5811941957/>>.

CASTRO, Vasco (2012) - Projecto Alcântara 12. In CASTRO, Vasco – arquitectura vc [Em linha]. [Lisboa] : Arqitekturavc. [Consult. 13 Jul. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://vascoosoriocastro.blogspot.pt/2012/06/blog-post.html>>.

CERASI, Maurice (1990) – El espacio colectivo de la ciudad. Coleção de urbanismo.. Barcelona. Oikos – Tau (Versão original 1976)

COSTA, Hugo (2005) – Portugal em postais antigos. In COSTA, Hugo – Postais de Portugal [Em linha]. [Lisboa] : PostaisdePortugal [Consult. 30 Jan. 2013]. Disponível em WWW <URL: http://postaisportugal.canalblog.com/albums/region___lisboa/photos/1434072-apr18384.html>.

CUELLAR, José Maria, fot. (2007) - A view over Venezia [Documento icónico]. In CUELLAR, José Maria - Cuellar [Em linha]. [Veneza] : Flickr. 1 fotografia : col. [Consult. 25 Jan. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.flickr.com/photos/cuellar/515110640/>>.

DES- NORTEADA, Andorinha (2010) - Gamorra. Nápoles - nunca mais lá ponho os pés. Disse isto antes de ler o livro. In DES- NORTEADA, Andorinha – andorinha que voa [Em linha]. [Nápoles] : andorinhaquevoa [Consult. 13 Set. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://andorinhaquevoa.blogspot.pt/2010/01/gamorra-napoles-nunca-mais-la-ponho-os.html>>.

FERNANDES, Salvador de Almeida, fot. (1956) - Fotomontagem de uma fotografia aérea mostrando o projeto do arranjo paisagístico dos terrenos em volta da Torre de Belém [Documento icónico]. In LISBOA. Arquivo Municipal de Lisboa.– Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Lisboa] : arquivo municipal. 1 fotografia : col. [Consult. 15 Jun. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/x-arqweb/ContentPage.aspx?ID=9521e57f804e0001e240&Pos=1&Tipo=PCD>>.

FERNANDES, Salvador de Almeida, fot. (1956) - Terrenos em volta da zona da Torre de Belém, antes do arranjo paisagístico [Documento icónico]. In LISBOA. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Lisboa] : Arquivo municipal. 1 fotografia : p&b. [Consult. 15 Jun. 2013]. Disponível em WWW <URL: [http://arquivomunicipal.cm-](http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/x-arqweb/ContentPage.aspx?ID=9521e57f804e0001e240&Pos=1&Tipo=PCD)

lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=282198&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>.

FOLQUE, Filipe, fot. (1857) – Atlas da Carta topográfica de Lisboa [Documento icónico]. In LISBOA. Arquivo Municipal de Lisboa.– Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Lisboa] : arquivo municipal. 1 fotografia : col. [Consult. 30 Jun. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/SearchBasic.aspx>>.

FUENTES, José Luis, fot. (2011) – Plaza Navona [Documento icónico]. In FUENTES, José Luis – Fuentes [Em linha]. [Roma] : Flickr. 1 fotografia : col. [Consult. 28 Mai. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.flickr.com/photos/fuentes88/5519731695/>>.

GAMEIRO, Alfredo Roque (1921) – História da colonização portuguesa do Brasil. Porto. Litografia nacional. V.1

GLOBAL (2012) – Concurso público de concepção para elaboração do projeto do Campo das Cebolas. Documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa.

GOOGLE (2011) – Google maps [Em linha]. Mountain view : Google. [Consult. 15 Set. 2013]. Disponível em WWW <URL: <https://maps.google.pt/>>.

GOULLARD, Francisco; GOULLARD César (1879) - Levantamento topográfico de Francisco e César Goullard [Documento icónico]. In LISBOA. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Lisboa] : Arquivo municipal. 1 fotografia : col. [Consult. 25 Set. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/x-arqweb/SearchResultOnline.aspx?search=1190102&type=PCD&mode=2&page=0&res=0>>.

GRAÇA, Carrilho da (2012) – Concurso público de concepção para elaboração do projeto do Campo das Cebolas. Documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa.

Graça, Miguel Silva (2013) - Espaços públicos e uso colectivo de espaços privados. In CENTRO NACIONAL DE CULTURA – e-Cultura.pt [Em linha]. Lisboa : CNC. [Consult. 5 Fev. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://ecultura.sapo.pt/Anexos/%C2%ABEspa%C3%A7osPublicos&Privados%C2%BB%20.pdf>>.

HONG, Edwin, fot. (2012) – Vista de Veneza do Campanário de São Marcos [Documento icónico]. In HONG, Edwin – Hong [Em linha]. [Veneza] : Flickr. 1 fotografia : col. [Consult. 1 Mai. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.flickr.com/photos/93984903@N07/9989949166/in/photolist-gdM6QS-fvnyjo-fwrJ9A-fwDPA8-fv8Jze-fwUeDu-fwKAdP-fwKF9H-fwKN9p-fwc2Uz-fwNFqv-fvTRY3-fv7GHn-fv8ki6-fvmWVY-fvvnv1Y-fvnwud-fvo59L-fwKXLp-fwc2Uz-fwNFqv-fwUkbW-fwq9yS-fwcqeT-fwqbry-fx1c6f-fwrCE7-fx19Nu-fwKKTt-fx42co-fx1eo5-fwqfkA-fwrxEj-fwLrnB-fwNPKX-fwrG9u-fv7BVx-fvo8h3-fwqdeA-fwbTWP-fwUcZC-fwUgmJ-fx1jc3-fvn2v5-fvDYBM-cswezw-fWveEh-fWvjL-ef51mr-ef4ZDr>>.

INDOVINA, Francesco (2002) – O espaço público: Tópicos sobre a sua mudança. In INDOVINA, Francesco - CIDADES, comunidades e territórios. [Em linha]. Lisboa : CCT. [Consult. 2 Fev. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt>>

JORGE, Fernando (2007) - Jardim no Campo das Cebolas à espera de obras de recuperação. Correio da manhã [Em linha]. (21 Set. 2007). [Consult. 15 Set. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/outros/correio-do-leitor/jardim-no-campo-das-cebolas-a-espera-de-obras-de-recuperacao>>.

JUDAH, Benoliel (195?) - Rua da Alfândega e a antiga rua dos Bacalhoeiros em remodelação [Documento icónico]. In LISBOA. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Lisboa] : Arquivo municipal. 1 fotografia : p&b. [Consult. 5 Out. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=279980&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>>.

KRIER, Robert (1975) – L'espace de la ville. Belgica. AAM editions.

LAMAS, José M. Ressano Garcia (2010) – Morfologia Urbana e desenho da cidade. 5ª edição. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian.

LANCHAZO, Francisco Jose, fot. (2012) - Place des Vosges [Documento icónico]. In LANCHAZO, Francisco Jose – Lanchazo [Em linha]. [Paris] : Flickr. 1 fotografia : col. [Consult. 18 Fev. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.flickr.com/photos/fjlanchazo/9648948534/in/photolist-fGDoeC-8mkLoo-chgrA1-cP5ZY3-e4afux-7F1SWR-eLr6p6-dAte3a-8NTdFH-ffvixB-dAtdFP-bzpFqH-9RCjbK-8ynerj-8P8L5X-88FVAn-88KabS-cjgF13-9CYbfh-8yvSfx-9gbRtX-dXR3bE-aEgmMX-e3g51w-9AxDhd-9rQGjr-9rQG7k-9rQGfk-9rQG2P-9rTEch-ciH6mC-9hCV6L-ciH5WL-7xyRYf-cuyiR7-dqbDAE-8eLJjq-8eLJeQ-8xCbtE-8gFPqa-9AuJST-btewP4-gwvZGS-aEyTvL-diHfj1-9GDJAM-9GDJ1p-9>>.

LARANJA, Bic (2008) – Verde. In LARANJA, Bic – Bic laranja. [Em linha]. [Lisboa] : Bic laranja. [Consult. 30 Jan. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://biclaranja.blogs.sapo.pt/230927.html>>.

LOBO, M. C., PARDAL, S., CORREIA, P. V. D. (1991) - Normas Urbanísticas : Desenho Urbano, Perímetros Urbanos e Apreciação de Planos. Lisboa : DGOT./UTL. V. 2.

LUXOR, (2012) – Thread: Cartier identity. In LUXOR- Watchuseek [Em linha]. [Ing] : Watchuseek. 1 fotografia : col. [Consult. 15 Fev. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://forums.watchuseek.com/f481/cartier-identity-789499.html#post5770707>>.

LYNCH, Kevin (1999) – A imagem da Cidade. Lisboa. Edições 70.

M.C, A. (2013) - Imagem de Marca - Lisboa/Portugal. In M.C, A - cidadania lx. [Em linha]. [Paris] : Cidadania lx. 1 fotografia : col. [Consult. 15 Mar. 2013]. Disponível em WWW <URL: http://cidadaniaix.blogspot.pt/2013_02_01_archive.html>.

MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu (2009) – O vale de Alcântara como caso de estudo: Evolução da morfologia urbana. Lisboa. IST. UTL. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Instituto superior técnico. Universidade técnica de Lisboa.

MARTINS, Pedro (2012) – O Marquês já não vai ficar sozinho. In MARTINS, Pedro – Pensar Lisboa. Viver Lisboa intensamente [Em linha]. [Lisboa] : pensar Lisboa 1 fotografia : col. [Consult. 28 Mar. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.pensarlisboa.com/2012/05/o-marques-ja-nao-vai-ficar-sozinho.html>>.

MATEO, Àngel, fot. (2008) – Fuente de Neptuno [Documento icónico]. In MATEO, Àngel - Mateo [Em linha]. [Roma] : Flickr. 1 fotografia : col. [Consult. 28 Mai. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.flickr.com/photos/ammateo/2980090833/>>.

MAURICE, Yvon, fot. (2009) - The Oliveira Square [Documento icónico]. In MAURICE, Yvon- Maurice [Em linha]. [Guimarães] : Flickr. 1 fotografia : col. [Consult. 29 Jun. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.flickr.com/photos/19787482@N04/3619508433/>>.

MELLO, Cristina Homem de (2012) – Place de vosges- história, arquitetura, museus, cafés, restaurantes, hotéis, galerias de arte, lojas... In MELLO, Cristina Homem de – CristinaHomemdeMello [Em linha]. [Paris] : Cristina Homem de Mello. 1 fotografia : col. [Consult. 18 Fev. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.cristinamello.com.br/?p=8700>>.

MILILITROS, fot. (2009) – Mercado de Rialto [Documento icónico]. In MILILITROS – Mililitros [Em linha]. [Veneza] : Flickr. 1 fotografia : col. [Consult. 15 Fev. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.flickr.com/photos/35730683@N02/3454647248/in/photolist-6ggYgA-hdnvfB-cVnRSC-cVnSDs-cVnRh5-bjHr1W-aMG2eZ-aMG1Xk-aMG28a-aMG1Vr-aMG21r-aMG26P-aMG2n2-aMG2ox-aMG2hK-aMG1YP-dPVBKx-8GB9hM-ehJ6x9-8JWv38-bxCitM-8GB6Dn-8GEiVj-gHRhd3>>.

NEVES, Victor (2013) – Espaços públicos: Vazios com identidade. Espaços com poética. Documento fornecido pelo professor.

OLIVEIRA, Alberto de Sousa (2012) – Concurso público de concepção para elaboração do projeto do Campo das Cebolas. Documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa.

PASSOS, José António (1925) - Levantamento topográfico da cidade de Lisboa: 1925 [Documento icónico]. In LISBOA. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Lisboa] : Arquivo municipal. 1 fotografia : col. [Consult. 25 Set. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/x-arqweb/SearchResultOnline.aspx?search=6&type=PCD&mode=2&page=0&res=0>>.

PASTOR, Artur (1955) - Casa dos Bicos [Documento icónico]. In LISBOA. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Lisboa] : Arquivo municipal. 1 fotografia : p&b. [Consult. 5 Out. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://arquivomunicipal.cm->

lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=1066742&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>.

PINHEIRO, Pedro Moura, fot. (2009) - Praça 25 de Abril [Documento icónico]. In – PINHEIRO, Pedro Moura - Pinheiro [Em linha]. [Alcobaça] : Flickr. 1 fotografia : col. [Consult. 29 Jun. 2013]. Disponível em WWW <URL: [PINTO, Júlio António Vieira da Silva \(1909\) – Levantamento da planta de Lisboa \[Documento icónico\]. In LISBOA. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal de Lisboa \[Em linha\]. \[Lisboa\] : Arquivo municipal. 1 fotografia : col. \[Consult. 15 Set. 2013\]. Disponível em WWW <URL: \[>.\]\(http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF\)](http://www.flickr.com/photos/pedromourapinheiro/3280787485/in/photolist-5ZUTPt-6oXLdD-6K7LUD-6K7Mbt-6K7Mfv-6KbSzh-6KbSNN-6KbSU1-6LtRaE-6QPGtZ-7jKbyE-hATHje-9bzJ1t-9bzHGK-9bCPKS-9bCPNE-9bCPVL-er9Fp1-eqdqEx-eqdqma-er9GXu-biR4v2-biR4fM-biR4k6-a9Jao7-a9Fmdp-a9J9SJ-a9J8Au-a9Fn5R-a9Fmwx-a9Jaaj-a9J88Q-a9FkCP-a9Fmqx-a9FmT2-aHtF1R-a9J7Sd-a9J7Nj-a9J9YS-a9J9xo-gB41Lu-gArV8f-gB52zD-gB29EZ-7ChFhw-9BUGL6-acYTDS-9cQFLk-7ChFcN-7ChFkG-7CdRUT/>.</p></div><div data-bbox=)

PORTUGAL, Eduardo, fot. (1949) - Torre de Belém e a fábrica de gás de Belém vistas do rio Tejo [Documento icónico]. In LISBOA. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Lisboa] : Arquivo municipal. 1 fotografia : p&b. [Consult. 15 Jun. 2013]. Disponível em WWW <URL: [>.](http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/SearchBasic.aspx?filter=AF)

PROAP (2012) – Concurso público de concepção para elaboração do projeto do Campo das Cebolas. Documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa.

RIBEIRO, Victor fot. (2006) – Casa dos Picos em Segóvia, Espanha [Documento icónico]. In RIBEIRO, Victor – Ribeiro [Em linha]. [Segóvia] : Flickr. 1 fotografia : col. [Consult. 13 Set. 2013]. Disponível em WWW <URL: [>.](http://www.flickr.com/photos/63281384@N00/246549560/in/photolist-nMCAu)

ROSSA, Walter (2008) – Lisboa Moderna (séculos XVI e XVII: Descobrimientos e restauração). In UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Centro de estudos sociais - Lisboa e Rio- paradigmas de cidades atlânticas [Em linha]. Coimbra.: CES. [Consult. 15 Fev. 2013]. Disponível em WWW <URL: [>.](http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/676_32.pdf)

ROSSI, Aldo (2001) – A arquitectura da cidade. Lisboa. Edições Cosmos.

SANTOS, Filipa (2008) – Características físicas e sociais do espaço público. Nove casos de estudo sobre as vivências urbanas no centro histórico de Lisboa. Lisboa. IST-UTL. Dissertação de mestrado em Arquitectura. Instituto Superior Técnico. Universidade Técnica de Lisboa.

SCHOENBOHM, Christopher, fot. (2010) - Siena's Pride, Italy, Siena, Piazza del Campo [Documento icónico]. In SCHOENBOHM, Christopher - Schoenbohm [Em

linha]. [Siena] : Flickr. 1 fotografia : col. [Consult. 15 Fev. 2013]. Disponível em WWW <URL: [SCHOENLE, Thomas, fot. \(2006\) - Siena Piazza del Campo \[Documento icónico\]. In SCHOENLE, Thomas – Schoenle \[Em linha\]. \[Siena\] : Flickr. 1 fotografia : col. \[Consult. 18 Mar. 2013\]. Disponível em WWW <URL: \[SCHORQUENS, Ioam \\(1619\\) - Lisboa em 1619. In SCHORQUENS, Ioam – wikimedia commons \\[Em linha\\]. \\[Lisboa\\] : wikimedia commons \\[Consult. 23 Set. 2013\\]. Disponível em WWW <URL: \\[>.\\]\\(http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lisboa_em_1619.jpg\\)\]\(http://www.flickr.com/photos/thomas-schoenle/273278005/>.</p></div><div data-bbox=\)](http://www.flickr.com/photos/chrissschoenbohm/4900312669/in/photolist-8t2oet-c1w3Qj-bz5qWY-7HmGjZ-8RtahM-bz5pPd-e6KVCi-bMZ6H2-bMZ6Ee-bz5qxm-bMZ6zp-bMZ6c8-bMZ6g4-bMZ6uZ-bMZ5MX-9V5u4x-9V5tLa-9V8iQ7-9V5tTF-dEBEDF-awtES6-7QmcYS-925qNM-dUyQWx-8eEzt8-dzgJAa-cw8Tim-cEw2VU-amdCht-aQfe1t-bZt2Q5-9gRXP4-99yVw9-8SLEEL-eQ86qR-9BS6tV-936HdC-d9qthd-a8sNmX-7yDjam-8xodCY-8i9FxG-8LAeGy-fvzMrx-bvqVwj-c4n7RY-eSkNy5-8ExEKu-bDsgSx-aEzUu1-csS3xy/>.</p></div><div data-bbox=)

SILVA, Augusto Vieira da (1700?) – Planta de Lisboa anterior ao terramoto [Documento icónico]. In LISBOA. Biblioteca Nacional de Portugal - Biblioteca Nacional de Portugal [Em linha]. [Lisboa] : BNP. 1 fotografia : col. [Consult. 22 Set. 2013]. Disponível em WWW <URL: [>](http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1QE4815762M56.427105&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!1723614~!1&ri=5&aspect=subtab94&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=planta+de+lisboa+anterior+ao+terramoto&index=.GW&uindex=&aspect=subtab94&menu=search&ri=5)

SILVA, Augusto Vieira da (1807-1831) - Excerto da Carta topográfica de Lisboa [Documento icónico]. In LISBOA. Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Municipal de Lisboa [Em linha]. [Lisboa] : Arquivo municipal. 1 fotografia : col. [Consult. 15 Set. 2013]. Disponível em WWW <URL: [>](http://catalogo.bnportugal.pt/ipac20/ipac.jsp?session=1QE4815762M56.427105&profile=bn&source=~!bnp&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024~!1723614~!1&ri=5&aspect=subtab94&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=planta+de+lisboa+anterior+ao+terramoto&index=.GW&uindex=&aspect=subtab94&menu=search&ri=5)

SILVA, José (2010) – O Monumento e o Lugar : Relação entre espaço público e o monumento na intervenção patrimonial contemporânea. Lisboa. FA-UTL. Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitetura e Núcleos Urbanos. Faculdade de Arquitetura. Universidade técnica de Lisboa.

STRADA, Raphael, fot. (2007) - Praça do Capitólio - by Michelangelo [Documento icónico]. In STRADA, Raphael – Strada [Em linha]. [Roma] : Flickr. 1 fotografia : p&b. [Consult. 18 Mar. 2013]. Disponível em WWW <URL: [---

Mónica Alexandra Dias Lavado](http://www.flickr.com/photos/raphaelstrada/439836882/in/photolist-EShbw-L1jUQ-33zJfM-5Yfdsd-6DrEjq-7r83pa-7r84Mk-7r89bH-7rbYVq-cmcm4b-9z5Yov-9z5RHX-a8NmUY-92Hdtq-92E7fV-92HbHm-92DXkZ-92HckQ-92H5R5-92HcTq-92H4sm-92H9jW-92DW1v-92DVgH-92DSu4-92H9Qq-92H7U5-92E1Tg-ctRirE-92DC1T-92DGQB-92GSzj-92GR5W-92DNyB-92DG34-92Hex3-92GJi9-92Hf1Q-92DMRe-></p></div><div data-bbox=)

92GL3W-92GN33-92HfwL-92DDQa-92DHBi-92GMgC-92DK3D-92GKtW-92GTXb-92GTfw-92H6zA-92E3Ce/lightbox/>.

TOLEDANO, Alex; ROSENBAUM, Seth (2013) – Place Vendôme. In TOLEDANO, Alex; ROSENBAUM, Seth - Bedrock images. Makers of Forgotten Maps [Em linha]. [Paris] : Bedrock images. [Consult. 28 Mai. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.bedrockimages.com/detail-1739-paris/74-place-vendome.html>>.

WATSON, Donald; PLATTUS, Alan; SHIBLEY, Robert (2001) – Time-saver standards for urban design. Nova Iorque: McGraw- Hill.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, José (2000) – A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares. In AGUIAR, José - Município de Guimarães. [Em linha]. Guimarães : CMG. [Consult. 6 Jun. 2013]. Disponível em: WWW <URL: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470419.pdf>>.

ALEX, Sun (2008) – Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo. Editora Senac São Paulo.

ALEXANDER, Christopher (1971) – La estrutura del medio ambiente. Barcelona, Tusquets Editora

ALVES, Fernando M. Brandão (2003) – Avaliação da qualidade do espaço público urbano. Proposta Metodológica. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian

AMARO, Clementino; MIRANDA, Tiago; AMARAL, Maria Conceição (2002) – De Olisipo a Lisboa, a Casa dos Bicos. In AMARO, Clementino; MIRANDA, Tiago; AMARAL, Maria Conceição - Centro Virtual Camões. [Em linha]. Lisboa : CVC. [Consult. 31 Mar. 2013]. Disponível em: WWW <URL: http://cvc.instituto-camoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=50&Itemid=69>

ASCHER, François (1996) – Metapolis: Acerca do futuro da cidade. Oeiras, Celta Editora

AUGÉ, Marc (1994) - Não-lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa, Bertrand.

BARBINI, Flávio; RAMALHETE, Filipa (2012) – A praça: intervenções contemporâneas em espaços de património. Urbe. Revista brasileira de gestão urbana. Brasil. 4. 2 (dezembro 2012) 233-244.

BARRETO; António Viana (1956) – A realização de um velho sonho de Lisboa: O enquadramento da Torre de Belém. Revista Municipal de Lisboa. Publicação cultural da Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa. 68 (1º trimestre 1956) 59-65.

BYRNE, Gonçalo (2002) – Projeto de requalificação da zona envolvente à Abadia do Mosteiro de Alcobaça. In BYRNE, Gonçalo - Gonçalo Byrne Arquitectos. [Em linha]. Alcobaça : GBA. [Consult. 7 Jun. 2013]. Disponível em: WWW <URL: http://www.byrnearqu.com/?lop=projectos&list_mode=0&id=c4ca4238a0b923820dcc509a6f75849b#>

CARITA, Hélder; CONCEIÇÃO, João Paulo; PIMENTEL, Miguel (1983) – Elementos para um estudo da Casa dos Bicos. 1ª edição. Pisa- Babel

CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; TANER, Oc; TIESDELL, Steve (2003) – Public Places- Urban spaces: The dimensions of urban Design. 1ª edição. Architectural press. Oxford

CARO, Carlos Martinez; RIVAS, Ruan Luis de las (1990) – Arquitectura Urbana: Elementos de teoria y diseño. 2ª edição. Madrid. Libreria Editorial Bellisco

- CASTRO, Alexandra (2002) - Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. In CASTRO, Alexandra - Instituto Universitário de Lisboa [Em linha]. Lisboa : IUL. [Consult. 20 Mai. 2013]. Disponível em: WWW <URL: <https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/3392>>
- CERASI, Maurice (1990) – El espacio colectivo de la ciudad. Coleção de urbanismo.. Barcelona. Oikos – Tau (Versão original 1976)
- COELHO, João Paulo (2005) – Polivalência e mutação em espaço público na cidade consolidada. Metodologia para a intervenção. Porto : FAP. Dissertação de mestrado em Metodologias de intervenção no património arquitectónico. Faculdade de Arquitectura do Porto.
- CULLEN, Gordon (1996) – Paisagem Urbana. Arquitectura e Urbanismo. Edições 70.
- FORTUNA, Carlos; FERREIRA, Claudino; ABREU, Paula (1999) – Espaço público urbano e cultura em Portugal. Revista crítica de ciências sociais. Coimbra. 52/53 (Fev. 1999). 85-117
- GLOBAL (2012) – Concurso público de concepção para elaboração do projeto do Campo das Cebolas. Documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa.
- GRAÇA, Carrilho da (2012) – Concurso público de concepção para elaboração do projeto do Campo das Cebolas. Documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa.
- Graça, Miguel Silva (2013) - Espaços públicos e uso colectivo de espaços privados. In CENTRO NACIONAL DE CULTURA – e-Cultura.pt [Em linha]. Lisboa : CNC. [Consult. 5 Fev. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://ecultura.sapo.pt/Anexos/%C2%ABEspa%C3%A7osPublicos&Privados%C2%BB%20.pdf>>.
- INDOVINA, Francesco (2002) – O espaço público: Tópicos sobre a sua mudança. In INDOVINA, Francesco - CIDADES, comunidades e territórios. [Em linha]. Lisboa : CCT. [Consult. 2 Fev. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://cidades.dinamiacet.iscte-iul.pt>>
- JORGE, Fernando (2007) - Jardim no Campo das Cebolas à espera de obras de recuperação. Correio da manhã [Em linha]. (21 Set. 2007). [Consult. 15 Set. 2013]. Disponível em WWW <URL: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/outros/correio-do-leitor/jardim-no-campo-das-cebolas-a-espera-de-obras-de-recuperacao>>.
- KRIER, Robert (1975) – L'espace de la ville. Belgica. AAM editions.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia (2010) – Morfologia Urbana e desenho da cidade. 5ª edição. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOBO, M. C., PARDAL, S., CORREIA, P. V. D. (1991) - Normas Urbanísticas : Desenho Urbano, Perímetros Urbanos e Apreciação de Planos. Lisboa : DGOT./UTL. V. 2.
- LOPES, António Mendes (1999) - Os Espaços Públicos (de lazer) na cidade: Emergência de Novas Práticas e Vocações Territoriais. A página da educação [Em

linha]. (Set. 1999) [Consult. 2 Fev. 2013]. Disponível em WWW <URL:
<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=83&doc=7773&mid=2>>.

LYNCH, Kevin (1999) – A imagem da Cidade. Lisboa. Edições 70.

MOREIRA, Rafael (1994) – A Torre de Belém. In MOREIRA, Rafael - O Livro de Lisboa. Coleção cidade de Lisboa. Livros Horizonte.

NEVES, Victor (2013) – Espaços públicos: Vazios com identidade. Espaços com poética. Documento fornecido pelo professor.

NUNES, Elisabeth; LUZIO, Luísa (2007) – Entrevista com o arquiteto Gonçalo Byrne. Revista História da Arte. Lisboa. 4 (2007). 297-307.

OLIVEIRA, Alberto de Sousa (2012) – Concurso público de concepção para elaboração do projeto do Campo das Cebolas. Documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa.

OLIVEIRA, Manuel Alves de (1986) – Guimarães numa resenha urbanística do século XIX. Boletim de trabalhos históricos. Guimarães. 37 (1986). 109-147

PINHEIRO, Sara (2009) – Metamorfose do espaço público. Porto. ULP. Dissertação de mestrado em Arquitectura. Universidade Lusíada do Porto.

PROAP (2012) – Concurso público de concepção para elaboração do projeto do Campo das Cebolas. Documentos fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa.

RAPOPORT, Amos (1978) – Aspectos humanos de la forma urbana. Coleccion de arquitectura/perspectivas. Barcelona. Gustavo Gili.

ROSSA, Walter (2008) – Lisboa Moderna (séculos XVI e XVII: Descobrimientos e restauração). In UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Centro de estudos sociais - Lisboa e Rio- paradigmas de cidades atlânticas [Em linha]. Coimbra.: CES. [Consult. 15 Fev. 2013]. Disponível em WWW <URL:
http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/676_32.pdf

ROSSI, Aldo (2001) – A arquitectura da cidade. Lisboa. Edições Cosmos

SANTOS, Filipa (2008) – Características físicas e sociais do espaço público. Nove casos de estudo sobre as vivências urbanas no centro histórico de Lisboa. Lisboa. IST-UTL. Dissertação de mestrado em Arquitectura. Instituto Superior Técnico. Universidade Técnica de Lisboa.

SILVA, José (2010) – O Monumento e o Lugar : Relação entre espaço público e o monumento na intervenção patrimonial contemporânea. Lisboa. FA-UTL. Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos. Faculdade de Arquitectura. Universidade técnica de Lisboa.

TAINHA, Manuel (2006) – Textos de Arquitectura. Casal de Cambra. Edição Caleidoscópio. (Colecção pensar Arquitectura)

WATSON, Donald; PLATTUS, Alan; SHIBLEY, Robert (2001) – Time-saver standards for urban design. Nova Iorque: McGraw- Hill.

XAVIER, Maria (2006) – Espaços exteriores públicos. Lisboa. ULHT. Dissertação de mestrado em urbanismo. Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias. Departamento de Urbanismo.